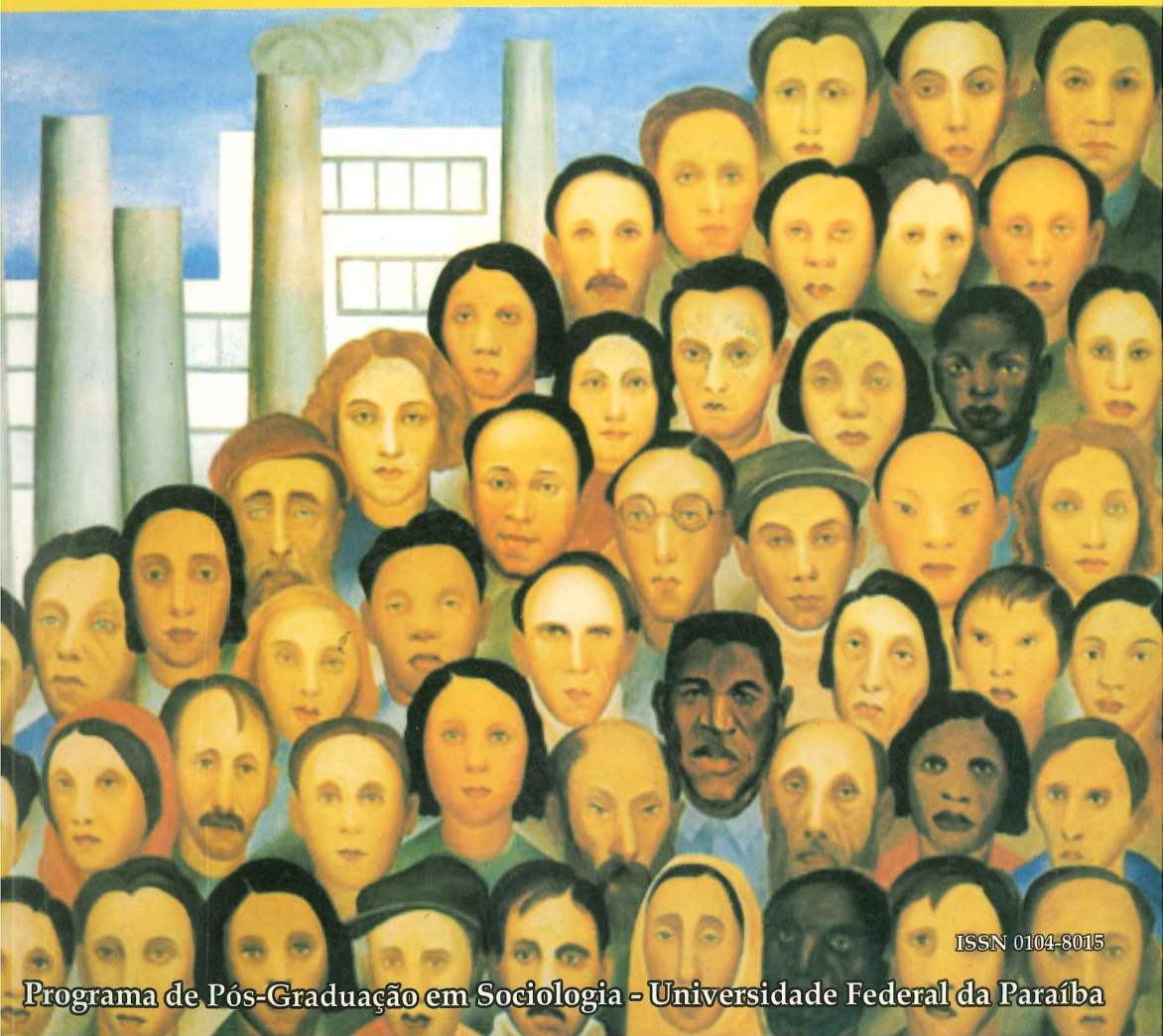


POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 19 - Outubro de 2003



ISSN 0104-8015

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba

POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA POLÍTICA & TRABALHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Coordenação 2002/2003

Jacob Carlos Lima
Marcio Caniello

Publicação do PPGS/UFPB

nº 19 - outubro de 2003
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

Adriano de León (UFPB), Andrea Ciacchi (UFPB), Anthony Hall (London School - Inglaterra), Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB), Brasília Carlos Ferreira (UFRN), César Barreira (UFC), Cláudia Fonseca (UFRGS), Deolinda Maria de S. Ramalho (UFPB), Edgard Afonso Malagodi (UFPB), Eliana Monteiro Moreira (UFPB), Elisa Maria Cabral (UFPB), Ghislaine Duque (UFPB), Inaiá de Carvalho (UFBA), Jacob Carlos Lima (UFPB), José Arlindo Soares (UFPB), Luciano Vasapollo (Universitá di Roma - La Sapienza), Maria Carmela Buonfiglio (UFPB), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP), Marion Aubrée (EHESS - França), Maristela de Oliveira Andrade (UFPB), Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Neide Miele (UFPB), Orlando Miranda (USP), Paulo Henrique Martins (UFPE), Regina Novais (UFRJ), Rubens Pinto Lyra (UFPB), Sandra J. Stoll (UFRP), Silvia Ostrowestsky (Universit  de Amiens - França), Simone Carneiro Maldonado (UFPB), Vera da Silva Telles (USP).

Editor

Terry Mulhall (UFPB)

Comissão Editorial

Aécio Amaral Jr. (UFPB)
Carlos Guilherme Valle (UFPB)
Eliana Monteiro Moreira. (UFPB)

Consultor Gráfico

Andrea Ciacchi (UFPB)

Secretária da Editoria

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:

Revista Política & Trabalho

Universidade Federal da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V
Campus I - Cidade Universitária - CEP 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil
Telefax (0-XX-83) 216 7204 - E-mail: ppgs@cchla.ufpb.br / terryMulhall@hotmail.com

Capa: Tarsila do Amaral: *Operários*

Impressão: *Scanner Studio Gráfico*

Brasil - outubro de 2003

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)**

**Ano XIX
Número 19
Outubro de 2003**

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Jáder Nunes de Oliveira

Vice-Reitor - Múcio Antônio Sobreira Souto

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa - Maria José Lima da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora - Maria Yara Campos Matos

Vice-Diretor - Marconi Pequeno

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Jacob Carlos Lima

Vice-Coordenadora - Marcio Caniello

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

ISSN 0104-8015

Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 19, n. 19 (2003). - João Pessoa: PPGS-UFPb, 2003.

Anual
164p.

Cultura.

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5.

BC - UFPB

CDU 301

ARTIGOS

TRABALHADORES COMO CIBORGUES: TRABALHO E COMPUTADORES EM REDE..... 09
Mark Poster

SUJEITOS E MOVIMENTOS CONECTANDO-SE ATRAVÉS DE REDES..... 29
Ilse Scherer-Warren

IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NUMA SOCIEDADE INDOMÁVEL..... 39
Remo Mutzenberg

LEITURAS DO HIP HOP SOBRE A CIDADE..... 59
Tereza Correia da Nóbrega Queiroz

PEQUENAS EMPRESAS, SETOR INFORMAL E O "PACTO FAUSTIANO"..... 71
Judith Tendler

LA CUESTION REGIONAL EN EL POSFORDISMO..... 83
Alberto Cignoli

O VAZIO ETERNAMENTE A SER PREENCHIDO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A IDENTIDADE... 91
Artur Perrusi

**PRÁTICA PROFISSIONAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ENFERMEIRO NO
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA..... 115**
Maria de Fátima Santos de Araújo

**O RECIFE NOS ANOS VINTE: AS IMAGENS E VESTÍGIOS DO MODERNO E OS TEMPOS
HISTÓRICOS..... 129**
Antônio Paulo Rezende

**DEMOCRACIA PLURIÉTNICA, MUNICÍPIOS E PARLAMENTOS: PRESENÇA E CONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS ELETIVOS BRASILEIROS..... 141**
Thiago Antônio Machado de Ávila

RESENHAS

**MESURE, SYLVIE & RENAUT, ALAIN (1998). ALTER EGO: LES PARADOXES DE
L'IDENTITÉ DÉMOCRATIQUE. PARIS: FLAMMARION..... 157**
Artur Perrusi

COLABORAM NESTE NÚMERO

Alberto Cignoli é professor e pesquisador do Centro de Estudios del Desarrollo Urbano da Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina. (acignoli@hotmail.com)

Antonio Paulo Rezende é pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. (cielo77@uol.com.br)

Artur Perrusi é professor e coordenador do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (aperrusi@uol.com.br)

Ilse Scherer-Warren é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Judith Tandler é professora titular do Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA. (tandler@mit.edu)

Maria de Fátima Santos de Araújo é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (barreto@jpa.neoline.com.br)

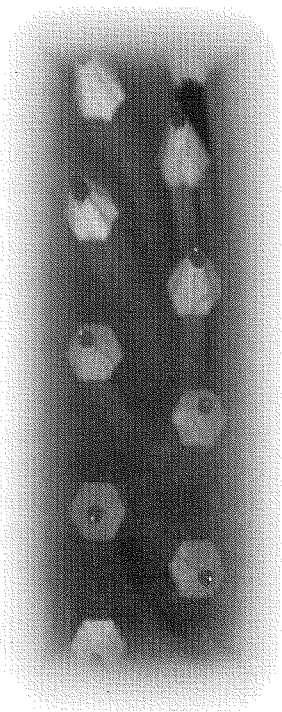
Mark Poster é professor de História e diretor do Critical Theory Institute da University of California, Irvine (UCI), EUA. (poster@uci.edu)

Remo Mutzenberg é Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. (remut@uol.com.br)

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz é chefe do Departamento de Ciências Sociais, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (terezaq@uol.com.br)

Thiago Antônio Machado de Ávila é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade de Brasília - UnB. (thimavila@hotmail.com)

Artigos



**TRABALHADORES COMO CIBORGUES:
TRABALHO E COMPUTADORES EM REDE***

Mark Poster

I. Do trabalhador ao ciborgue

As tecnologias de informação estão de fato mudando o mundo. A introdução do computador, e atualmente a conexão de computadores à rede global da Internet altera profundamente os padrões da vida que se tornaram habituais na sociedade moderna. Os indivíduos estão agora conectados uns aos outros, aos eventos e lugares ao redor do mundo com um aparato efetivo e instantâneo de máquinas de informação. A localização do corpo individual no espaço não mais limita as possibilidades para aquela pessoa se inserir em relações com outras, para agir como um consumidor, para participar em eventos políticos ou culturais, para se conectar com outras que têm o mesmo interesse especial. Estas mudanças também afetam o domínio do trabalho.

No espaço relativamente curto de uma década ou duas, o local de trabalho tem sido transformado. Os computadores em rede são comuns em grandes corporações, companhias de tamanho médio e pequeno, lojas de esquina, restaurantes, até mesmo em posto de gasolina, em resumo, qualquer lugar aonde os seres humanos trabalham. Das lápides de barro do mundo antigo, até a invenção da contabilidade no Renascimento, a máquina de escrever no final do século dezanove, a caixa registradora no início do século vinte, e a copiadora nos anos 1950, as máquinas de informação têm acompanhado as atividades do trabalho humano. Sem desprezar a importância destas tecnologias anteriores de escrever, calcular, registrar e copiar, é justo dizer que elas perdem em significância comparadas à influência dos computadores em rede. As máquinas de informação anteriores poderiam ser consideradas como ferramentas para auxiliar trabalhadores; a computação em rede promete deslocar radicalmente os humanos das atividades de produção de mercadorias. A escrita no teclado, se for possível parafrasear um velho adágio, está claramente na tela. A situação atual do trabalho, portanto, deve ser vista à luz da grande transformação que está acontecendo ao nosso redor. E neste contexto bem podemos perguntar: qual é o efeito da computação em rede sobre os trabalhadores?

Antes de explorar em detalhe as mudanças ocasionadas no domínio do trabalho pela computação em rede, eu gostaria de sublinhar alguns fatores importantes do que está em jogo nesta inovação. O trabalho humano tem implicado a aplicação da força física para a transformação de objetos naturais em bens úteis. É certo que a inteligência tem sempre atuado no processo de

* Artigo originalmente publicado, sob o título "Workers as cyborgs: labor and networked computers", no *Journal of Labour Research*, vol. XXIII, n. 3, summer 2002, p. 339-353. Tradução: Terry Mulhall e Aécio Amaral Jr.

trabalho, encontrando o método melhor e mais fácil para produzir o resultado desejado. Além disso, animais e ferramentas têm sido empregados durante muitos anos para auxiliar a espécie humana. Contudo, a informação sobre o trabalho permanece limitada pelo seu confinamento ao cérebro. Certamente, a memória contribuiu para isto. As tradições coletivas de vilarejos, cidades e as associações medievais alargam as capacidades da memória de um único cérebro e são transmitidas nas práticas de aprendizado para novas gerações. Os aparelhos para o registro das práticas de trabalho são uma outra forma de memória extensa, mas eles têm sido muito lentos para encontrar um lugar nas rotinas do trabalho. Até o século dezoito, a *Enciclopédia* de Diderot foi um primeiro manual sobre técnicas de práticas de trabalho, rompendo com as tradições das corporações que as conservavam secretas. A aplicação de métodos científicos a práticas de trabalho – um outro exemplo da função da informação aplicada ao trabalho – começou com Frederick Taylor apenas no início do século vinte.

Atualmente a informação computadorizada está sendo aplicada ao trabalho humano e maquínico com rapidez assustadora. O que distingue este esforço dos métodos de registro em livros ou da aplicação de métodos sistemáticos é que o computador, uma máquina, assume um lugar mais importante que o do trabalhador, bem como que o da máquina mecânica. De agora em diante devemos entender o trabalho como um produto ainda dos humanos e das máquinas mecânicas, porém ainda mais como uma realização de máquinas de informação. Estes objetos complexos perturbam seriamente os hábitos mentais que aplicamos ao mundo do trabalho. Se se concebe o trabalho no modelo capitalista de custos de produção ou no modelo marxista da composição orgânica do trabalho, as máquinas de informação desestabilizam nossos modelos de compreensão do trabalho. Quando os computadores são centrais para a produção, torna-se difícil medir custos e desempenhos de humanos ou máquinas. As máquinas de informação não se enquadram bem em nossos esquemas de referência sobre o trabalho. Portanto, acrescentar uma máquina de informação a um lugar de trabalho é bastante diferente de acrescentar um outro trabalhador ou uma outra máquina mecânica.

A computação em rede não apenas introduz no trabalho a excentricidade ontológica da máquina de informação. Ela também muda a especificidade territorial e temporal do trabalho. A computação em rede desterritorializa o trabalho, tornando irrelevante a localização do trabalho que está sendo feito na Terra. Similarmente, ela retemporaliza o trabalho ao introduzir um registro da instantaneidade que é compreensível como o tempo do computador, mas não como o tempo humano ou mesmo o tempo da máquina. Pelo fato de que os computadores processam informação quase na velocidade da luz, esta temporalidade está inserida no ritmo mais calmo, mais reconhecível das temporalidades newtonianas dos humanos e máquinas. Além disso, a tecnologia de informação abre o micromundo à inspeção humana, com a nanotecnologia e outros procedimentos avançados prometendo transformar profundamente domínios inteiros de experiência, tais como

trabalho, reprodução humana e a medicina. Neste sentido, a computação em rede altera a estrutura cultural do trabalho, reestruturando-a em formas que não são facilmente discerníveis.

Pelo fato de a computação em rede inserir máquinas de informação no trabalho e reorganizar as condições básicas de tempo e espaço, ela também reconfigura as categorias básicas de mente e corpo, sujeito e objeto que nós empregamos inconscientemente na compreensão do sentido do trabalho.

II. Digressão sobre o método

A tecnologia de informação é um fenômeno emergente, que está em processo de mudanças contínuas e fundamentais. Se tecnologias como o automóvel e mesmo o avião têm alcançado um nível de estabilidade, tal não é o caso com a computação em rede. Por conta da fluidez do fenômeno, os métodos de análise que o mensuram, usualmente quantitativos, são profundamente limitados no estudo da tecnologia de informação. Por exemplo, durante os anos 1990 estudos mensuraram a demografia de usuários *online*, demonstrando de modo consistente que a população era abastada, jovem, de homens brancos americanos. Todos os tipos de conclusão acerca das limitações da tecnologia de computador foram extraídos desses estudos. Lá pelo final da década as mulheres ultrapassaram os homens, e os não-americanos ultrapassaram os americanos como usuários *online*. O percentual dos usuários idosos, menos abastados, e grupos minoritários aumentou. E mais ainda, os objetivos do uso *online* têm mudado drasticamente enquanto a tecnologia se desenvolveu. A introdução do *graphic user interface* da *World Wide Web*, em 1993, acrescentou sons e imagens aos computadores em rede, mudando completamente a natureza de aplicações *online*. Deve-se então ser cuidadoso ao tirar conclusões das medidas estatísticas na esfera da tecnologia de informação.

Até mesmo métodos de inferência são arriscados. A tecnologia de informação não está apenas se disseminando cada vez mais pelo globo e entre grupos diferentes, ela também está mudando sua característica fundamental. Enquanto novas aplicações são desenvolvidas e novas tecnologias se fundem com outras mais antigas, o próprio caráter da computação em rede muda.

III. A luta de classe por e-mail

Nos lugares mais tradicionais de trabalho, os transtornos são quase tão intensos quanto no ciberespaço. Nas maiores corporações de high-tech, tais como IBM e 3Com, com a introdução do e-mail na época neolítica da computação, em meados dos anos 1980, a administração tentou modernizar a prática da caixa de sugestões substituindo o papel por mensagens eletrônicas. Sem desperdiçar tempo manuseando o papel, agora o trabalhador simplesmente envia um e-mail para a administração enquanto está sentado em seu posto de trabalho. Na linha de frente da produção das máquinas de informação, a IBM e a 3Com certamente poderiam estar orgulhosas desta

inovação nas condições de trabalho. No entanto, com a ajuda do e-mail, os trabalhadores aproveitaram a ocasião para transformar a idéia de uma caixa de sugestão num amplo palanque para críticas. Em seus e-mails, os trabalhadores de vez em quando avaliavam a administração percebendo falhas com mais freqüência, para o embaraço dos superiores. Diferente da caixa de sugestões, as reclamações por e-mail foram amplamente distribuídas por todo o lugar de trabalho, tornando-se um quadro de avisos para expor publicamente os defeitos dos líderes da firma. Alguns comentadores têm observado que o e-mail não apenas poupa tempo, mas também “estimula os trabalhadores de todos os níveis a mudar a natureza rígida, hierárquica da comunicação” (Kantrowitz, 1986).

Dentro de poucos anos, a administração da IBM aprendeu sua lição. Como um líder do setor da tecnologia de informação, com as mensagens de computador ultrapassando as chamadas de telefone dentro da empresa, ela não poderia eliminar facilmente os e-mails internos para os trabalhadores. Ao invés disso, a IBM introduziu controles de software em suas conferências internas. Em 1993, um sistema conhecido como VOODOO (Virtual Organizer Optimizer Disk Organizer Optimizer) foi introduzido, o qual monitorou automaticamente e-mails com linguagem ofensiva, tópicos controversos e coisas do tipo. O programa até desestimulou a ironia e o sarcasmo. VOODOO não durou muito tempo, mas os controles ainda estão em vigor nas críticas dos trabalhadores à administração (Scott, 1993). Graças à ampla disseminação dos computadores e softwares de e-mail, a década de 1980 e o início da década de 1990 assistiu a uma disputa entre a administração e os trabalhadores acerca da livre expressão e do controle de comunicações eletrônicas internas da firma.

Em um caso recente, os trabalhadores apelaram ao *National Labor Relations Act* de 1935 numa tentativa de impedir a administração de monitorar e censurar o e-mail. Esta questão em muitos desses casos concerne mais uma vez ao direito dos trabalhadores de criticar a administração. Os trabalhadores que foram demitidos por causa de seus e-mails críticos têm sido reintegrados ou indenizados como uma consequência desses julgamentos baseados no *National Labor Relations Act*. Este ato assegura que os trabalhadores têm o direito de se comunicar entre eles, e com estes julgamentos pelo *National Labor Relations Board*, o e-mail é reconhecido como um meio de comunicação válido. A vigilância dos e-mails dos trabalhadores por programas de software, assim como a vigilância eletrônica do trabalho com técnicas, por exemplo, de contagem de toques do teclado, permanecem fora da jurisdição destas decisões (Yegyzarian, 2000).

Se pelo fim desse período a administração aparentemente tem levado vantagem, a luta, se assim a podemos chamar, deslocou-se para um outro nível com o nascimento do *World Wide Web* em 1993. Daí em diante os trabalhadores poderiam ter homepages na Web fora do alcance da administração. Os trabalhadores descontentes foram daí em diante capazes de mostrar a sua raiva para todo o mundo ver sem medo de retaliações. O *locus* de controle se deslocou da administração para os provedores de Internet. Quando os trabalhadores descontentes usaram a Web para se envolver em

“cybersmearing”, levantando questões sobre o status financeiro da empresa - questões que as vezes tiveram repercussões na bolsa de valores - a pressão recaiu sobre os provedores, para que eles monitorassem seus usuários. O Yahoo, por exemplo, afixou regras que proibem mensagens que são “ilegais, danosas ... difamatórias, caluniosas ... ou qualquer outras consideradas inaceitáveis” (Miller, 1999, p. A7). Tais protestos deram uma virada muito mais ampla quando, em junho de 2000, um vírus (conhecido como o vírus “I love you”) que incapacitou computadores das maiores corporações e nações foi atribuído a um homem ressentido das Filipinas, cuja dissertação foi rejeitada por seu comitê de orientação. Trabalhadores com habilidades modestas de programação foram vistos como uma ameaça às instituições mais poderosas do mundo.

IV. Culturas do trabalho

Quando as condições de trabalho são tão drasticamente reestruturadas pela tecnologia de informação, podemos esperar desorientação e transtornos ao nível fenomenológico. E há muito disto. Primeiro, nos lugares mais sensíveis a estas transformações, as rupturas são maiores. No trabalho de escrever programas de software encontramos padrões e culturas de trabalho inteiramente novos. As figuras do *nerd* e do *hacker* são basicamente novos tipos de trabalhadores. Durante as décadas de 1970 e 1980, uma cultura distinta de trabalho emergiu na indústria de computação. Programas de software foram produzidos por trabalhadores altamente educados, que foram treinados nas novas linguagens das máquinas. Estes trabalhadores foram, antes de mais nada, escritores, pessoas que escreveram símbolos, só que estes símbolos foram criados para controlar máquinas de informação, isto é, foram criados para ser lidos não por um público educado, mas pelas máquinas. Pode-se dizer que os programadores foram pioneiros de uma nova relação entre seres humanos e máquinas. Eles empregaram habilidades cognitivas para se comunicar com objetos inorgânicos. E fizeram isso de tal modo, que estes objetos seriam empoderados, numa maneira de dizer, para executar tarefas com informação. Certamente tudo isso é muito desconcertante.

Os programadores tiveram consciência de que estavam participando de algo novo e até revolucionário. O clima do *Silicon Valley* no norte da Califórnia ressoou com os movimentos da contra-cultura e a Nova Esquerda das décadas de 1960 e 1970, entendendo a sua atividade altamente técnica como uma continuação do espírito anti-autoritário e a sensibilidade da idade de Aquário. Durante o movimento anti-guerra em 1970, um destes professores *hacker* na Universidade da Califórnia, Irvine, anunciou aos estudantes grevistas, com o tom grave de um Trotsky ou um Lênin falando aos conselhos dos trabalhadores em 1917, que uma conexão de computador já conectava a Universidade da Califórnia em Irvine com a Universidade de Stanford e a Universidade da Califórnia em Los Angeles. Agora tínhamos disponível - ele pronunciou como se fosse um oráculo - um meio de comunicação com o norte

da Califórnia que não era controlado pela mídia e que não podia ser monitorado pelo FBI. Pela ingenuidade dos computadores em rede, o movimento era agora autônomo, ele pensou, com suas próprias conexões entre os campus. A realização da tomada revolucionária era apenas uma questão de tempo.

O estilo de trabalho nesta indústria nascente não se pareceu nada com a fábrica industrial fordista nem com os escritórios das empresas americanas. Escrever códigos requer um alto grau de concentração e fôlego intelectual. Os programadores escreveram por várias horas seguidas, não aceitando supervisão. Era como se as empresas de software empregassem um grupo de pessoas com talento literário. Não se pode impor as disciplinas tayloristas sobre tipos como Ernest Hemingway (Ross, 1991). Estes trabalhadores tinham habilidades que iam além das capacidades da administração. Além disso, estes trabalhadores eram comparativamente jovens. Até hoje, as habilidades de computação e programação variam inversamente com a idade. A figura do/a jovem milionário/a que ganhou seu/ua dinheiro ao invés de herdá-lo nasceu com a indústria de computação nos anos 1980 e 1990. Um jovem, Steve Jobs, trabalhando em sua garagem é lenda. Muitas características básicas da Internet foram desenvolvidas por alunos graduados na casa dos vinte anos: MUDs, MOOs, Usenet, Internet Relay Chat, e assim por diante. Os adolescentes com habilidades de programação continuam a ameaçar grandes corporações e até indústrias, tais como Shawn Fanning de dezenove anos escrevendo o Napster, um programa para facilitar o compartilhamento de arquivos de música, e John Johansen, um norueguês de quinze anos escrevendo DeCSS, um programa criado para inviabilizar proteção de cópias em DVDs. Além disso, jovens têm sido responsáveis por introduzir vírus que paralisam grandes computadores em rede do governo e da economia (Robert Morris, um aluno graduado na Universidade de Cornell) ou invadir sites com informação confidencial (Kevin Mitnick, preso aos vinte e cinco anos pelo FBI). Sem qualquer experiência no mundo do trabalho das grandes empresas, estes jovens, com suas habilidades de programação, causaram muitos estragos nas antigas práticas da modernidade capitalista.

V. Informática e controle

Se a cultura dos programadores introduziu transgressões no lugar de trabalho, também o fez a organização comercial das empresas de alta tecnologia. As estruturas da pirâmide [top down] de autoridade do capitalismo, com suas desqualificações contínuas dos trabalhadores, não são apropriadas para companhias de tecnologia de informação. Desde o início, uma estrutura muito mais frouxa e talvez mais democrática emergiu nesta indústria. Um dos primeiros proponentes da tese da democratização em relação à tecnologia de informação é Shoshana Zuboff em livro importante *In the Age of the Smart Machine: The Future of Work and Power*. Zuboff argumenta que a introdução dos computadores no lugar de trabalho e a aplicação geral da tecnologia de informação possibilitam comunicações mais democráticas. Com os

trabalhadores tendo acesso a computadores, os maiores processos das atividades da empresa podem ser disponibilizados em cada terminal. Ao invés de uma organização hierárquica, na qual cada nível sabe apenas o que lhe pertence, a empresa computadorizada se torna, em cada etapa de sua atividade, aberta para todo mundo ver. Zuboff escreve: “A transparência universal compartilhada pode criar um senso de participação mútua e de responsabilidade por eventos operacionais e comportamentais. O acesso conjunto ao texto comportamental pode significar oportunidades para a aprendizagem conjunta” (Zuboff, 1988, p. 361). Quando todos os departamentos, de compras a vendas e atendimento ao cliente, têm acesso à informação sobre uma encomenda de trabalho – o que Zuboff chama o “texto comportamental” – um novo grau de inteligência coletiva é introduzido nas operações econômicas. Um processo de diálogo pode então ser aberto a respeito da encomenda, o que seria impossível sem a computadorização. A prática de negociar e dar entradas a partir de muitos pontos na empresa, por seu turno, pode criar um sentido mais profundo de responsabilidade compartilhada, mais uma vez tornando obsoleta a velha estrutura de hierarquia.

Os críticos têm sido muito rápidos em apontar problemas na posição de Zuboff. Stanley Aronowitz, por exemplo, argumenta contra a afirmação de Zuboff de que a informática cria “um texto social mais rico”, afirmando, ao contrário, que textos mediados por computador são “meramente um tipo de privatização coletiva, e não um desenvolvimento democrático genuíno” (Aronowitz e DiFazio, 1994, p. 102). Esta posição, eu acredito, perde o ponto do argumento de Zuboff. A tecnologia de informação, ela mostra, muda de uma maneira fundamental a própria natureza do trabalho. Num exemplo atordoante da indústria do papel, Zuboff descreve a mudança do trabalho de um método artesanal - no qual os trabalhadores tocavam, sentiam e experienciavam a qualidade do papel nas várias etapas de sua formação, avaliando quando os materiais estavam prontos para a aplicação do próximo processo - para um método informatizado no qual os trabalhadores monitoravam as telas de computadores para se certificar da qualidade apropriada da produção. No último caso, o trabalhador se torna um manipulador de símbolos, trabalhando cognitivamente ao invés de sensualmente. Quando uma trabalhadora do papel trabalha com uma máquina de informação, ela é extraída do local físico e pode facilmente ter conhecimento do processo inteiro de produção. O trabalho se torna o uso de linguagem, e qualquer trabalhador que tem facilidade com aspectos da linguagem em questão tem um grau de poder.

Os críticos de Zuboff também reclamam que, longe de democratizar o lugar de trabalho, a tecnologia de informação torna possível novos graus de controle sobre o trabalhador por parte da administração, facilita novos modos através dos quais o menor movimento do trabalhador pode ser monitorado, gravado e analisado para a avaliação do desempenho. O computador dá à administração o poder último de conhecer tudo sobre a atividade do trabalhador, pelo fato de lhe dar um olhar panóptico absoluto. O que está em jogo aqui é o que Michel Foucault chama a “tecnologia do poder”, um sistema

de controle de poucos sobre muitos por uma combinação de discursos e práticas (Foucault, 1977). No presídio do século XIX, Foucault conjecturou, uma nova forma de poder foi construída, na qual os detentos poderiam ser monitorados por um guarda numa torre central, sem que eles mesmos fossem capazes de saber se o guarda de plantão estava lhes vigiando ou não. O objetivo deste desenho, inventado por Jeremy Bentham, era incutir nos prisioneiros a sensação de estarem sendo constantemente vigiados. A internalização dessa autoridade, avaliou Bentham, era o primeiro passo rumo a uma reforma. Tal técnica de vigilância foi complementada pelo desenvolvimento do arquivo particular, graças ao campo emergente da criminologia, no qual os registros sobre cada condenado foram guardados. Além disso, uma programação fixa de atividades foi introduzida, também designada para disciplinar e introduzir regularidade na vida do condenado. Assim, o regime do panóptico trouxe à tona um sistema de poder que poderia “corrigir” o comportamento “anormal”. Foucault conjecturou que o panóptico foi disseminado pela sociedade moderna – em hospitais, escolas, fábricas e no exército – estabelecendo uma nova forma de controle social que ele chamou “disciplina”.

Resta pouca dúvida que a administração tem empregado métodos panópticos no decorrer do último século e meio, e agora está se tornando claro que a introdução da tecnologia de informação aumenta a expansão deste tipo de controle. De fato, Zuboff tem plena consciência do fenômeno do panóptico, dedicando um capítulo a “O Panóptico Informacional”. Porém, ela observa que o

poder panóptico reflete uma evolução importante do conceito original. Ele está baseado em um novo coletivismo, no qual ‘a massa’ vê a si própria e cada um vê ‘o outro’. A visibilidade horizontal é criada ao mesmo tempo em que a visibilidade vertical é intensificada. O modelo é menos o de um Big Brother que de um lugar de trabalho no qual cada membro é explicitamente empoderado como protetor(a) do(a) seu(ua) companheiro de trabalho. Ao invés de um único observador onisciente, este panóptico depende da custódia dividida do dado que reflete o comportamento mutuamente encenado. Este novo coletivismo é um antídoto importante ao uso unilateral do poder panóptico, mas não é um ideal sem complicações. A transparência horizontal também cria novos dilemas humanos ... (Zuboff, 1988, p. 351)

Esta análise do panóptico ressaltada pela tecnologia de informação não é percebida com frequência pelos críticos que simplesmente observam que os trabalhadores podem, após a introdução do computador na empresa, ser mais efetivamente monitorados. Eles deixam de ver que os trabalhadores também, neste sistema, assumem a posição do observador e podem vigiar a administração e outros trabalhadores. É muito importante na discussão de tecnologia da informação considerar não apenas a maneira em que as novas máquinas alteram posições de trabalho existentes, mas também a maneira em que elas capacitam novos tipos de trabalhadores e novas formas organizacionais

de práticas de trabalho. A sensibilidade para novos padrões de exploração deve ser acompanhada, como na análise marxiana do capitalismo industrial incipiente, por uma conscientização de novas possibilidades para a democratização. Do contrário, a análise é limitada ao que Nietzsche chamou *ressentimento*, efetivando discursivamente não a mudança liberatória, mas a paralisia e a defesa.

VI. Organizações digitais

No entanto, há um mundo “real”, que significa a corporação Microsoft. Se alguma empresa representa metonimicamente a revolução da tecnologia de informação, não é a IBM, mas a Microsoft. E uma olhada para o monstro de Redlands fornece um quadro que não é nem um pouco bonito. Leitores de *Microserfs*, de Douglas Coupland, descrevendo em pormenores o cotidiano da empresa de Bill Gates, ficam com um sentido triste, desconsolado de oportunidade perdida (Coupland, 1995). Assim como em *Neuromancer*, de William Gibson (1984), um romance punk de ficção científica, definiu a Internet como “ciberespaço” mais enfaticamente que qualquer outro cientista da computação, cientista social, ou humanista, assim também *Microserfs* descreveu, através de um trabalho de imaginação, a realidade do trabalho na maior empresa de software - de fato, desde 1999, a corporação mais altamente capitalizada do globo. A corporação Microsoft incorpora a vitória do antigo estilo empresarial sobre as possibilidades mais benéficas abertas pela introdução da tecnologia de informação. A mercadoria criada pela Microsoft, primeiro o DOS depois o Windows, e o resto dos aplicativos (Word, Excel, Access, Internet Explorer, e assim por diante) tem domesticado tanto quanto possível a tecnologia de informação para formas de atividade econômica e organização preexistentes.

Não obstante o fato de que a Microsoft e outras empresas tenham adaptado novas tecnologias tanto quanto possível à organização taylorista dos negócios, há aqueles que percebem grandes oportunidades para mudança no domínio de trabalho através da digitalização da informação. *Digital Economy*, de Don Tapscott, escrito para um público popular com executivos em mente, e *The Information Age*, de Manuel Castells, um compêndio enorme de três volumes escrito para um público acadêmico, vislumbram mudanças fundamentais na economia; ambos descrevem esta mudança como uma consequência da introdução da tecnologia de informação digital, e ambos insistem na saliência da rede, global no seu alcance, como a base para uma nova ordem econômica. Tapscott mostra que atualmente em torno de sessenta por cento da força de trabalho manipula símbolos, e oitenta por cento dos novos postos de trabalho estão neste setor (Tapscott, 1996, p. 07). Menos de vinte por cento dos trabalhadores estão nos tradicionais setores primário e secundário de agricultura, manufatura e minas. Castells acrescenta um nível de sutileza a esses dados familiares, argumentando que “... a mudança do industrialismo para o informacionalismo não é equivalente histórico da transição das economias agrária à industrial, e não pode ser igualada à

emergência da economia de serviços”. O que está em jogo não é a mudança nas atividades de trabalho, porque os trabalhadores ainda atuam na agricultura e na manufatura. Ao invés disso, a mudança está num outro nível. Ele escreve: “O que tem mudado não é a natureza das atividades em que os seres humanos estão inseridos, mas sua capacidade tecnológica para usar como uma força produtiva direta o que distingue nossa espécie como uma aberração biológica: a capacidade superior para processar símbolos” (Castells, 1996, p. 92). Para Castells, e isto é o mais importante no entendimento do efeito da tecnologia de informação no trabalho, a tecnologia de informação significa humanização. O trabalho agora é direcionado mais especificamente que no passado para o aspecto único de nossa espécie: a mente.

O significado da observação de Castells é imenso. Aqueles que defendem formas de industrialismo mais velhas o fazem com freqüência alegando que elas são mais humanas, que os computadores de algum modo desumanizam o trabalho. O argumento aqui é o inverso: qualquer animal pode exercitar os músculos, mas nenhuma outra espécie se aproxima da habilidade humana com a linguagem. A mudança de uma economia industrial para uma economia informacional se dá rumo ao humano. Por implicação, a direção e o controle da nova economia teria que proceder sobre princípios diferentes daqueles do passado. Quando o músculo estava sendo formado e organizado pela administração, um certo padrão de hierarquia foi instalado e podia ser considerado apropriado, uma pirâmide com linhas claras de autoridade e responsabilidade, em resumo, um regime disciplinar, como Foucault sugeriu. Mas quando a simbolização é a chave para o sucesso econômico, tanto Castells quanto Tapscott argumentam, um sistema de controle menos rígido é requerido. Um sistema que permita inputs a partir de vários pontos na estrutura, que permita e até incentive o desconhecido, a invenção, a emergência do insight criativo a partir de qualquer posição de fala, e que também exija respeito, desconsiderando o status do falante na empresa.

Mas Castells comete um erro fundamental na sua avaliação da humanização da nova economia digital. Paradoxalmente, ele deixa de levar em conta as máquinas de informação. A “capacidade superior dos seres humanos para processar símbolos” é um julgamento relativo a outras espécies vivas. É altamente suspeito quando aplicado a computadores. A nova economia não é de humanização, mas de pós-humanização, de uma simbiose profunda de humanos com máquinas. Não é, como os Luddites argumentam, a desumanização: isto poderia ser verdade no industrialismo que organizou a produção em torno da capacidade da máquina mecânica. A economia digital, por contraste, organiza a produção em torno de uma parceria de humanos com máquinas de informação. E por ora deveria estar claro que estão em jogo duas outras tendências que Castells não considera suficientemente. Primeiro, as máquinas estão se tornando cada vez melhores em simbolização, de modo que elas ultrapassarão capacidades humanas em muitas áreas de uso da linguagem, se é que já não o fizeram. Segundo, os humanos provavelmente também estão mudando com o avanço do projeto genoma e a progressiva compreensão do DNA. Não podemos mais assumir um mundo de espécies

fixas com características fixas, tais como o processamento do símbolo, mas devemos reconhecer que as máquinas e os humanos estão no meio de um processo profundo de transformações distintas mas inter-relacionadas.

A rede global complica mais ainda a posição e o caráter do trabalho. A combinação da produção globalizada com as comunicações globais remove as limitações espaciais e temporais que têm caracterizado todos os sistemas econômicos anteriores. É verdade que métodos de transportação têm sido desenvolvidos no decorrer de milhares de anos, facilitando o comércio de bens através de fronteiras locais. É verdade também que a Revolução Industrial ampliou consideravelmente o sistema de transporte, permitindo o movimento motorizado. O acréscimo da computação em rede elevou as coisas a um novo nível. As atividades econômicas podem ser coordenadas agora apesar da localização, com mais trabalhadores trabalhando pelo modem, mais processos administrados pelo computador, e mais transações ocorrendo através das linhas telefônicas (Carnoy, Castells et al., 1993). Com a quantidade crescente de produção e o comércio entre fronteiras nacionais, mais e mais trabalhadores se encontram em concorrência com trabalhadores de outros países, e trabalhando para empresas baseadas em outros países. A condição de trabalho é agora parte do que Manuel Castells chama "a sociedade em rede". Ele afirma que "relações entre capital e trabalho (todos os tipos de capital, todos os tipos de trabalho) estão organizados em torno do modo de produção da empresa em rede. Esta empresa em rede está também globalizada em seu núcleo através de redes de telecomunicação e transporte. Assim, o processo de trabalho está globalmente integrado, mas o trabalho tende a ser localmente fragmentado" (Castells, 2000, p. 421). O trabalho, então, se encontra num contexto econômico novo, para o qual está pouco preparado.

Em termos gerais, o movimento operário norte-americano respondeu defensivamente à empresa em rede. O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio e o Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio - dois sistemas de acordo comercial dos anos 1990 que reajustaram as economias às condições da globalização pela remoção de obstáculos ao comércio - foram contestados no geral pelos sindicatos. As passeatas em Seattle no início de 2000, que protestaram contra a globalização, as reuniões do Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio incluíram a importante participação dos trabalhadores organizados. A esquerda em geral viu estes protestos como um sinal de que os trabalhadores, ambientalistas, e muitos outros grupos tinham acordado para os perigos do capital global. Antes das passeatas eram poucos os americanos que sabiam muito a respeito da Organização Mundial do Comércio; depois delas, a situação tem se transformado. Uma nova consciência da sociedade em rede foi imposta à população. Mas a importância destes eventos e protestos não está ainda muito clara. Eles representaram de fato o renascimento do movimento operário, ou foram o último suspiro da maneira como este movimento se desenvolveu no contexto da revolução industrial?

Os males do capitalismo global são inquestionáveis. Nos Estados Unidos a desigualdade de renda está crescendo rapidamente. Como Don Tapscott, que está longe de ser um crítico de extrema esquerda do capitalismo, demonstra:

“um por cento das famílias norte-americanas possuem perto de quarenta por cento da riqueza nacional. Os vinte por cento das famílias norte-americanas mais ricas (...) possuem oitenta por cento da riqueza do país. A disparidade da riqueza e da renda está ocorrendo mais rápido nos Estados Unidos do que em qualquer outra nação desenvolvida” (Tapscott, 1996, p. 285). Globalmente, a situação é ainda pior. As estimativas são de que oitenta por cento da riqueza global é consumida por vinte por cento da população; os vinte por cento mais pobres têm um e meio por cento da renda mundial. Apesar de algumas nações asiáticas terem melhorado enormemente as suas economias desde os anos 1970, e não obstante o fato de que existem bolsões de riqueza em alguns países latino-americanos, em geral a divisão norte-sul tem se aprofundado em termos de condições materiais. A globalização do livre comércio, pelo menos até esta altura, parece estar beneficiando primariamente aqueles já ricos e prejudicando aqueles já pobres. Os proponentes da globalização argumentam que com o comércio livre o planeta deve aumentar a riqueza de todas as nações, enquanto os críticos apontam para os fatos desagradáveis do presente.

Contudo, a condição produzida para o trabalhador norte-americano pela rede global é ela própria globalizada. Os trabalhadores que produzem sapatos no Texas estão em concorrência direta com trabalhadores que produzem sapatos em Bangkok. Na realidade, eles podem estar trabalhando para a mesma empresa. No entanto, os padrões de vida nos dois lugares são muito diferentes, assim também os salários. A questão difícil de ser encarada é como levar essas novas circunstâncias em consideração. Uma política de resistência por parte dos trabalhadores norte-americanos está provavelmente fadada a falhar. Se examinarmos a capacidade do movimento operário para desenvolver uma resposta perspicaz e efetiva, vemos sérios problemas. Como Eric Lee demonstra, até o ano 2000 os sindicatos de trabalhadores sequer tinham sites na Internet. Há muito pouca troca de informações através de fronteiras nacionais, quase não existe banco de dados da atividade sindical, condições de trabalho, e assim por diante. Lee propõe o desenvolvimento de uma “imprensa online do trabalho global, de um arquivo/grupo de discussão/jornal e uma rede de advertência rápida sobre direitos sindicais”. E até estas etapas elementares, ele avalia, são “prematuros”, dada a indiferença e a falta de informação do movimento sindical sobre as novas tecnologias de informação (Lee, 1999, p. 242).

Até nestas circunstâncias extremas há aqueles que vêem a nova ordem global como uma oportunidade ao invés de uma ameaça. Peter Waterman argumenta que os capitalistas que apóiam os mercados globais estão criando inadvertidamente condições para um movimento internacional dos trabalhadores. Ele propõe uma “nova solidariedade global” na face da marcha do mercado (Waterman, 1999, p. 254). No nível global, os trabalhadores agora estão de fato nas condições da produção coletiva. Levados a elas pela avidez e dinâmica do capitalismo, *trabalhadores do mundo* é agora uma frase que ressoa não apenas como um ideal nobre, mas como uma realidade empírica. Para Waterman, olhando para Marx, as leis de movimento do modo de produção capitalista estão produzindo as condições globais para sua própria superação.

Se ele estiver certo, a questão que permanece é como os trabalhadores podem se conscientizar dessas circunstâncias e como eles podem construir um movimento político para alcançar este fim. Uma coisa é certa: a *única* maneira de construir um movimento dos trabalhadores numa escala global é por meio da Internet. A computação em rede é a única que fornece aos trabalhadores de diferentes países a possibilidade de se comunicarem, acumulando conhecimento mutuamente relevante, e construindo um movimento político. Dada a lentidão do movimento de trabalhadores americanos em adaptar a Internet aos seus próprios fins, pelo menos, a situação no presente é péssima.

Se a utilização da tecnologia de informação pelo movimento operário é uma chave na resposta do trabalho à globalização, uma outra condição que também pode ser entendida como cultural é igualmente crítica. Os trabalhadores devem entender suas identidades como construídas através das tecnologias de informação e necessitando da transformação de configurações nacionais para globais. Castells está convencido da questão da identidade em relação à sociedade em rede. Ele argumenta:

Num mundo de fluxos globais de riqueza, poder, e imagens, a busca pela identidade coletiva e individual, dada ou construída, torna-se a fonte fundamental de significado social... A identidade está se tornando o principal, e às vezes a única fonte de sentido num período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, pela deslegitimação das instituições, pelo desmanche dos principais movimentos sociais, e por expressões culturais efêmeras... Segue-se (que existe) um racha fundamental entre o instrumentalismo universal, abstrato, e identidades particulares historicamente enraizadas. *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em torno da oposição bipolar entre a Rede e o Self* [ênfase no original] (Castells, 1996, p. 3).

O difícil problema que é colocado por Castells numa linguagem abstrata é que os trabalhadores têm que abandonar suas identidades nacionais e descobrir uma nova fonte de identidade como pontos na rede.

VII. Software e você

Este é um enorme quebra-cabeça. Uma mudança cultural deste tipo é difícil, desorientadora e confusa. A tecnologia de informação introduz uma reestruturação do espaço cultural, colocando em proximidade fenômenos que até agora permaneciam separados, e uma reestruturação da temporalidade culturalmente definida, trazendo simultaneamente eventos que antes apareciam de uma maneira seqüencial ou linear. As configurações culturais em mutação de tempo e espaço transformam o sentido do *self* do indivíduo. Uma vez que o *self* é composto de relações com outros que servem para orientar o indivíduo no mundo, novas conexões, tais como intimidade à distância, perturbam a estabilidade e a coerência da vida cotidiana.

Os cientistas sociais estão descobrindo a profundidade dessas

mudanças nos micro-estudos sobre lugar de trabalho e tecnologia de informação. Jackie Zalewski e Anteaus Rezba estudaram um hospital no Meio Oeste que introduziu um software para encomendar materiais pela Internet. Anteriormente os trabalhadores de vários departamentos do hospital preenchiam novos pedidos com o departamento de compra, que então os comprava dos vendedores. Esse procedimento levou às reuniões face-a-face entre trabalhadores no setor de compras e outros setores do hospital. As relações se desenvolveram ao longo dos anos entre agentes de compra e outros, de modo que se alguém precisasse de certos materiais mais rapidamente que o normal, estes pedidos especiais poderiam ser atendidos. Zalewski e Rezba observam também que o sistema anterior era ineficiente, uma das motivações para a administração introduzir o novo software. Elas também demonstram que os procedimentos antigos eram mais difíceis que os novos para a administração controlar.

Fazendo compras direto na Web, assim, eliminou-se uma rede de contatos e relações pessoais. Para pedir equipamento e materiais, os trabalhadores agora interagem silenciosamente com um software. O novo sistema era mais eficiente e também, Zalewski e Rezba demonstram, facilitou um maior controle dos trabalhadores por parte da administração. Teorizando a partir das perspectivas de Marcel Mauss, Raymond Williams, e Harry Braverman, entre outros, os pesquisadores incorporam seus achados em uma narrativa de condução do trabalho cada vez pior. A tecnologia de informação, elas argumentam, aumenta a alienação do trabalhador. Elas escrevem:

Em geral, as comunicações eletrônicas estão livres de nuances pessoais que caracterizam comunicações face-a-face. Especificamente, elas carecem de enquadramento, tais como “Alô. Como vai você?” Isto é, em grande parte, uma função do formato padrão de aplicações eletrônicas e a “injunção Accolade” para usá-las como a forma primária de comunicações entre departamentos. Como resultado, as comunicações eletrônicas podem ser caracterizadas como instrumentais, o seu conteúdo geralmente comunica uma necessidade de compra do Departamento. Pelo fato de que o sistema eletrônico tem a capacidade única de dirigir e registrar as ações dos trabalhadores numa cadeia de fornecimento, compromissos anteriormente desenvolvidos entre trabalhadores através de comunicações verbais são substituídos, em grande medida, por um “comprometimento ao sistema” (Zalewski e Rezba, 2000, p. 11).

Enquanto as autoras têm cuidado em apresentar o seu trabalho imparcialmente, uma narrativa do declínio e da desumanização entra nas suas análises.

A mesma perspectiva é dada por outros estudiosos mais conhecidos do processo de trabalho. O livro *The Jobless Future* (1994), de Stanley Aronowitz e William DiFazio, estuda a introdução da tecnologia de informação entre arquitetos e engenheiros nos setores público e privado nos estados do Meio Atlântico. Após extensivas entrevistas e análises, conduzidas durante vários

anos, eles concluem que “engenheiros e arquitetos computadorizados perdem status profissional, tornando-se mais rigorosamente controlados pelos administradores (...) Nossos estudos mostraram que o panóptico não é facilmente deslocado, que até mesmo a tecnologia mais revolucionária pode ser recrutada no interesse do poder reprodutivo, neste caso para degradar ainda mais o trabalho dos engenheiros, e até mesmo para ser usado como um instrumento de proletarização” (Aronowitz and DiFazio, 1994, p.104, 131). Apesar de alguns trabalhadores no estudo preferirem a nova tecnologia, os estudiosos do trabalho, sensíveis como são aos direitos dos trabalhadores, apresentam uma narrativa do declínio e uma lógica da suspeita sobre os motivos dos administradores.

A tecnologia de informação pode nem sempre se enquadrar nos interesses dos dirigentes da indústria. Joan Greenbaum estudou a introdução da tecnologia da informação desde o início da introdução dos computadores no lugar de trabalho. Ela indica como os computadores iniciais se enquadram nas estratégias da administração de uma maneira diferente do micro-computador. O último fornece trabalhadores com mais flexibilidade e independência, o que com certeza não é uma meta da administração. Na próxima fase, micro-computadores foram conectados pela *Local Area Networks*. O software em rede tenta colocar os trabalhadores novamente sob um controle mais centralizado, mas ao mesmo tempo facilita a dispersão do lugar de trabalho no espaço. Greenbaum (1998, p. 178) afirma: “O software em rede, as interfaces de fácil utilização e os pacotes de aplicação integrada refletem os interesses das organizações em reintegrar o fragmentado trabalho do escritório, e simultaneamente difundir os resultados desse trabalho nas áreas de unidade terceirizadas geograficamente dispersas”. Uma nova condição de separação espacial se faz possível pela computação em rede. E essa condição conduz a conseqüências não-intencionais, com implicações ambivalentes. O ato de conectar trabalhadores dispersos inaugura novas comunicações e novas possibilidades organizacionais. Nas palavras de Greenbaum, “O conceito criativo de comunicação, como o de automação, pode estar entrando em conflito com os objetivos das empresas de competir no capitalismo pós-industrial, pois isto poderia estar abrindo possibilidades para mais comunicação de baixo para cima e, neste sentido, desacelerando ou interferindo os objetivos controlados da administração” (1998, p. 181). Aqui temos uma perspectiva mais complicada do impacto da tecnologia de informação, que aponta para as possibilidades de novas formas de trabalho na computação em rede.

VIII. Perspectivas pós-modernas

Uma revisão de alguns exemplos dos estudos do trabalho concernentes à tecnologia da informação indica a necessidade de cautela a respeito dos conceitos e da estrutura narrativa. A estória dos computadores em rede no lugar de trabalho não pode ser concluída neste momento. Estamos no meio de uma grande transformação, para aludir à escrita visionária de Karl Polany, cujo resultado está longe de ser claro. A tecnologia da informação nos desafia

a esperar o inesperado e buscar conceitos que permitam ao pesquisador apreender o novo, assim como o velho. Num nível teórico, Nick Dyer-Witthford fornece um bom exemplo de combinar perspectivas teóricas mais antigas com entendimentos mais novos das possibilidades para o trabalho na conjuntura atual. Ele escreve:

Em cada ponto [no circuito do capital] nós veremos como o capital usa altas tecnologias para fazer cumprir o comando, impondo níveis crescentes de exploração no lugar de trabalho, expandindo a inclusão de vários domínios sociais, aprofundando sua penetração no meio ambiente, intensificando as relações de mercado, e estabelecendo um sistema panóptico de mensuração, vigilância, e controle por meio de redes digitais, com amplo alcance. (...) eu argumento que o desenvolvimento de novos meios de comunicação, vital para o fluxo tranqüilo do circuito do capital – fax, vídeo, televisão a cabo, novas tecnologias de difusão, e sobretudo computadores em rede – também cria a oportunidade para que pontos de insurgência, dispersos e isolados em outros contextos, conectem-se e combinem-se entre si (Dyer-Witthford, 1999, p. 92-93)

Para tirar proveito das economias de computadorização, continua Dyer-Witthford, o capitalismo é compelido a promover um grupo de trabalhadores altamente treinados e qualificados, que ele chama “um proletariado virtual”, uma força de trabalho cheia de novas formas de resistência, tais como os *hackers*. Longe de ser uma força de trabalho dócil, disciplinada e controlada, tem-se visto que os atos de desobediência e resistência aberta têm crescido, segundo ele. *La perruque*, um termo usado por Michel de Certeau para a resistência informal, de retardo, encontra novas vias no mundo da alta tecnologia (Certeau, 1984). Até as formas tradicionais de protesto de trabalho estão ganhando espaço no setor de alta tecnologia, como na greve dos trabalhadores de Verizon em agosto de 2000. Em torno de oitenta e seis mil trabalhadores entraram em greve, para surpresa da arcaica indústria da informação, que dependia das tradições de relativa docilidade e prosperidade econômica. Igualmente, porém, os trabalhadores de sex-fone e sex-internet na Alemanha reivindicam suas condições de trabalho e demandam paridade completa com os trabalhadores dos setores mais tradicionais. Um juiz em Kassel concordou com eles (Reuters, 2000). Citando numerosos exemplos de contramovimentos e oposições que tiram vantagem da computação em rede, Dyer-Witthford prevê que a computação em rede terá a consequência não-intencional de criar as condições para mudanças importantes nas lutas do trabalho. Ele opina que: “Em algum lugar entre o ativismo em ondas de rádio e computadores em rede, e as odisséias de proletários caminhando de San Salvador a Vancouver ou de Manila à Cidade do Kuwait, uma nova composição global de classe está nascendo” (Dyer-Witthford, 1999, p. 147). Se uma “nova composição global de classe está nascendo” ou não, o avanço da análise de Dyer-Witthford depende da sua consciência das mudanças nas

configurações espaciais e temporais introduzidas pela computação em rede.

Assim como Castells, Dyer-Witthford deixa relativamente sem exame o nível cultural da questão. A formação de novas identidades, nos termos de Castells, ou novas composições de classe, na linguagem mais marxista de Dyer-Witthford, depende da mediação do meio, o que implica em retornarmos necessariamente às categorias de Marshall McLuhan. O self está sendo reconstruído em relação às máquinas de informação, máquinas que introduzem uma simbiose profunda com o humano. Enquanto a configuração de trabalho emergente é necessariamente, como Castells e Dyer-Witthford concordam, global, é também pós-humana, juntando tecnologia profunda com humanos. O estudo de tecnologia da informação e trabalho, portanto, deve considerar a montagem do humano e da máquina em novas configurações de tempo e espaço, corpo e mente, sujeito e objeto, todas as quais, aliás, encontram-se completamente fora das intenções dos administradores e capitalistas. Nestas novas condições, novas formas de subjetividade devem necessariamente surgir, aquelas que são de longe muito mais complexas que as identidades centradas da época moderna. Os mecanismos através dos quais estas subjetividades múltiplas, dispersas, conectadas através de máquinas são construídas é uma área importante para pesquisa e análise no domínio do trabalho e da tecnologia da informação.

Referências bibliográficas

- ARONOWITZ, S. and DIFAZIO, W. 1994. *The jobless future: sci-tech and the dogma of work*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CARNOY, M., CASTELLS, M, et al. 1993. *The new global economy in the information age*. University Park: Penn State University Press.
- CASTELLS, M. 1996. *The rise of the network society*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers.
- _____. 2000. "Materials for an exploratory theory of the network society". In: HARTLEY, J. and PEARSON, R. (eds.). *American cultural studies: a reader*. New York: Oxford University Press. p. 414-436.
- CERTEAU, M. 1984. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press.
- COUPLAND, D. 1995. *Microserfs*. New York: HarperCollins.
- DYER-WITHEFORD, N. 1999. *Cyber-Marx: cycles and circuits of struggle in high-technology capitalism*. Urbana: University of Illinois Press.
- FOUCAULT, M. 1977. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Pantheon Books.
- GREENBAUM, J. 1998. "From Chaplin to Dilbert: the origins of computer concepts". In: ARONOWITZ, S. and CUTLER, J. (eds.) *Post-work: the wages of cybarnation*. New York: Routledge. p. 167-184.
- KANTROWITZ, B. 1986. "A new way of talking". *Newsweek*, March 17.
- LEE, E. 1999. "Trade unions, computer communications and the new world order". In: MUNCK, R. And WATERMAN, P. (eds.) *Labour worldwide in*

- the era of globalization: alternative union models in the new world order*. New York: St. Martin's Press. p. 229-244.
- MILLER, G. 1999. "Online power gives David a little leverage on Goliath". *Los Angeles Times*, February 1.
- REUTERS. 2000. "Germany decides online sex workers have rights". *New York Times*, August 11.
- ROSS, A. 1991. "Hacking away at the counterculture". In: PENLEY, C. and ROSS, A. (eds.) *Technoculture*. Minneapolis: University of Minnesota Press. p. 107-134.
- SCOTT, J. 1993. "On-line, and maybe out of line taking by computer has changed the way workers behave (and misbehave)". *Los Angeles Times*, September 24.
- TAPSCOTT, D. 1996. *The digital economy: promise and peril in the age of networked intelligence*. New York: McGraw-Hill.
- WATERMAN, P. 1999. "The new social unionism: a new union model for a new world order". In: MUNCK, R. and WATERMAN, P. (eds.) *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. New York: St. Martin's Press. p. 247-263.
- YEGYAZARIAN, A. 2000. "Nosy bosses face limits on e-mail spying - workers gain new freedoms". *PC World*, September: 62.
- ZALEWSKI, J. and REZBA, A. 2000. "'Where the links were broken': mandating efficiency through an electronics supply chain". Unpublished manuscript, p. 1-13.
- ZUBOFF, S. 1988. *In the age of the smart machine: the future of work and power*. New York: Basic Books.

RESUMO

Trabalhadores como ciborgues: trabalho e computadores em rede

Os computadores em rede estão transformando o lugar de trabalho. A natureza da transformação, concorda-se geralmente, tem implicações importantes para o tradicional conflito entre administração e trabalhadores. Entretanto, tais implicações ainda estão longe de ficar claras. Há aqueles que vêem na computação em rede a possibilidade de uma nova ciberdemocracia e uma humanização do trabalho. Outros vêem a desumanização do lugar de trabalho e a emergência de uma informação panóptica. Este artigo enfoca em particular o movimento organizado dos trabalhadores e argumenta que ele está precariamente preparado para defender a posição dos trabalhadores na nova economia global da informação. Uma das principais características desta economia é a emergência de uma configuração pós-humana na qual humano e máquina estão interligados de novas formas.

Palavras-chave: Pós-humano, informação panóptica, economia digital, empresa em rede, subjetividades conectadas por máquinas.

ABSTRACT

Workers as cyborgs: labor and networked computers

Networked computers are transforming the workplace. The nature of the transformation, it is generally agreed, has important implications for the traditional conflict between management and workers. The implications are, however, far from clear. There are those who see in networked computing the possibility of a new cyber democracy and a humanization of work. Others see a dehumanized workplace and the emergence of an information panopticon. This article focuses in particular on the organized labour movement and argues that it is poorly prepared to defend the position of workers in the new global information economy. One of the main characteristics of this economy is the emergence of a posthuman configuration in which human and machine are linked in new forms.

Keywords: Posthuman, information panopticon, digital economy, network enterprise, machine-linked subjectivities.

SUJEITOS E MOVIMENTOS CONECTANDO-SE ATRAVÉS DE REDES¹

Ilse Scherer-Warren

Gostaria de iniciar com algumas reflexões preliminares acerca da dialógica entre o Sujeito e o Movimento na sociedade complexa. A partir de uma perspectiva sociológica se pensa o sujeito sempre no conjunto de suas relações sociais, ele se constrói na sua relação com o outro, na alteridade. Todavia, as abordagens teóricas sobre a constituição do sujeito contemporâneo, apresentam diferentes cenários ou possibilidades. Portanto, seleciono, neste momento, três alternativas que nos permitem pensar possibilidades diversas de construção de identidades coletivas:

1 - Identidades sociais difusas/fragmentadas: A fragmentação da vida social, com apelo à individuação, e no extremo ao individualismo, implica que as ações baseadas em identidades coletivas tornam-se cada vez mais raras, sendo pouco frequentes organizações de movimentos sociais. Esta é a alternativa apresentada pelos pensadores “pós-modernos” (radicais): A organização da sociedade pós-moderna isola os indivíduos, estimula rivalidades, contribui para a construção de subjetividades em torno de papéis sociais fragmentados, diminuindo o poder das identidades sociais e coletivas através de movimentos sociais propriamente ditos, no sentido, por exemplo, dado por Touraine. No máximo, estes sujeitos se constituem em grupos identitários no modelo denominado de “tribos”, segundo Maffesoli.

2 - Identificações sociais múltiplas: As subjetividades são construídas em torno das múltiplas relações sociais em que o indivíduo participa, incluindo-se aí as mobilizações de cunho político e as respectivas formações discursivas dos sujeitos identitários. Desta forma, poderá se pensar num ator coletivo portador de múltiplas identidades, por exemplo, um sujeito que se auto-identifica enquanto ecologista, feminista, sindicalista, etc. Esta alternativa é apresentada pelos teóricos *des-construtivistas*, que dirão que as identidades são contingentes e mutáveis, de acordo com as articulações discursivas das redes e dos processos de formação dos movimentos sociais, conforme é apresentado especialmente por Laclau e Mouffe.

3 - Reconhecimento social das identidades: A subjetividade nunca ocorre como processo individual isolado. Ela ocorre na relação do indivíduo com seus grupos de referência. Em tempos de globalização e na sociedade complexa, o sujeito convive com um número crescente e variado de interações, diversidade de códigos culturais de referência, e tem ao seu alcance um aumento de organizações que formam redes, seja virtuais ou presenciais. Desta forma, as identidades coletivas formam-se inicialmente na identificação dos pares (sejam

¹ Palestra proferida na Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura, Congresso Internacional de Ética e Cidadania – Curitiba 31 a 04/10/2000.

eles ecologistas, feministas, negros, comunitários e assim por diante). Em seguida, a subjetivação, de uma forma mais complexa, pode ocorrer no cruzamento das diversas referências simbólicas destes na esfera pública ampliada, onde através do reconhecimento social começa a se formar o que denominamos de movimentos sociais. Mas, o reconhecimento só pode ocorrer se houver uma relação dialógica entre os diferentes atores, oriundos de organizações com identidades diferenciadas, para que se construa o reconhecimento mútuo, na alteridade e com respeito às diferenças. Perspectivas *neo-comunitaristas*, *pós-modernas críticas*, *pós-coloniais* contribuem para se pensar esta alternativa (vide Taylor, Lash, Bauman, Bhabha, Boaventura Santos, etc).

Tendo como pressuposto, especialmente as duas últimas abordagens teóricas acerca da constituição dos sujeitos coletivos, como definir movimento social? *Movimento Social* deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil.

A partir deste ponto de vista, distingue-se as noções de movimento social e de organização. O que se observa na realidade empírica são as organizações, as redes de interação e as práticas particulares. Organizações são, por exemplo, Associações de bairro e grupos comunitários, Grupos de mútua-ajuda e voluntariado, Associações de classe, como sindicatos e associações profissionais, Organizações não-governamentais (ONGs), Organizações de defesa da cidadania, que lutam pela defesa de direitos específicos e/ou pela melhoria da qualidade de vida (de gênero, ecologistas, étnicos, etc).

Portanto, como se passa da organização ao movimento? As organizações são elos da rede de movimentos. Podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social. Apenas para dar alguns exemplos: o movimento ecológico é um conjunto de práticas e valores que transcende as ONGs ou grupos de ecologistas, e que tem repercussões no tecido social, do cotidiano à esfera pública; no Movimento Sem Terra (MST) há múltiplas organizações, acampamentos, assentamentos, grupos de coordenação, ONG de referência, grupos de apoio, etc. (Vide Rossiaud & Scherer-Warren, 2000).

Será, assim, na ação intercruzada e cumulativa das múltiplas formas de organizações e práticas pela cidadania, a partir das redes das redes de movimentos sociais, que a sociedade civil se fortalece e cria legitimidade na esfera pública. No Brasil, de fato, esta sociedade civil ainda é muito frágil, e o abuso da violência do poder público contra o cidadão é a prova disto (P. ex., as agressões policiais aos Sem-Terra, ou a agressão que houve à manifestação dos Outros 500, na Bahia, por ocasião da comemoração oficial do descobrimento do Brasil).

A questão que se coloca, a seguir, é de como tratar *metodologicamente as redes*, para a análise dos movimentos sociais. A noção de rede é polissêmica. Vem sendo construída enquanto conceito analítico, mas é também um conceito propositivo dos próprios movimentos sociais (Scherer-Warren, 1999, cap. 1). Para ser usada enquanto conceito operacional na tarefa de pesquisa, deve-se, pois, explicitar em que sentido está sendo empregada. A noção de rede aparece com uma frequência muito grande nos estudos sobre a sociedade contemporânea. Poder-se-ia perguntar sobre as razões desta presença nas ciências em geral e, em particular, nas ciências humanas. Três respostas teóricas merecem ser consideradas, do ponto de vista da análise sociológica da sociedade contemporânea e, especificamente, em termos das ações coletivas:

- As redes são **estruturantes** da sociedade contemporânea globalizada. Uma das importantes contribuições desta concepção encontra-se nos estudos de Manuel Castells (1996; 2000). Segundo este autor, a sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser identificada pela pesquisa empírica como característica da era da informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social do capitalismo e estatismo do século XX, as redes seriam figuras-chave da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais (2000, p.5), e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos (Castells, 1996, vol II: The power of identity).
- A análise de redes é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea. Seguindo esta concepção, vários autores têm empregado nos estudos sobre os movimentos sociais (vide Emirbayer & Goodwin, 1994; Diani, 1997; Risse & Ropp & Sikkink, 1999, e outros). Nesta linha, Diani considera que a “agência” assume supremacia em relação ao enfoque estrutural, sendo a rede tanto um produto como uma condição da ação (ibid., p. 143). Risse et alii. (op. cit), constroem um “modelo espiral” para investigar as redes de advocacia transnacional na área dos direitos humanos.
- As redes referem-se a um tipo de **relações/articulações** sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes que merecem uma atenção especial das ciências sociais. Diferentes metodologias e teorias propõem-se a apreender e retratar aspectos diversos deste fenômeno (vide Melucci, 1996, Lash, 1997, Scherer-Warren, 1998b; 1999, e outros).

Consideramos este último procedimento especialmente frutífero para o entendimento dos movimentos sociais e das ações coletivas. Na sociedade contemporânea, complexa, globalizada, informatizada, três dimensões são relevantes para se pensar a perspectiva de redes inerentes à dinâmica dos movimentos sociais: da sociabilidade, da espacialidade e da temporalidade

histórica (veja detalhamento em Scherer-Warren, 1998b).

Ao nível da **sociabilidade** encontramos as redes sociais do cotidiano, que se constroem a partir das tradicionais redes sociais primárias (famílias, círculos de amizades, comunidades, grupos identitários locais, etc.), que são penetradas por redes virtuais (intersubjetividades decorrentes de exposição a mídia ou a intercâmbios por meios eletrônicos, como a internet), e que em conjunto vão formando as novas identidades na era da informação. No campo dos movimentos sociais, as redes construídas a partir do tecido social comunitário cruzam-se com redes construídas no tecido social associativista. Por exemplo uma associação de bairro, ou uma ONG local, podem retratar a dimensão cultural, as raízes históricas locais da comunidade participante, bem como a dimensão política da proposta associativista em curso. Neste caso, os movimentos sociais serão, portanto, fruto do encontro da tradição com a utopia da transformação. Serão também a expressão do encontro do indivíduo com seus pares identitários - redes de solidariedade - as quais para desenvolverem-se numa direção pró-ativa, propositiva, transformadora, através de suas associações, criam as redes estratégicas. Portanto, para se entender um movimento social, é necessário se buscar nesta dupla face das redes - solidarística e estratégica - os elos fracos e os elos fortes (como os sujeitos se relacionam e como atuam); as relações de complementariedade ou de conflitos e, em consequência, como a rede se constrói, se reconstrói, se transforma ou mesmo se dissolve.

O nível da **espacialidade** é, especialmente, relevante ser considerado, uma vez que com as novas tecnologias de informação os atores coletivos e os movimentos sociais engendram redes que estão continuamente redimensionando seus territórios de influência e ação. O global penetra no associativismo local, originando um espaço que veio a ser denominado por algumas ONGs como "glocalização", isto é, a possibilidade de criar alternativas à globalização desde cima, a partir de iniciativas de resistência da sociedade civil local e de suas redes transnacionais (vide Scherer-Warren, 1999; Beck, 1999). Neste contexto, problemas comunitários locais impactantes também podem se projetar na escala planetária, criando novas formas de solidariedade entre os povos. A pesquisa sobre a dimensão da espacialidade das ações coletivas precisa, pois, buscar os elos e os tipos de redes que dinamizam os fluxos de informação, que desenvolvem solidariedade e estratégias de ação e que negociam alternativas de mudança social, em bases territoriais.

As redes de movimentos através de seus vários níveis de expressividade (latente, submersa, manifesta ou virtual) respaldam-se em várias **temporalidades**: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia) (cf. Scherer-Warren, 1998b). A pesquisa busca através desta dimensão das temporalidades históricas compreender como as redes sociais tradicionais, instituídas a partir de raízes históricas ou de legados culturais, cruzam-se com redes políticas instituintes

de novas opções ou utopias, criando significados híbridos para a ação dos movimentos sociais. Vale aí investigar em que medida o resgate histórico e cultural, feito pelos movimentos sociais, transforma-se em indignação sobre as injustiças do passado e sua reprodução no presente, constrói identidades e solidariedade coletiva, e cria estratégias de ação para a transformação social.

Os movimentos sociais na sociedade globalizada, informatizada, desenvolvem-se, portanto, através de relações e articulações que assumem a forma de redes de solidariedade e de estratégia. Uma agenda de pesquisa, que visa avaliar o significado destas redes na esfera pública, deverá investigar a dialeticidade entre as redes sociais, submersas, do cotidiano e as redes políticas, manifestas, do associativismo; a localização e a realocação das redes e o significado de seus vários territórios de referência simbólica e estratégica; e, enfim, a articulação entre memória e utopia.

Em prosseguimento, vale examinar como se organizam os movimentos sociais, enquanto redes, na era da informação. Dois tipos de ações coletivas, de resistência ao sistema de dominação e produtoras de novas identidades, tendem a predominar no cenário da sociedade globalizada, da informação:

- *manifestações simbólicas massivas;*
- *redes de comunidades virtuais identitárias.*

As *manifestações simbólicas massivas* são respostas ao paradoxo da exclusão-inclusão social. Como exemplos temos as manifestações públicas de grandes massas de desempregados e trabalhadores precários (França/95, Marchas do MST, e, mais globalmente, as grandes marchas mundiais, em Seattle, em Praga e outras, onde se reage simultaneamente à carência de empregos e ao modelo que a origina, o neoliberalismo globalizado, com suas conseqüências nas políticas sociais. A carência também pode ser mais abrangente, como ocorre com os indígenas de Chiapas ou os Sem-Terra no Brasil, onde ao lado da reivindicação econômica da terra, luta-se pelo reconhecimento político e cultural. Em ambos os casos, a contestação ao Estado dá-se na medida em que este é considerado como mediador dos interesses do capitalismo globalizado.

Outras formas de manifestações simbólicas massivas são as relacionadas aos fundamentalismos religiosos, étnicos ou nacionalistas. Neste caso, pode tratar-se de uma proteção da tradição face à ameaça de sua dissolução numa cultura cosmopolita (cf. Giddens, 1996), mas freqüentemente fechadas à alteridade desejável num mundo em globalização.

As *redes de comunidades virtuais identitárias* são a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado. Estas comunidades são mais virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que formas de organizações coletivas centralizadas, e como exemplo temos as múltiplas redes que se tem organizado no espaço cibernético. Neste contexto,

ao lado das inúmeras redes de movimentos libertários, também surgem redes reacionárias, autoritárias, como as dos neo-nazistas.

Há alguns movimentos que combinam ou alternam estas duas formas de agir coletivo, as manifestações simbólicas de massa com as redes de comunidades solidarísticas. Alguns exemplos significativos são: o neozapatismo em Chiapas, que é ao mesmo tempo um movimento indígena de base e uma rede de solidariedade via internet; o Movimento Sem-Terra e o Movimento Negro no Brasil, que se articulam em redes através da mediação das ONGs nacionais e internacionais, mas que reagem também através de manifestações massivas, como foram a Marcha dos Sem-Terra e a Marcha do Zumbi dos Palmares, em Brasília. São exatamente estes os movimentos que têm mais se projetado e conseguido uma maior legitimidade no cenário público.

Concluindo, gostaria de falar um pouco sobre o perfil destas redes e redes de redes de movimentos. Começando com as *redes de comunidades virtuais identitárias*, expressão especialmente de movimentos ecológicos, de gênero, etários, étnicos, pacifistas e contra a violência, pelos direitos humanos, observa-se que estas podem traduzir-se em:

- *referências simbólicas*, de orientação ética e política, para os sujeitos individuais e coletivos situarem-se e agirem em seus contextos sociais, no que concerne às questões identitárias daquele movimento;
- *canais de solidariedade*, que se intensificam em circunstâncias conjunturais em que os sujeitos são chamados a buscar soluções ou a apoiar, estratégica ou simbolicamente, iniciativas face a problemas que afetam o público-alvo do movimento de referência;
- *relativa autonomia de ação*, isto é, expressão de um conjunto de práticas sociais dispersas, com agendas e projetos próprios, mais abertas a parcerias, intercâmbios e cooperações com sujeitos e associações congêneres, ou receptivas a mobilizações em decorrência de uma afinidade ética ou política;
- *referência de reconhecimento de uma condição de sujeito* e de um *lugar de pertencimento eticamente qualificado* na sociedade contemporânea, em contraposição a condições sistêmicas de exclusão ou aniquilamento dos sujeitos.

Quanto às *manifestações simbólicas massivas*, se alimentam do substrato social das redes identitárias, estabelecendo uma espécie de rede das redes, para promover seus processos mobilizatórios, e desta forma expressam as características acima. A estas podem se acrescentar:

- seu *impacto na esfera pública*, na medida em que são construtoras de subjetividades simbólicas e políticas para além de seus grupos de referência.
- sua *efêmera referência organizacional e institucional*.

Enfim, poderíamos perguntar se estamos observando, nas sociedades atuais, a emergência de movimentos cidadãos, cada vez mais interconectados, movimento de movimentos, articulados através de redes de informação que tem o potencial de aproximar as comunidades virtuais com as redes de associativismo civil e projetar-se na esfera pública através de manifestações simbólicas cada vez mais ampliadas? Eis uma questão que merece futuros aprofundamentos.

Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, p. 39-200.
- BAUMAN, Z. (2000), *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BHABHA, H. (1998), "Disseminação: tempo, narrativa e as margens da moderna nação". In Bhabha, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- CASTELLS, Manuel (2000), "Materials for an exploratory theory of the network society", *The British Journal of Sociology*, 51(1): 5-24 January/ March.
- CASTELLS, Manuel. (1996), *The information age: economy, society and culture*. Londres: Blackwell Publishers, 3 volumes.
- DIANI, Mario (1997), "Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes", *Mobilization*, 2(2): 129-47, September.
- EMIRBAYER, Mustafa, and GOODWIN, Jeff (1994), "Network analysis, culture and the problem of agency", *American Journal of Sociology*, 99 (6): 1411-54.
- GIDDENS, Anthony. (1996), *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. Trad. de Alvaro Hattner. São Paulo, Universidade Estadual Paulista.
- LACLAU, Ernesto. (1986), "Os movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 1: 44-7.
- LASH, Scott. (1997), "A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In A. Giddens, U. Beck, S. Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP, p. 135-206.
- MAFFESOLI, Michel. (1987), *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MELUCCI, Alberto. (1996), *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOUFFE, Chantal. (1996), *O regresso do político*. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva.
- RISSE, Thomas & ROPP, C. Stephen & SIKKINK, Kathryn (Ed.) (1999), *The power of human rights: International norms and domestic change*, Cambridge:

- Cambridge University Press.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. (2000), *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Boaventura Sousa. (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48: 11-32, junho.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1998a), "Movimentos em cena: ... e as teorias por onde andam?", In: *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa/Florianópolis, Socius/Edufsc, 2000. p. 23-51.
- SCHERER-WARREN, Ilse, (1998b), "Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes", *Revista Sociedade e Estado*, 8(1): 55-70, Jan./Jul.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1999), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- TAYLOR, C. (1993), *Multiculturalismo y Políticas de Reconocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, (original: 1992).
- TOURAINÉ, Alain. (1997), *Podremos viver juntos? Iguales y diferentes*. México: Fondo de Cultura Económica.

RESUMO

Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes

A constituição dos sujeitos coletivos em movimentos sociais tem sido trabalhada de forma diversificada pelas teorias contemporâneas. Situando-se positivamente em relação às abordagens que consideram as múltiplas identidades dos sujeitos e suas lutas por reconhecimento, o texto procura desenvolver uma análise dos movimentos sociais enquanto uma rede que conecta sujeitos e organizações civis, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição e em busca de reconhecimento na esfera pública. Considera-se diversas dimensões para a análise dos movimentos enquanto redes: da sociabilidade, da espacialidade e das temporalidades. Conclui-se com uma apreciação sobre as possibilidades mais típicas de interconexão de sujeitos em ações coletivas na sociedade da informação.

Palavras Chaves: sujeitos coletivos, movimentos sociais, redes, sociedade da informação.

ABSTRACT

Subjects and movements connecting through networks

The constitution of collective subjects in social movements has been seen in different ways by contemporary theories. Agreeing with the approaches that conceive the subjects in their multiple identities and in their struggles for recognition, this article aims to develop an analysis of social movements as a network that connects subjects and civil organizations, as an expression of cultural diversities and open identities in permanent constitution, seeking for recognition in the public sphere. Several dimensions in the analysis of

the movement as a network will be considered: sociability, spatiality and temporality. The article will be concluded with an appreciation about the most typical possibilities of the interconnection of the subjects in collective actions in the society of information.

Keywords: Collective subjects, social movements, networks, society of information.

IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NUMA SOCIEDADE
INDOMÁVEL*Remo Mutzenberg*

“O idealismo sempre quis interpretar a experiência. Ele quis, num certo sentido, pensar que o real era absolutamente igual à consciência, que não havia transbordamento, nem falta nem excesso”. (Levinas)

Iniciamos o novo milênio sob o signo da incerteza, que possibilita manifestações contraditórias, tanto de otimismo como de pessimismo, e o futuro se apresenta como horizonte do imprevisível. Sob este signo, o presente parece ser uma linha circular na qual as atividades se reduzem a assegurar a “sobrevivência”, cujo significado redefine-se permanentemente conforme a lógica do mercado que, ao mesmo tempo, evidencia os limites em satisfazê-las. Por outro lado, rompendo uma linha circular, manifesta-se um sentimento de responsabilidade em relação ao que virá, visto que a crença no progresso ou em uma lógica da História esvaiu-se. O futuro não depende de algo que estaria para além das relações sociais, mas está condicionado a decisões e opções articuladas no campo político. Na atualidade convivem novas formas de hedonismo, visões apocalípticas, novos engajamentos e utopias.

Os desdobramentos e possíveis cenários futuros, decorrentes desse contexto, constituem-se num dos eixos de discordância entre os autores. Aí são destacados quatro possíveis cenários. O primeiro apresentaria uma tendência à homogeneização pelo consumismo e pela cultura de massa. No segundo, predominaria a fragmentação da vida societária, que traz consigo o fim das ideologias e utopias, num processo de individualização e emergência de tribos identitárias. Dos outros dois cenários imaginados, um se configura pela (re)afirmação de fundamentalismos de cunho religioso, étnico, regional ou político, e o outro, via intercâmbio ecumênico entre as culturas, apontaria para o desenvolvimento de uma cidadania planetária ou sem fronteiras (Scherer-Warren, 1999: 12). Em termos empíricos, essas leituras se confrontam e compõem diferentes relações numa “intriga” onde diferentes hierarquizações se tornam possíveis. Isto leva ao reconhecimento de uma crescente complexidade das interações, que parecem adaptar-se mais à morfologia da rede, expressão de uma maior flexibilidade e imprevisibilidade dessas interações e processos identitários (Castells, 1999: 61).

Nesse contexto, podem ser identificados dois pressupostos que orientam as análises das sociedades atuais, ambos referidos à crise da modernidade, onde se acentua, por um lado, o relançamento do projeto inacabado da modernidade e, por outro, o abandono do mesmo. A exemplo da primeira perspectiva pode mencionar-se Alain Touraine (1994), que busca afirmar uma dimensão esquecida da modernidade, isto é, a afirmação do sujeito como

vontade ontológica do indivíduo de ser produtor e não apenas consumidor. Deduz-se desta afirmação que atores coletivos se orientam para a defesa do sujeito na luta por direitos e por dignidade como caminho para a sua plena realização. Ou, ainda nesta primeira perspectiva, propõe-se o resgate do poder emancipatório da razão iluminista na afirmação de uma racionalidade comunicativa, onde os movimentos sociais são tidos como principais agentes desta racionalidade, conforme Habermas (1990). Contrapõe-se, assim, a racionalidade comunicativa à racionalidade instrumental sistêmica que ameaça as identidades. Num e noutro caso, o desafio coloca-se em termos da busca de um fundamento orientador para uma ação emancipatória.

Numa segunda perspectiva, coloca-se o abandono do projeto da modernidade, afirmando-se a falta de um fundamento ou essência e abrindo oportunidades para uma crítica radical e formulação de projetos de libertação eliminados ou contidos pela ditadura racionalista do iluminismo (Burity, 1994: 139). Assim é que, num sentido mais geral, a crítica ao universalismo e ao cânone universal de racionalidade, pela qual se teria acesso à natureza humana e à verdade no sentido tradicional, foi empreendida por diferentes correntes do pensamento filosófico e social do século XX. Essa sensibilidade pós-moderna manifesta-se numa heterogeneidade de posições, cujo aporte comum é a desconstrução dos mitos da modernidade em torno do papel iluminista para a identidade cultural Ocidental e de sua perspectiva epistemológica exclusivista (Hollanda, 1992). Neste sentido, o “pós-moderno” tem seu lugar num tempo e num espaço mais distante e, por que não dizer, o “pós-moderno” é o “outro” da modernidade, o que foi excluído para a afirmação e ocultamento de suas ambigüidades. No interior desse conjunto, situam-se o pós-estruturalismo e o pós-marxismo, cujas posições se assentam na afirmação do caráter contingente das fixações e objetivações do discurso da modernidade.

Não é objetivo deste artigo pormenorizar o debate sobre uma condição pós-moderna, mas é relevante reter, neste contexto, a idéia do aberto e do fechado, do fugidio e do eterno da modernidade para afirmar, concordando com Claude Lefort, que esta indeterminação é também constitutiva do Estado democrático, como “fenômeno de desincorporação do poder, do direito e do desaparecimento do ‘corpo do rei’, no qual se encarnava a comunidade e se mediatizava a justiça” (Lefort, 1983: 56). Inaugura-se uma experiência de uma sociedade indomesticável, onde o Estado democrático torna-se o teatro de uma contestação que não se reduz à conservação de um pacto, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente (Ibidem).

O que se coloca, em outros termos, é o desafio e a necessidade de uma fixação e de instituições estáveis num quadro instável e pluralista. Essa polaridade entre indeterminação e a tentativa de sacralização das instituições e o culto à ordem, conforme Lefort, é o que caracteriza a sociedade moderna e a torna

teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecimento permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela indomável, combinando tempos sociais múltiplos não sincronizados uns em relação aos outros na simultaneidade... (Lefort, 1983: 119).

O totalitarismo em suas diferentes formas apresenta-se como um dispositivo para banir essa indeterminação. Isto implica que a democracia se constitui como processo instável, não linear, cujo princípio não é o consenso, apesar de necessário, mas a presença do conflito e a capacidade de se estabelecerem relações entre adversários (Mouffe, 1993).

O que se evidencia, nessa aventura indomesticável, é que a instituição do social não é um dado, mas resultado de um processo político, que atravessa a sociedade e dilata a concepção da política, englobando a sociedade política e a sociedade civil, ou o que Gramsci denominou de “Estado Geral”. Os movimentos de contestação não são, assim, simples resultados de uma crise das instituições, mas aparecem como face do que não pode ser dominado inteiramente pelo poder constituído. A afirmação da construção do social, como processo político articulatório, implica também em identidades decorrentes desse processo e não como desdobramentos de uma estrutura, colocando em questão a própria noção de estrutura.

No âmbito do pós-estruturalismo, Jacques Derrida critica a noção de estrutura centrada e considera que o conceito de estrutura tem a idade da ciência e da filosofia, que mergulham suas raízes no solo da linguagem comum, mas a apreensão da mesma, ou da estruturalidade da estrutura, embora estando em ação, sempre se viu neutralizada e reduzida. Isto porque o ato de atribuir-se um centro à estruturalidade da estrutura, segundo esse autor,

consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la (a estruturalidade da estrutura) a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura inorganizada –, mas sobretudo levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo da estrutura. É certo que o centro de uma estrutura, orientando e organizando a coerência do sistema, permite o jogo dos elementos no interior da forma total (Derrida, 1995: 230).

O centro que comanda a estrutura, no entanto, está fora da própria estruturalidade. A estrutura centrada funda o jogo, mas escapa ao jogo. Neste sentido, se o centro fizesse parte do jogo, deixaria de ser centro ou fundamento. Na história este centro recebeu formas e nomes distintos (*eidos, arché, telos, aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc.). Desse modo, confrontamo-nos com um campo de um jogo de infinitas substituições no fechamento de um campo finito. Como afirma Derrida,

este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, falta algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições. Poderíamos dizer, (...), que este movimento do jogo, permitido pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da suplementariedade. Não se pode determinar o centro e esgotar a totalidade porque o signo e seu lugar na sua ausência,

esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado (Ibid: 245).

O conceito de estrutura centrada expressa, assim, a busca de uma certeza para vencer a angústia implicada no jogo, de “*ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo*” (Ibid: 231). Todos estes nomes do fundamento sempre designaram uma presença, “*que sempre foi deportada para fora de si no seu substituto*”. Estas substituições são o próprio início para pensar que

não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo, mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidas substituições de signos (Ibid: 232 - Grifo nosso).

Na ausência de um centro, de uma origem, tudo se torna discurso, isto é,

sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação (Ibidem).

Na definição de discurso em Derrida, acentua-se esse momento da não fixidez, que, como um sistema diferencial e ausência de um significado transcendental, estende infinitamente o jogo de significação, implicando em estruturas de “*indecibilidade*”. Esta, por sua vez, envolve uma determinada oscilação entre possibilidades pragmaticamente determinadas. Não se trata de um “*total jogo livre*”, contraposto à realização pura da presença; “*indecibilidade*” e jogo referem-se a uma determinada abertura que impede uma completa suturação da estrutura (Torfing, 1999: 119), portanto, longe de ser um estado de indeterminação ou de um fluxo caótico¹.

A afirmação da ausência de um significado transcendental está diretamente relacionada à noção de desconstrução, que se refere a uma dupla leitura, na qual se busca uma interpretação do texto, seus pressupostos, seus

¹ Em *Limited Inc.*, Derrida recorda “*que a indecibilidade é sempre uma oscilação determinada entre possibilidades (por exemplo, de meaning mas também de atos). Essas possibilidades são muito determinadas em situações estritamente definidas (por exemplo, discursivas – sintaxe ou retórica – mas também políticas, éticas). São pragmaticamente determinadas. As análises que consagrei à indecibilidade concerniam justamente a essas determinações e definições e absolutamente não a qualquer “indeterminacy”. Digo “indecibilidade” mais que “indeterminacy”, porque me interesso mais pelas relações de forças, pelas diferenças de forças, por tudo o que permite, justamente, por uma decisão de escrita (no sentido amplo que dou a esta palavra, que compreende também a ação política e a experiência em geral), estabilizar determinadas situações dadas. Não existe indecisão ou double bind, se não fosse entre dois polos (semânticos, éticos, políticos) determinados (...) É claro, para que estruturas de indecibilidade sejam possíveis (e pois decisões e pois responsabilidades), é preciso que haja jogo ou diferença, não-identidade. Não a indeterminação, mas a diferença ou a não-identidade consigo na própria determinação. A diferença não é indeterminacy. Ela torna possível e necessária a determinacy (Derrida, 1991: 204).*

conceitos e argumentos, por um lado, e, por outro, a busca dos traços excluídos, reprimidos e uma interpretação secundária que funda uma influência oculta no texto. Ao estabelecer-se esta hierarquia, evidencia-se que a interpretação dominante é dependente daquilo que é excluído. Disto decorre que a relação é mais importante do que aquilo que é expresso pelo texto, vez que aquilo que foi excluído é condição e põe-se como suplemento de uma falta constitutiva. Isto subverte a hierarquia textual. Na afirmação de Torfing,

“desconstrução não se satisfaz com uma simples inversão das hierarquias textuais, mas procura considerar a oscilação indecível entre diferentes estratégias textuais que a inscrição de uma hierarquia metafísica necessariamente precisa ser pressuposta” (Ibid: 66).

A desconstrução não proporciona critérios para uma decisão, apenas revela a *“indecibilidade”* estrutural e faz aparecer a condição para decisões ético-políticas. É, portanto, essa *“indecibilidade”* que abre o campo para a decisão numa ordem da responsabilidade ético-política. Ainda, segundo Derrida (1991: 156),

“uma decisão só pode advir além do programa calculável que destruiria toda responsabilidade, (sic.) transformadora em efeito programável de causas determinadas. Não há responsabilidade moral ou política sem essa prova e essa passagem pelo indecível. Mesmo se uma decisão parece só tomar um segundo e não ser precedida por nenhuma deliberação, ela está estruturada por essa experiência do indecível”.

Desta forma, as decisões políticas e éticas são condicionadas pela *“indecibilidade”*, e política poderia ser definida como *“tomada de decisões constitutivas num terreno indecível”* (Torfing, 1999: 67). Aceito isto, não há, portanto, um suporte para a tomada de decisões de caráter racional, onde uma conclusão seja derivada logicamente de suposições axiomáticas. Estas decisões dependem antes da criação de acordos em torno de um conjunto de alternativas que se colocam como pontos de identificação e confronto entre agentes sociais e implicam também um processo de persuasão e exclusão de alternativas para a criação de um acordo, resultante de práticas articulatórias e da política como hegemonia. Assim, persuasão apresenta-se como um meio para levar alguém a abandonar suas convicções em favor de outras, por oferecerem uma re-descrição do mundo mais adequada ou apropriada (*Ibid.* 68). Isto se aproxima das reflexões de Gramsci e distancia-se do processo de argumentação desenvolvido por Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa*, à medida que a persuasão não se assenta num diálogo racional em busca de uma verdade universal. Uma *“situação ideal de fala”* encobre este caráter indecível e a pertinência da exclusão de alternativas, cujo efeito é crer que se atua como se uma situação *“ideal de fala”* estivesse já realizada (Zizek, 1993: 378).

A persuasão não proporciona um último fundamento e a construção de uma articulação hegemônica sempre envolve a exclusão de alternativas, onde a repressão e a força se fazem presentes. Esta repressão assume formas

distintas, seja como aniquilamento das opções alternativas e das condições para a sua existência; seja como reintegração das opções e impedimento de sua realização; seja, ainda, através da incorporação parcial, modificando estas opções numa forma subordinada. Isto significa, também, que não há um processo cumulativo por meio do qual aproximar-se-ia cada vez mais de uma essência. A validade dos resultados existe na temporalidade e espacialidade de uma determinada representação hegemônica.

Neste processo, força e consenso são inseparáveis, pois o consenso sempre envolve exclusão violenta de alternativas (Laclau, 1993: 182-184). Não há uma complementaridade entre força e consenso, mas repressão e força são partes da construção de uma articulação. Coerção não tem necessariamente o sentido de um ato de violência que um sujeito exerce sobre o outro, mas da repressão de outras possibilidades que estavam postas. As identidades são resultados dessas práticas articulatórias, que fixam determinados eixos em detrimento de outros possíveis e, neste sentido, as identidades sociais não se fundamentam em fatores externos às relações, mesmo que se arrolem tais fatores como forma de legitimação. Conforme explicita Laclau, uma decisão

no curso da ação que não estava predeterminada, em tal caso a decisão não surge automaticamente do que eu já era, senão que através dela me constituo a mim mesmo, e, ao mesmo tempo, reprimo outras possibilidades que me estavam abertas. Os atos de interação com as coisas, o ato de constituição de minha identidade e os atos de coerção são um e o mesmo processo. Se passamos às decisões coletivas (...) é altamente provável que essas outras possibilidades que eu descarto sejam escolhidas por outros grupos. Neste ponto, a 'repressão' ou a 'coerção' que divide a própria individualidade dos agentes sociais só chega a constituir uma identidade sobre a base de atos de identificação (Laclau, 1993: 182).

A criação de uma articulação hegemônica, assim, subverte a identidade social na medida em que a subversão das alternativas implica também a subversão da identidade do agente que se identifica com aquelas opções. A política é, portanto, simultaneamente, uma dimensão constitutiva e subversiva da construção identitária (Torfing, 1999: 69).

A afirmação de uma "indecibilidade" estrutural do social implica que a política não deriva de algo que não é político e a decisão constitui seu próprio fundamento. Desta forma, as relações sociais são formadas através dos e nos conflitos políticos. Há, portanto, uma primazia do político sobre o social, mas isto não quer dizer que tudo seja política (*Ibid*: 70). Essa aparente contradição torna necessário um esclarecimento, que tem particular interesse para a análise das identidades e ações coletivas.

Tomando como base que toda identidade se constitui a partir daquilo que é excluído, pode argumentar-se que grande parte das relações e identidades não revela conflito ou exclusão alguma. Para esclarecer a primazia da política, Laclau (1993: 50s) recorre aos conceitos de "sedimentação" e "reativação", utilizados por Husserl para analisar a crise das ciências que identificou no

Ocidente. Husserl concebe esta crise como separação crescente entre as práticas ossificadas das ciências e o terreno vital primário no qual as instituições constitutivas das ciências se enraizaram. Em outros termos, ocorre uma “sedimentação”, uma rotinização e um esquecimento de suas origens. Diante disto, a tarefa que se impunha para a fenomenologia era a de recuperar essas intuições originárias, ou seja, a “reativação” da atividade constitutiva do pensamento (Laclau, 1993: 51).

Em analogia a esse processo, o momento da instituição originária do social resulta de uma contingência e repressão de opções presentes naquele momento. Isto tende a produzir um “esquecimento das origens”; o sistema de possibilidades alternativas tende a desvanecer-se e ofuscar os vestígios da contingência originária (*Ibid*: 51). Em outros termos, é o que Gramsci denomina de “fetiche”, onde instituições aparecem como tendo vida própria, que não pensam com nenhuma cabeça concreta, contudo pensam (Gramsci, 1978: 178).

A sedimentação e a rotinização tornam-se necessárias à orientação e à ação social e colocam-se como estratégia política, visando a normalização e naturalização das ações sociais (Torfing, 1999: 70). Por outro lado, a “reativação”, no campo do social, não consiste num retorno à situação originária, senão tão somente redescobrir, através da emergência de novos antagonismos, o caráter contingente da pretendida objetividade. Este redescobrimto permite uma releitura da compreensão histórica² das ações originárias instituídas. Isto não significa uma volta às origens, mas uma projeção da contingência originária do instituído (Laclau, 1993: 51). Assim, a sedimentação de relações sociais, politicamente constituídas, e a reativação da origem política são concebidas como processos políticos.

Deslocamento, abertura para re-descrição do mundo

Estudos sobre movimentos sociais têm demonstrado a importância da apropriação de temas culturais no interior de determinados segmentos sociais, assim como da cultura política mais ampla. Essa remissão direcionar-se-ia tanto a conteúdos como a formas, respectivamente designados de “marcos de referência”, por McAdam (1994), e de “repertórios de ações coletivas”, conforme Charles Tilly (1978). Considerando os “marcos de referência”, esta remissão, segundo McAdam, tem um papel legitimador e deslegitimador, assentado numa tradição. A questão que pode ser colocada é por que só em determinado momento eclode um movimento, uma vez que esses temas culturais já estavam “sempre” presentes. Na perspectiva desenvolvida aqui, a resposta está na reativação da contingência dos sentidos fixados, ativada por eventos de deslocamento, e que acentua o caráter flutuante do significante. Isto permite, tomando o exemplo citado por McAdam, a denúncia da contingência da

² Há nessa perspectiva algo similar ao pensamento de Walter Benjamin, quando considera que “articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como ele foi efetivamente’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo” (Benjamin, 1991: 156). É neste sentido que o passado pode irromper no presente e criar uma cumplicidade com os mortos, isto é, o des-ocultamento da contingência que levou a institucionalizações de conformismos.

fixação dos direitos pela hegemonia branca. Essa reativação não leva diretamente à mobilização, mas abre possibilidades para novos discursos com orientações distintas a partir de interpretações e reinterpretações de eventos passados. A possibilidade da constituição de identidades não é dada a partir do cognitivo ou da busca de traços ontológicos, sejam eles de caráter étnico, de gênero, econômicos etc., mas são recursos aproveitados para preencher o que o discurso hegemônico não dá conta.

Discurso e prática hegemônica, portanto, são partes desses processos políticos de fixação e a desconstrução revela a contingência de totalidades estruturadas por práticas articulatórias. Esta prática articulatória, conforme Laclau e Mouffe,

consiste na construção de pontos nodais que fixam sentidos parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, um resultado, em seus termos, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (Laclau e Mouffe, 1989: 113).

Assim, discursos são estruturas descentradas, onde os sentidos são constantemente negociados e construídos. Esta estrutura descentrada, ou “totalidade” estruturada, ou ainda, discurso, é o resultado de práticas articulatórias, estabelecendo relações entre elementos com diferenças não articuladas discursivamente (*Ibid*: 105).

Uma articulação pressupõe a não fixidez constitutiva do discurso. Em contraposição a essa impossibilidade de fixação de um sentido, coloca-se a necessidade da fixação, pois sem esta não haveria sentido algum, impossibilitando a própria ação. A fixação parcial ocorre no campo da política, da articulação hegemônica que permite passar de uma condição de “*indecibilidade*” para uma condição da “*decibilidade*” do discurso. Em conseqüência, existe apenas um campo de significação no interior do qual se estabelece uma ordem ambígua e temporária através da multiplicidade de “centros” mutuamente possíveis de serem substituídos. A construção de uma relativa ordem significa a exclusão de “algo” que ameaça permanentemente essa ordem e impede seu último fechamento (Torfing, 1999: 86).

O conceito de antagonismo social está inextricavelmente ligado a essa impossibilidade de fixação plena de sentido, isto é, ao excedente de significações irreduzíveis que escapam à lógica diferencial do discurso como condição mesma para a política. O campo de excedentes constitui o campo da discursividade e indica o que não é fixado³, o que torna possível a articulação de uma

³ Discurso e discursividade não designam meramente uma dimensão lingüística. Laclau e Mouffe rejeitam a distinção presente em Foucault entre discursivo e não-discursivo. Afirma-se um entrelaçamento dos aspectos semânticos da linguagem com os aspectos pragmáticos das ações, movimentos e objetos. O caráter discursivo do objeto também não põe em questão a existência do objeto. Uma referência ao real só é possível através de uma experiência interpretativa. Conforme afirma Jacques Derrida, em relação ao texto que não se “limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica (...) isso quer dizer que todo referencial (uma tradução mais adequada seria referente), toda realidade tem a estrutura de um termo referencial e só nós podemos responder a esse real numa experiência interpretativa” (Derrida, 1991: 203). Nessa direção, não cabe falar em extra-texto, seja referindo-se a um “real”, seja aquilo que é excluído do discurso por ser condição do próprio discurso.

multiplicidade de discursos concorrentes. Como já afirmado acima, um discurso, ou uma formação discursiva, como articulação de uma variedade de discursos numa unidade relativa, constitui-se e “estabelece seus limites por meio da exclusão de um ‘outro’ radical que não tem medida comum com o sistema diferencial do qual é excluído e que por isso coloca uma constante ameaça àquele próprio sistema” (Ibid: 124).

Aplica-se o mesmo princípio à constituição das identidades, isto é, a impossibilidade de alcançar uma identidade consigo mesmo e sua não constituição não é o impedimento imposto pela presença de um inimigo antagônico. A ilusão aqui, segundo Slavoj Žižek, consiste em supor que depois do aniquilamento final do inimigo antagônico alcançar-se-ia a identidade plena consigo mesmo (Žižek, 1993: 259). A partir da perspectiva lacaniana, Žižek radicaliza essa impossibilidade e a noção de antagonismo social, invertendo a relação, isto é,

não é o inimigo externo o que impede alcançar a identidade consigo mesmo, senão que cada identidade, liberada a si mesma, está já bloqueada, marcada por uma impossibilidade, e o inimigo externo é simplesmente a pequena peça, o resto de realidade sobre o qual ‘projetamos’ ou externalizamos esta intrínseca, imanente impossibilidade (Ibid: 260).

Esse pressuposto de uma identidade bloqueada implica numa concepção de sujeito referida à experiência do antagonismo como auto-obstáculo, autobloqueio, ao limite interno que impede ao campo simbólico realizar sua identidade plena. O objetivo de todo processo de subjetivação, de assumir diferentes posições de sujeito diz respeito a evitar tal experiência traumática. Como afirma esse autor,

“o sujeito está aquém ou além da subjetivação; a subjetivação designa o momento através do qual o sujeito integra o que lhe é dado no universo do sentido, porém esta integração sempre fracassa em última instância, há sempre um resíduo que não pode ser integrado ao universo simbólico, um objeto que resiste à subjetivação, e o sujeito é precisamente o correlato deste objeto” (Ibid: 262).

Em outras palavras, o sujeito é o correlato de seu próprio limite, o elemento que não pode ser subjetivado; ele é o nome do vazio que não pode ser preenchido pela subjetivação. O sujeito é o ponto de fracasso da subjetivação (Ibidem) e seu preenchimento constitui novas posições de sujeito.

A impossibilidade da instituição do social e da própria identidade impõe a necessidade de estabelecer estruturas discursivas que são permanentemente ameaçadas por deslocamentos, ou seja, eventos não controláveis que confrontam e rompem com formas espaciais de representação e com as estruturas discursivas, a partir dos quais surgem possibilidades de centros. Conforme Laclau,

“a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte de diversas forças antagônicas, em torno de pontos nodais precisos de articulação. O centramento – a ação de centrar – é somente possível, portanto,

na medida em que há deslocamento e desnivelamento estrutural” (Laclau, 1993: 57).

São estes deslocamentos que abrem novas possibilidades de ação, de “construir o mundo” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Estes deslocamentos não têm um sentido objetivo, na acepção de um processo cuja direção está predeterminada, assim como o sujeito não é um momento da estrutura, mas é o lugar do deslocamento – da impossibilidade de construir a estrutura como tal. Daí também o sentido pleno do processo de hegemonia como forma política das sociedades capitalistas modernas, não reduzido a uma estratégia classista (Torfing, 1999: 110).

O deslocamento como característica do capitalismo contemporâneo apresenta, na perspectiva de Laclau (1993: 58-60), três dimensões. Uma primeira diz respeito à temporalidade e espacialidade. Todo processo de hegemonia busca uma fixação necessária à própria ação, onde se estabelece uma rotinização e uma espacialização do tempo, submetendo-o a regras, seja através de ciclos ou de um *telos*. Sendo toda hegemonia sempre parcial, ela está sujeita a desdobramentos que manifestam a temporalidade do real, estabelecendo-se uma segunda dimensão, a de que os deslocamentos são a forma mesma da possibilidade. Na ausência de um *telos*, as possibilidades põem-se de uma forma radical, como ausência de um sentido *a priori* e, como o deslocamento é uma situação de falta, que pressupõe uma referência estrutural, as possibilidades estão localizadas no interior de configurações sociais, portanto, no interior de temporalidades e espacialidades particulares. Há, portanto, uma ampliação relativa do campo de possibilidades plausíveis de serem pensadas⁴, isto é, o possível só é pensável dentro de um quadro simbólico e não a partir de um dado ou situação objetiva. Isto significa, ainda, que sem um tal quadro o próprio deslocamento deixaria de existir, reduzindo-se tudo a um fluxo caótico (Laclau, 1993).

Da mesma maneira que uma hegemonia é uma forma de suprir uma falta, uma identidade estrutural não é uma determinação, mas decorre da contingência que coloca uma terceira dimensão, o deslocamento como forma da liberdade. Segundo Laclau, esta falta abre caminho à autodeterminação parcial através de atos de identificação. Está-se condenado a ser livre não porque não se tenha nenhuma identidade, como na afirmação do existencialismo, mas porque a identidade estrutural é defeituosa. A implicação

4 Esta questão apresenta-se de outra forma na *Dialética Negativa* de Adorno, isto é, o desafio de pensar contra o próprio pensamento, ou como utilizar os conceitos contra os próprios conceitos, já que não é possível pensar sem referir-se ao já pensado (Adorno, 1975: 140). Ainda no campo da filosofia, Derrida, referindo-se aos discursos destruidores da metafísica, afirma que todos acabam apanhados numa espécie de círculo, daí que “*não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações explícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar (...) Trata-se de colocar expressa e sistematicamente o problema do estatuto de um discurso que vai buscar a uma herança os recursos necessários para a des-construção dessa mesma herança*” (Derrida, 1995: 233-235).

mútua dessas três dimensões é que constitui o paradoxo que domina o conjunto da ação social, *“há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva; porém toda ação social tende à constituição desse objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade”* (Laclau, 1993: 60s). Esse paradoxo não tem solução porque o puro deslocamento levaria a um estado caótico e a ausência de deslocamento configuraria um estado de objetivismo sociológico, ou o ponto final de um processo de reconhecimento ou, ainda, algo similar a uma lógica capaz de encontrar um absoluto no fluxo da temporalidade. Em outros termos, atingir-se-ia, finalmente, a identidade entre o real e sua representação.

Dois aspectos devem ser aqui salientados. Primeiro, a multiplicidade de deslocamentos pertinentes ao capitalismo contemporâneo não leva ao desenvolvimento de nenhum projeto sem a intervenção da vontade; assim como, podem manifestar-se antagonismos e construções hegemônicas em diferentes direções. O segundo aspecto é que os deslocamentos não levam automaticamente a uma resposta pela construção de antagonismos sociais, tendo em vista que as possibilidades não se colocam como desdobramentos necessários, podendo ou não ser aproveitadas. Isto possibilita rever o conceito de *“estruturas de oportunidades políticas”*, desenvolvido por Tarrow (1994). Não se nega que as ações sociais tenham a ver com oportunidades reportadas a recursos externos e internos aos grupos. No entanto, na linha argumentativa aqui desenvolvida, considera-se que oportunidades políticas pressupõem a percepção das mesmas. Dito de outra forma, explicar as condições de possibilidade é criar as próprias possibilidades, o que pressupõe a sua percepção. Nessa acepção, podemos retomar o conceito de *“programa”* discutido por Gramsci (1978), na direção de proporcionar um princípio de leitura de uma situação, a construção de uma *“vontade coletiva”* e a luta no campo da prática hegemônica. Sem tal referência, outras respostas podem emergir diante do deslocamento, ou seja, atribuindo o deslocamento a uma causa divina ou impessoal, como castigo ou causa impessoal imprevisível, entre outras. Podendo ocorrer, ainda, respostas não discursivamente produzidas, resultando num estado de anomia e desintegração da identidade social (Torfing, 1999: 131).

Antagonismo social tem, portanto, uma dupla função: a de estabilizar, por ser condição para a constituição e sustentação das identidades sociais, e de desestabilizar, por ser uma ameaça à própria identidade. Um determinado deslocamento leva à construção de um discurso que tenta absorver aquele evento. Este discurso re-orienta as ações e provoca deslocamentos não simbolizáveis no interior daquele. Isto coloca em questão uma pretensa objetividade e o *“desencantamento”* desta objetividade é condição para emergência de sujeitos, como fracasso da subjetivação, cuja tentativa de preenchimento do vazio configura novas posições de sujeito. Estas posições de sujeito são a realização de um mito, constituição de uma nova objetividade, o momento de eclipse do sujeito e de sua reabsorção por uma estrutura discursiva (Laclau, 1993: 77). Esse espaço mítico apresenta-se como alternativa frente à forma lógica do discurso estrutural hegemônico. É o espaço mítico e o

imaginário social que proporcionam um espaço homogêneo de representação porque todas as forças de negatividade são deslocadas a um externo que é ao mesmo tempo constitutivo e subversivo da identidade interna (Torfing, 1999: 129). Isto nos remete à questão da ideologia.

Na ausência de um centro, de uma origem, a partir do qual significados estariam dados *a priori*, a ideologia tem papel crucial na constituição de uma hegemonia. Este papel tem dupla face: como processo criativo para a construção de uma unidade “cultural-social” e a possibilidade de construção de identidades, conforme a acepção gramsciana, e, sendo essa unidade uma tentativa de preenchimento precário de um vazio, ideologia é ao mesmo tempo um “esquecimento” do caráter “indecidível” que impede o fechamento, ocultando o caráter limitado e precário das formas das identidades sociais. No dizer de Torfing, “ideologia constrói o mundo real em termos de uma série de essências completamente constituídas e tende a negar que essas essências são resultados contingentes de decisões políticas tomadas num terreno ‘indecidível’” (Torfing, 1999: 116). Tendo como pressuposto a ausência de um centro estruturador, para além ou aquém de centros discursivamente construídos, e conseqüente ausência de um mundo objetivo, já não nos é permitido falar numa “falsa consciência”, no sentido de Marx, pois não há uma referência última que possibilite o desmascaramento das construções ideológicas. O conceito de ideologia refere-se a uma totalização que embaralha e não reconhece a contingência constitutiva e o caráter precário das identidades dinamicamente construídas⁵ (*Ibid*: 302). Isto implica

que todo processo de identificação que nos confere uma identidade sócio-simbólica fixa está, afinal, condenada ao fracasso - é exatamente a função da fantasia ideológica mascarar essa inconsistência, o fato de que ‘a sociedade não existe’, e assim nos compensar pela identificação malograda (Zizek, 1992: 124).

Uma fantasia social é um meio de a ideologia levar antecipadamente em conta a própria falha desta fantasia (*Ibidem*).

Conforme insiste Laclau, a impossibilidade de um fechamento coloca ao mesmo tempo a sua necessidade, uma vez que sem uma fixação fictícia de sentido não haveria sentido algum (Laclau, 1996: 205). É nessa dialética, entre impossibilidade e necessidade de sentido, que se impõe o terreno das ideologias, e o fechamento é possibilitado através da criação de um certo conteúdo equivalente a uma série de outros conteúdos. Uma cadeia de equivalência constitui-se numa metáfora e quanto maior a elasticidade de um equivalente, menor sua capacidade de estabelecer um sentido. Assim, quanto mais elástico um equivalente, maior são as possibilidades de inscrição de sentidos e conseqüentemente ampliam-se as possibilidades de identificação. Na direção

⁵ Pode falar-se de ideologia como falsa consciência e seu caráter eterno, não no sentido de Althusser, onde alienação do sujeito é o complemento necessário de uma história objetiva cujo sentido pode ser situado alhures, mas porque a noção de “sentido objetivo” é em si mesma a própria forma de falsa consciência, através da qual uma identidade adquire sua coerência fictícia (Laclau, 1996: 206).

inversa, quanto mais próxima a literalidade de um equivalente, menor a possibilidade de inscrição de outros sentidos e de identificações. Apresenta-se, assim, uma situação paradoxal, quanto mais genérico um equivalente, maior a sua superfície de inscrição de deslocamentos e reivindicações sociais e, assim, também as possibilidades de adesão e poder de mobilização. Por outro lado, há um esvaziamento do próprio sentido, onde as diferenças, as particularidades, sucumbem diante do equivalente. A afirmação da diferença, por sua vez, restringe a superfície de inscrição e de identificação, conseqüentemente perde poder de adesão e mobilização⁶.

Manifestações coletivas: entre a ordem e a reconstrução social

No complexo jogo hegemônico das sociedades contemporâneas, onde há um aumento de diferenças com exclusão de elementos discursivos por uma cadeia de equivalência hegemônica, uma composição de outras “vontades coletivas” poderia ser pensada como criação de uma cadeia de equivalência entre as diferenças. Nesta direção, é possível uma análise das redes movimentalistas e rede de redes⁷, que se constituem e constituem como espaços públicos de articulação de diferentes “programas”, conforme a concepção de Gramsci (1978). Poderia falar-se, apesar do contra-senso, de uma identidade composta. Em analogia ao conceito de idéia, como constelação, proposto por Walter Benjamin (1984), uma “identidade como composição” exerce a função de agrupar diferenças que criam uma unidade, salvando ao mesmo tempo as

6 A questão da diferença é um ponto polêmico na atualidade, que além da contraposição entre igualdade e diferença coloca uma questão de caráter ético e político. Vão nesta direção as reflexões de Antonio Flávio Pierucci. A partir de pesquisa realizada junto à “classe média baixa” da cidade de São Paulo, Pierucci revela um caráter conservador e avesso à abstração desta camada social. Evocando as reflexões de Manheim sobre tradicionalismo, Pierucci considera que a resistência à abstração revelaria a armadilha da diferença em que os “discursos claramente conservadores e autoritários, para não dizer tradicionalistas, ... aproximam-se muito, muito, muito dessas interpelações que estou chamando de pós-modernas, que se condensam emblematicamente na postulação do direito à diferença (sic)” (Pierucci, 1994: 147). O mesmo autor reconhece, no entanto, a dificuldade em separar a desigualdade da diferença, uma vez que estes termos recobrem campos e nomeiam coisas muito difíceis de separar e que se tornariam mais presentes nos movimentos sociais de esquerda. Neste sentido, a igualdade seria o marco que delimita o campo da esquerda (Ibidem; ver também Dagnino 1994; Pierucci, 1990). Consideramos que igualdade e diferença se referem a dimensões distintas, enquanto o termo igualdade remete ao campo normativo, o segundo termo refere-se ao campo identitário. No primeiro caso, igualdade se contrapõe à desigualdade e no segundo, diferença se contrapõe à identidade. Ambas as dimensões se situam num campo indecidível e que passa para um campo decidível através do processo de fixação de sentidos nos processos da luta hegemônica, forma geral da política nas sociedades capitalistas modernas (Torfing, 1999: 110). Isto remete à resolução desses conflitos para o campo do espaço público, daí também a importância desses espaços como parte da ação política.

7 Em termos analíticos, Manuel Castells estabelece o processo de globalização como ponto a partir do qual analisa diferentes grupos sociais, classificando-os como identidades legitimadoras, de resistência e identidades de projeto. Em sua análise, ele demonstra o surgimento de movimentos de oposição à nova ordem global, que assumem formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede (Castells, 1999: 426). Evidencia, ainda, que a constituição destas redes tem diferentes matizes políticos. Nos anos recentes constituíram-se redes de redes, cujo exemplo mais eloqüente é o Fórum Social Mundial.

diferenças.

Tomando ideologia como ocultamento de uma contingência, ela assume um papel e uma natureza de mito e imaginário social, através da criação de uma cadeia de equivalência operacionalizada por meio de significantes flutuantes, cujo caráter metafórico é uma simplificação do campo social, deixando aberta a possibilidade para a inscrição de diferentes significados. Segundo Ernesto Laclau, mito é um princípio de leitura de uma situação dada, que emerge de um deslocamento estrutural, permitindo a constituição de uma nova objetividade (Laclau, 1993: 77). Um mito funciona como superfície de inscrição. Esta relação entre superfície de inscrição e o inscrito é essencialmente instável, podendo oscilar entre uma hegemonização da superfície de inscrição pelo que foi inscrito nela, isto é, um fechamento precário através da literalização do inscrito, por um lado, e, por outro, uma abertura ilimitada para inscrições de todas reivindicações e deslocamentos possíveis. Neste último caso, constitui-se um imaginário social como horizonte que *“não é um objeto entre outros objetos, senão um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é, em tal sentido, a condição e possibilidade de emergência de todo objeto”* (Laclau, 1993: 80). Isto possibilita uma outra forma de percepção da afirmação de Giddens de que *“a direita (cuja principal forma atual é a referência ao neoliberalismo) tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do Welfare State”* (Giddens, 1996: 17). Pode afirmar-se que o *Welfare State* perdeu progressivamente o poder de absorver e integrar as reivindicações sociais e os crescentes deslocamentos àquele espaço de representação, e é a partir daí que o discurso neoliberal ganha a batalha ideológica. Conforme mencionados por Torfing, estudos têm demonstrado, no caso do tatcherismo, que a vitória eleitoral foi resultado da batalha ideológica atingindo os corações e mentes do povo britânico (Torfing, 1999: 35).

Temos assim uma situação em que se impõe a necessidade de fixações sempre precárias, e, por outro lado, uma ampliação de deslocamentos a partir dos quais se abrem novas possibilidades que são aproveitadas ou não. Isto mantém um *continuum* analítico entre ações situadas dentro de uma ordem social e a (re)construção do social, enfatizando os processos de significação e processos políticos.

Ao conceber-se o espaço social como discurso, as manifestações situam-se no interior de uma configuração social e, como tal, uma configuração significativa (Mouffe, 1993: 114). Assumindo o conceito de discurso, coloca-se uma impropriedade da distinção entre expressões e manifestações coletivas nos termos de lutas materiais e não materiais, ou de um caráter econômico, político ou ideológico/cultural, uma vez que eles não têm uma significação em si mesmos e seus significados são estabelecidos a partir de um sistema de relações socialmente construídas em nível simbólico, isto é, dos significados, inclusive dos sistemas e subsistemas. É também a partir desta configuração significativa que se definem posições não dedutíveis de uma disfuncionalidade de um sistema ou subsistemas ou, ainda, de incongruências entre os mesmos. Desta forma, as identidades são resultados de processos de identificação efetivados no nível simbólico. Esta não distinção de níveis é fundamental para

a análise das ações coletivas nos países não centrais, vez que imputa um caráter político às lutas reivindicatórias que podem ser manifestações também de antagonismos, desestabilizando perspectivas etapistas.

É nesta direção que uma construção analítica para a classificação das manifestações coletivas torna-se possível a partir das fixações de sentido que proporcionam um quadro mais ou menos coerente ao que é dito e feito. Essas fixações, por sua vez, podem ser relacionadas a um discurso hegemônico, como discurso que fixa sentidos em torno de pontos nodais que imputam um caráter universal e positivo a um discurso particular de normas, valores, visões e percepções para uma descrição do mundo e referência para ação. Elas pretendem encobrir e deslembra o antagonismo e o seu caráter contingente. Mas é também o antagonismo que se coloca como fonte de deslocamentos que revelam as fissuras e o caráter não positivo de uma hegemonia.

Tomando hegemonia como eixo, propõe-se, assim, três categorias analíticas: a) manifestações que expressam uma *aderência a uma configuração hegemônica*, numa forma naturalizada que proporciona padrões de comportamento; b) manifestações que revelam um *conflito no interior de uma lógica hegemônica*, relativos a processos decisórios e operacionais que implicam procedimentos de negociação e disputa de poder. Esses conflitos ocorrem no campo interpretativo, circunscrito à coexistência polissêmica de significados, que não se excluem no curso dos conflitos políticos. E c) manifestações que *exprimem ou tornam visíveis posições antagônicas*, através das quais os sentidos fixados são negados e tendentes a serem substituídos. Estas três formas analíticas, numa dinâmica social concreta, podem evoluir em diferentes direções, conforme o deslizamento de significados sob o significante, e que podem resultar em consensos, confrontos entre adversários ou confrontos entre inimigos, dependendo do sentido atribuído à democracia.

Na aplicação dessa perspectiva, diferentes recortes podem orientar uma análise de fenômenos empíricos. Poder-se-ia partir, por exemplo, das categorias como "democracia", "ecologia", "gênero", "trabalho", "saúde" etc. Não se trata, portanto, de uma discussão normativa, a partir dos diferentes pronunciamentos sobre os temas, mas prioritariamente da análise dos discursos articulados pelos grupos e sua postura diante dos significados articulados sobre os temas.

Em termos operacionais, tomando como exemplo o tema dos direitos, podemos traduzir aquelas três categorias abstratas para o campo empírico. O que denominamos aderência remete à concepção naturalizada do direito, a qual não se restringe às regras formais, compreendendo também formas sedimentadas e o modo como as mesmas estão inscritas na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Não se trata de uma cidadania regulada, mas da maneira como a regulação é concebida. Esse nível pode ser distinguido analiticamente das interações onde se salientam aspectos políticos dos direitos no campo da interpretação, onde surgem conflitos em relação aos processos decisórios e operacionais, não colocando em questão a lógica de uma determinada configuração hegemônica. Isto implica num pluralismo, enquanto

campo de negociação para resolução de conflitos dentro da mesma lógica. No primeiro caso, o regulado se coloca como algo fixo e determinado, inclusive na forma dos procedimentos, e no último caso, como algo negociável dentro de uma determinada lógica hegemônica, na qual as relações e “princípios de legalidade” estão estabelecidos.

O caráter contingente de todo processo de fixação possibilita o rompimento de uma lógica que define o *modus operandi*, onde o conflito pode deslocar-se para posições antagônicas, negando os significados fixados, na qual se articulam elementos que dão significação de eventos não simbolizados por um discurso hegemônico. Conforme o quadro abaixo, temos um primeiro nível das ações coletivas, caracterizado como comportamental, um segundo, como conflitual e o terceiro, como antagônico⁸. Assim é que se entende movimento social em dois níveis: movimento social *lato sensu* que compreende as relações conflituais, e movimento social *stricto sensu*, como expressão de um antagonismo.

COMPOSIÇÃO DO MODELO ANALÍTICO

⁸ O termo comportamento é utilizado aqui conforme definido por Hannah Arendt (2000), que se contrapõe aos feitos e tem um caráter monolítico e conformista.

Nesta acepção, reafirma-se que a análise não parte da consideração dos fenômenos como um dado, cuja caracterização se coloca *a priori*, mas resulta da análise das relações. Um mesmo grupo pode conter diferentes momentos, o que nega também uma unidade monolítica e permanente. A análise pode revelar, em diferentes momentos, posturas de tipo comportamental conformista, conflitante ou reveladores do caráter contingente de uma pretensa objetividade e de uma pretensão de fechamento da noção da cidadania. Neste último caso, à medida que é colocada uma nova forma de objetivação, também contingente, não elimina o antagonismo, já que qualquer fixação efetiva-se através da exclusão de outros elementos. Daí que o antagonismo só existe como uma irrupção metafórica da linguagem natural e não definível como tal. É um campo indecidível, onde se insere a discussão e estabelecimento de princípios éticos que norteiam as práticas e o posicionamento valorativo diante destes. É também nesse campo que se estabelecem limites e onde os processos mais ou menos democráticos podem ser identificados pela forma e por quem estes limites são estabelecidos.

Ao conceber-se o espaço social como discurso, resultado de práticas articulatórias que se consolidam em determinadas configurações hegemônicas, uma construção de uma “vontade coletiva” não se efetiva apenas como fala ou pronunciamento, é também um ato de fabricação de meios e de resignificação de práticas e que incidem sobre a cultura política. A existência e o acesso ao espaço público e sua construção resultam, assim, dessa luta política e não como pré-condição ou concessão para a ação. Da mesma forma, o reconhecimento do outro como alguém que tem direito não é condição prévia, mas resultado do reconhecimento, portanto resultado político. É neste sentido que se torna fundamental não apenas a análise do discurso, no sentido lingüístico, mas a análise dos significados inscritos no campo não-lingüístico. Discurso, conforme definido aqui, coloca-se no nível das relações, das práticas e do jogo de relações e dos significados dos artefatos humanos que as mediam, a partir dos quais se constituem processos de identificação, configurando momentos nos quais identidades assumem uma temporalidade e espacialidade.

À guisa de conclusão

Considerando o contexto onde acontecimentos e deslocamentos teóricos tornaram transparentes fissuras, contradições e ambigüidades do discurso da modernidade, suspendendo o centramento efetivado por esse discurso, colocou em relevo a falta de um centro, passível de múltiplas substituições. Novos centramentos, estes não mais pensados como pontos fixos, mas funcionais para suprir aquela falta. Conforme se afirmou, a não fixidez, como um sistema diferencial e ausência de um significado transcendental, implica que decisões políticas e éticas se põem num campo de “indecibilidade”, onde não há um suporte para tomada de decisões de caráter racional, dedutíveis de um *a priori*. Coloca-se, assim, a afirmação da contingência, na qual nem atores e nem o campo de oposição estão definidos de antemão, mas apenas as possibilidades de sua emergência.

Por outro lado, essa impossibilidade de uma fixação põe a sua necessidade, uma vez que sem tal fixação não haveria sentido algum e impossibilidade da própria ação. É nesta direção que vão as contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, ao conceberem discurso como prática articulatória de fixação de sentidos no campo da política definido como luta hegemônica que permite passar de uma condição de “indecibilidade” para uma condição de “decibilidade”. É desse processo que emergem decisões a partir da criação de acordos em torno de um conjunto de alternativas em detrimento de outras. Nestas composições emergem pontos de identificação e de confronto entre agentes sociais, implicando em processos de persuasão e exclusão de alternativas. É nesta direção que se colocam as contribuições ao debate sobre as identidades nas sociedades atuais, que não advêm de um fundamento ontológico, mas resultantes das práticas articulatórias que fixam determinados eixos de identificação em detrimento de outros. Portanto, a política é uma dimensão constitutiva e subversiva na construção identitária, à medida que é nesse processo que se constroem e se redefinem as identidades numa sucessão de identificações.

Destacou-se, ainda, que estas tentativas de fixação são sempre precárias, suscetíveis a deslocamentos, revelando a sua contingência. Estes deslocamentos abrem novas possibilidades, aproveitadas ou não, para outras fixações e “construir o mundo” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identificações. Da mesma forma que uma hegemonia é uma forma de suprir uma falta, uma identidade estrutural não é uma determinação, mas um preenchimento contingente a partir de uma espacialização da temporalidade.

Finalmente, uma configuração hegemônica, como ação de centramento em torno de pontos nodais, se constitui como um momento, a partir do qual se torna possível uma construção analítica das posições dos atores sociais no interior dessa configuração. Conforme construção aqui proposta, são identificadas três posições, ou seja, posições de aderência, de conflito e antagonica. Discurso, como configuração social, portanto significativa, coloca-se no nível das práticas e do jogo de relações e da teia de significados dos artefatos humanos. Isto permite repensar o espaço público e a noção de democracia não como consenso, apesar de necessário, mas da pluralidade e do conflito.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. (1975), *Dialética negativa*. Madrid: Taurus.
- ARENDT, Hannah. (2000), *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BENJAMIN, Walter. (1984), *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1991), “Teses sobre a Filosofia da História”, in: Flávio R. Kothe (org.), *Walter Benjamin, Sociologia*. São Paulo: Ática

- BURITY, Joanildo. (1994), "Transbordamento do social e hegemonia: qual o jogo da democracia?", in: Marco G. Aurélio (org.) *Política contemporânea no Brasil*. Recife: Bagaço.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *O poder da identidade - (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Paz e Terra.
- DAGNINO, Evelina. (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania", in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000), "Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana", in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- DERRIDA, Jacques. (1991), *Limited Inc*. Campinas: Papirus.
- _____. (1995), *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- GRAMSCI, Antônio. (1978), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, Jürgen. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (1992), "Política da Teoria" . in: Heloisa Buarque de Holanda (org.), *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (1989), *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso.
- LACLAU, Ernesto. (1993), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. (1996), "The death and resurrection of the theory of ideology". *Journal of Political Ideologies*, 1(13): 201-220.
- LEFORT, Claude. (1983), *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense
- McADAM, Doug. (1994), "Cultura y movimientos sociales" in: Enrique Laraña e Joseph Gusfield, *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales.
- MOUFFE, Chantal. (1993), "Posmarxismo sin pedido de disculpas", in: Ernesto Laclau (org.), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. (1990), "Ciladas da diferença". *Tempo Social*, 2, 2: 10.
- _____. (1994), "Linguagem autoritária, voto popular", in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1997), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999), *Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. <http://www.cfh.ufsc.br/~cso5421/REDESEV2.html>

- TARROW, Sidney. (1994), *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: University Press.
- TILLY, Charles. (1978), *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Anderson-Wesley.
- TORFING, Jacob. (1999), *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and •i•ek*. Oxford and Massachusetts: Blackwell.
- TOURAINE, Alan. (1984), *Le retour de l'acteur*. Paris: Foyard.

RESUMO

Identities e movimentos sociais numa sociedade indomável

O artigo, a partir de um quadro identificado como de uma situação pós-moderna, discute os temas da ação coletiva e dos processos identificatórios tomando como referência básica a *teoria do discurso* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Na negação de um centro natural estruturador do social, aspecto central da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, discute a formação das identidades sociais, assim como a construção de espaços públicos decorrentes dos processos hegemônicos, ponto de partida para uma classificação das ações coletivas.

Palavras-chave: discurso, hegemonia, identidade, pluralismo e democracia.

ABSTRACT

Identities and social movements in a indomitable society

This article discusses, within a social context identified as postmodern, the theme of collective action and identity processes, taking as a basic theoretical reference the *discourse theory* of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. Rejecting the notion of a natural structuring center of the social, a central aspect of Laclau and Mouffe's discourse theory, the making of social identities as well as the construction of public spaces originating in hegemonic processes is discussed. This forms a starting point for the classification of collective action.

Keywords: discourse, hegemony, identity, pluralism and democracy.

LEITURAS DO HIP HOP SOBRE A CIDADE¹

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz

Introdução

Este trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude - GRUPEJ, que vem estudando grupos de jovens na cidade de João Pessoa com o objetivo de analisar a sociabilidade juvenil contemporânea em articulação com a experiência vivenciada no espaço urbano. Alguns grupos vêm sendo alvo de atenção, a exemplo de skatistas, turmas de bairro, anarco-punks e o movimento hip hop. Nossa intervenção neste momento focalizará o movimento hip hop em João Pessoa, que vem tendo certa presença e atuação nos bairros periféricos da cidade, articulando jovens de diferentes localidades e produzindo uma leitura sobre a condição juvenil e sobre o espaço social em que se localizam.

A pesquisa identificou grupos que participam deste movimento na cidade de João Pessoa, entrevistou alguns de seus integrantes, além de coletar letras de músicas e discos gravados por alguns deles, presenciou shows e fotografou grafites elaborados por seus integrantes.

É com base neste material que será feita uma reflexão sobre os significados que os grupos de hip hop atribuem à sua experiência juvenil e à sua vivência urbana que se traduzem nas marcas que imprimem ao espaço urbano em que circulam.

Iniciamos com uma reflexão sobre o conceito de juventude e sobre as experiências que constroem e significam esta etapa da vida na modernidade, para situar o movimento hip hop enquanto uma forma de expressão de jovens que se localizam nas periferias da cidade e da sociedade, e que encontraram neste lugar "marginal" uma forma de recriar de forma incisiva suas origens étnicas e culturais, herança a partir da qual assumem uma atitude afirmativa e guerreira. As práticas desenvolvidas por estes grupos, as músicas através das quais se expressam, constituem um campo de investigação promissor para a compreensão dos movimentos subterrâneos que agitam a cidade contemporânea, mais além do que sua superfície aparentemente visível demonstra.

Em seguida, mostramos as origens do movimento hip hop na América, situando-o no contexto de degradação urbana no qual ele emergiu e ao qual responde de forma afirmativa. Completamos este resgate histórico com uma breve análise do movimento hip hop no Brasil, principalmente em São Paulo, que constitui um dos principais marcos de referência para o movimento em João Pessoa.

Ao final analisamos a produção musical de alguns grupos de hip hop em João Pessoa, focalizando o significado que atribuem à juventude e à experiência urbana que vivenciam.

¹ Este estudo contou com a colaboração dos alunos Estevam Dedalus, Yuriallis F. Bastos, Rivoneide F. de Lima do Curso de Graduação em Ciências Sociais que participam no Grupo dos Estudos e Pesquisa Sobre Juventude.

1. Juventude, experiência urbana e pobreza

Existe toda uma linha de estudos no cruzamento da sociologia com a antropologia que rejeita a noção essencialista de juventude que atribui uma correspondência imediata entre determinado momento do curso da vida e juventude entendida como uma moratória, como um momento separado da existência voltado para a preparação para a vida adulta. Eisenstad discutiu a diferença entre as juventudes das sociedades tradicionais e a das sociedades modernas, mostrando que é próprio destas últimas certa descontinuidade entre infância, juventude e o mundo adulto, o que tende a transformar a juventude numa idade problemática (Eisenstadt, 1976).

Ariés (1981) desenvolve a tese de que a juventude é uma invenção moderna, que emerge juntamente com a polarização entre vida pública e privada, e a disseminação de formas de classificação e hierarquização, em substituição à sociabilidade densa que vigorava na sociedade antiga e que misturava diferentes classes e grupos etários. A juventude é isolada num espaço específico de socialização – a escola – que substitui a forma anterior de aprendizagem onde a socialização ocorria no contato direto com o mundo e as atividades dos mais velhos, ao mesmo tempo em que ocorre uma ascensão do sentimento de família, sua crescente privatização e distanciamento em relação ao espaço público. Esta se redefine, bem como os papéis de seus membros e a mulher passa a se responsabilizar pela educação e formação das crianças.

Schindler (1996) questiona em parte as idéias de Ariés demonstrando que na sociedade antiga havia já uma concepção de juventude, o que pode ser atestado pela vitalidade da cultura juvenil da época, explicitada em rituais e folguedos próprios desta etapa da vida. Nesta sociedade, porém, a juventude tem outro sentido e função e a interação e as trocas entre os mundos adulto e juvenil se faziam com mais frequência, tornando mais rico o contato intergeracional. Demonstra assim que a existência de culturas juvenis não é privilégio de sociedades onde prevalece certa ruptura entre as diferentes idades da vida.

Autores mais recentes como Abramo (1994) e Groppo (2000) atualizam o debate sobre a juventude contemporânea sinalizando as mudanças que vêm se processando nas formas de construção desta etapa da vida.

Para Groppo, a juventude é entendida como uma representação social que tem repercussão sobre as práticas e comportamentos dos sujeitos. Trata-se de uma construção social que se refaz continuamente e que envolve uma diversidade de atores e instituições sociais, entre os quais se incluem os próprios jovens. Na elaboração da moderna noção de juventude tiveram papel destacado os pedagogos, a escola, a família e a ciência, em particular a psicologia. Outro aspecto destacado pelo autor diz respeito à desconfiança da modernidade em relação aos jovens, vistos em geral como instáveis e perigosos, a exigirem portanto uma vigilância permanente para não resvalarem por caminhos “equivocados”. Poucas vezes se perguntou pelo mal-estar juvenil e sobre as razões de sua atração pelos caminhos avessos.

Atualmente é difícil falar de juventude, dada a diversidade de manifestações e de caras com que ela se apresenta. Temos ainda um setor privilegiado que vem tendo um papel importante na configuração das juventudes contemporâneas: a mídia que, na percepção de alguns, estaria desconstruindo a noção moderna de juventude com a quebra das barreiras que segregavam crianças e jovens em mundos separados.

A juventude contemporânea tem também um papel significativo na construção de sua própria identidade e é sobre esta participação que nos debruçaremos no momento, tomando o exemplo do movimento hip hop da cidade de João Pessoa.

Alguns processos sociais importantes vêm gerando mudanças na configuração da juventude contemporânea. Jesus Martin Barbero (<http://campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a03.htm>) afirma que atualmente ela vem vivenciando a radicalização da experiência do “desencaixe”², o que desorganiza mapas mentais e práticas locais, e se expressa na maior familiaridade com a cultura tecnológica e a gestação de uma nova sensibilidade estranha às tradições culturais; na desterritorialização, que envolve processos urbanos de privatização e de construção de não lugares, dificultando a identificação com o espaço e levando a novas formas de construção identitária; na adoção de novas sociabilidades que articulam o local e o global, e na construção de comunidades hermenêuticas “cuja ligação não provêm nem de um território fixo, nem de um consenso racional e duradouro, mas da idade e do gênero, dos repertórios estéticos e gostos sexuais, dos estilos de vida e das exclusões sociais”. As culturas juvenis expressariam assim a reconfiguração das sociabilidades e o mal estar da sociedade contemporânea.

O movimento hip hop pode ser considerado como produtor de uma cultura juvenil que exemplifica a análise do autor acima citado. Trata-se de um movimento recente que marca a presença de jovens que se agregam pelo sentimento de exclusão, e que elaboram um estilo de vida e uma forma de expressão artística que constrói um ponto de vista particular e bastante crítico sobre a sociedade contemporânea. E que encontraram já um canal de expressão através da mídia, influenciando jovens de todas as categorias sociais. O que contraria e remete à revisão de enfoques sociológicos que tradicionalmente encaravam as manifestações públicas de jovens pobres apenas no registro do desvio, da marginalidade ou da delinquência.

Este movimento juvenil exprime-se, sobretudo, através de manifestações artísticas e de ações sociais, e representa uma afirmação da parcela mais desfavorecida da sociedade, aquela que habita as periferias da cidade e que tem as marcas das discriminações associadas à negritude e à exclusão social.

Como emergiu este movimento, como conseguiu se expandir, quais as razões das identificações de jovens de diferentes cidades e regiões? O que as juventudes de diferentes lugares têm de comum e de diferente?

² Giddens, A. 1991.

2. O canto indignado dos guetos de Nova York

O hip hop é um movimento juvenil que surgiu e expandiu-se nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos. Tem raízes na tradição cultural afro-americana e desenvolveu três expressões principais: o rap, o grafitti e a break dance (Arce, 1999).

Para Rose (1997), ele surge em Nova York, no contexto da cidade pós-industrial, que vivenciava um vertiginoso desenvolvimento tecnológico que teve consequências sociais perversas decorrentes da desindustrialização, da ampliação do setor de serviços e do informal, que degradou as condições e perspectivas de vida dos que vivem do trabalho. A crise econômica e a redefinição do papel do Estado, que diminuía sua atuação no sentido de reparar injustiças sociais e promover maior igualdade, levou também a radicalização de discriminações raciais e de gênero. As perspectivas de ascensão social se reduziram drasticamente. Além disso, o corte de verbas para investimentos urbanos e políticas habitacionais acarretou a deterioração de bairros de população mais pobre, a exemplo do South Bronx, e tiveram um impacto devastador sobre os jovens de origem negra ou hispânica.

O South Bronx é, segundo a autora citada, o berço da cultura hip hop, e lá tomam forma, de maneira drástica, os efeitos da sociedade pós-industrial.

Foi neste contexto de degradação urbana e discriminação que os jovens negros e latinos inventaram formas criativas de expressão e resistência: o hip hop. “A cultura hip hop emergiu como fonte de formação de uma identidade alternativa e de status social para os jovens numa comunidade, cujas antigas instituições sociais de apoio foram destruídas, bem como outros setores importantes. As identidades alternativas locais foram forjadas a partir de modas e linguagens, de nomes e ruas e, mais importante: do estabelecimento de grupos e turmas de bairros” (Idem, 1977).

Herschman também situa a origem do hip hop nos guetos de Nova York quando DJ's como o jamaicano Kool-Herc e seu discípulo Grand Master Flash começaram a dar festas no gueto do Bronx (NY), utilizando-se de técnicas que posteriormente se tornaram fundamentais para este tipo de música eletrônica. Dentre estas técnicas destacam-se os sounds systems, mixadores, scratch e os repentes eletrônicos que passaram a ser conhecidos como raps (Herschman, 2000, p. 19). É aí também que vão surgindo outros elementos associados à música: o break, as grafitagens de muros e trens do metrô, e um estilo de vestir despojado: calças de moletom, camisetas, bonés, tênis, gorros, das principais marcas esportivas.

Herschman identifica uma origem americana comum entre o funk e o hip hop, porém no Brasil, as especificidades da dinâmica cultural e a os modos de apropriações locais destas influências culturais transformaram o funk e o hip hop em vertentes musicais e culturais distintas. O funk difundiu-se principalmente na cultura urbana carioca na década de 80, enquanto o hip hop expandiu-se principalmente em São Paulo, onde mobilizou a juventude negra e trabalhadora da cidade, organizando-se em grupos, associações, posses, e pequenas gravadoras. O hip hop tornou-se uma versão mais politizada da

música negra. São Paulo tornou-se o principal centro irradiador do hip hop no Brasil, onde grupos como Racionais MC's, Sistema Negro, MDM, Câmbio Negro MRN, Pavilhão 9, têm expressiva presença na indústria fonográfica.

Para ilustrar o estilo musical desenvolvido pelos rappers tomamos como exemplo a letra de um dos raps nacionais mais conhecidos e divulgados, de autoria dos Racionais Mc's.

O tema central do rap é o contraste entre o fim de semana do rico e o do pobre, a visão que este último tem do modo de vida dos ricos:

“A toda comunidade pobre da Zona Sul,
Chegou fim de semana, todos querem diversão.
Só alegria, nós estamos no verão.
Mês de janeiro, São Paulo, Zona Sul.
Todo mundo à vontade, calor, céu azul,
Eu quero aproveitar o sol.
Encontrar os camaradas prum basquetebol.
Não pega nada.
Estou a uma hora da minha quebrada.
Logo mais, quero ver todos em paz.
Um, dois, três carros na calçada.
Feliz e agitada!
Toda a “playboyzada”, as garagens abertas,
Eles lavam o carro, desperdiçam a água.
Eles fazem a festa.
Vários estilos, vagabundas, motocicletas.
Coroa rico, boca aberta, isca predileta
De verde fluorescente, queimada, sorridente,
A mesma vaca loura circulando como sempre.
Roda a banca dos playbois do Guarujá.
Muitos manos se esquece mas na minha não se cresce
Sou assim, estou legal, até me leve a mal.
Malicioso e realista sou eu, mano Brown.
Me dê quatro bons motivos pra não ser.
Olha meu povo nas favelas e vai perceber.

O rap inicia-se com a perspectiva do fim de semana, da alegria, da festa, perspectiva que é contrariada pela percepção do contraste entre o espaço do rico e o do pobre, entre as imensas possibilidades dos ricos e a dos pobres cujas aspirações mais simples são impossíveis de realização, entre o Guarujá - lugar da elite - e minha quebrada - lugar das dificuldades.

O estilo de vida dos ricos é apresentado de forma irônica: o tempo de lazer dedicado à lavagem dos carros, ícone maior de consumo e status social, o gasto de água visto como desperdício para quem vive todas as carências; as garotas que circulam ao redor de coroas ricos são vistas de forma depreciativa - vacas louras, e os playboys como otários que se deixam seduzir pelas “vacas louras”, interessadas no dinheiro.

Há um convite insistente para os irmãos atentarem para as diferenças, para o não esquecimento, para a atitude maliciosa e realista do mano Brown.

No parque, lugar público, as diferenças são sinalizadas de modo gritante: as famílias chegam em carangos do ano, pais ao lado dos filhos, brinquedos eletrônicos. No parque tem bicicletas, pai fazendo cooper. Também tem o clube, a quadra de esporte, cinema, pipoca e sorvete, piscina quente, corrida de kart.

E também tem “o pretinho vendo tudo do lado de fora”, que “apenas sonha através do muro”, afirmações que demarcam significativamente o lugar do jovem pobre e negro na cidade, sua exclusão de espaços privatizados, de espaços públicos que não mais se oferecem ao usufruto de todos.

Enquanto na quebrada, a molecada brinca do jeito que dá, “correndo pra lá e pra cá, jogando bola descalços nas ruas de terra”, gritam palavrão, não tem vídeo game, às vezes nem televisão. A ironia comparece forte também ao relembrar o mito do Papai Noel que entretece o sonho de consumo de crianças ricas:

No último Natal Papai Noel escondeu um brinquedo.
Prateado. Brilhava no meio do mato.
Um menininho de dez anos achou o presente.
Era de ferro com doze balas no pente.
E o fim do ano foi melhor pra muita gente

Ao invés da fantasia, do brinquedo sonhado e almejado, a dura realidade do contato precoce com o mundo da criminalidade, com o caminho do crime que “tornou o fim de ano melhor pra muita gente”.

A quebrada, a favela é por um lado valorizada como lugar de pertencimento, território de identificação:

Ruas de terra, esse é o morro, a minha área minha espera!
Gritaria na feira, “vamos chegando!”
Pode crer, eu gosto disso, mais calor humano,
Na periferia a alegria é igual
É lá que moram meus irmãos, meus amigos.
E a maioria por aqui se parece comigo.

Há, portanto, uma revalorização da periferia, como lugar de pertencimento, onde moram os irmãos, onde impera a alegria. Mas tem também o lado da violência, da pobreza, da exclusão, que precisa ser denunciado:

A número, número um em baixa renda da cidade
Comunidade sul é dignidade!
Tem um corpo no escadão, a tiazinha desce o morro
Polícia, a morte, polícia, socorro!
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada frequentar. Nenhum incentivo.
O investimento no lazer é muito escasso.

O centro comunitário é um fracasso!
Mas, aí, se quiser se destruir está no lugar certo.
Tem bebida e cocaína sempre por perto.
A cada esquina, cem, duzentos metros,
Nem sempre é bom ser esperto.
Schmith, Taurus, Rossi, Dreyer ou Campari
Pronúncia agradável, estrago inevitável
Nomes estrangeiros que estão no nosso meio
Para matar
Merda

As carências da periferia são assim nomeadas, principalmente as que dizem respeito mais diretamente aos jovens, como a ausência de equipamentos de lazer, além da violência que cotidianamente sofrem dos aparatos repressivos, e as alternativas destrutivas que a eles se oferecem, cenário diante do qual o compositor se enfurece – merda.

Os Racionais falam da cidade dual, da cidade sem nuances, cidade de muros, de lugares demarcados. Da cidade a que os mais pobres não têm mais acesso e que precisa ser tomada de assalto seja este real ou simbólico.

O canto dos racionais é também um convite à luta, ao não esquecimento, à união dos que estão de fora. Os “manos” são convocados:

Vamos investir em nós mesmos
Mantendo distância das drogas e do álcool
Aí rapaziada

3. O hip hop em João Pessoa

Em João Pessoa o movimento se expande principalmente a partir da década de 80 e chega inicialmente através da televisão. Alguns jovens ficaram impressionados com o modo de dançar apresentado por alguns grupos de hip hop e decidem então se reunir para tentar reproduzir os passos da dança. O local de encontro era o Espaço Cultural, órgão do governo do Estado onde se desenvolvem atividades artísticas, cursos de arte, shows, etc. Do convívio ali praticado surge um grupo que se identificava com o hip hop – o Justa Causa – e que constituiu o núcleo inicial do movimento na cidade. Posteriormente este grupo subdividiu-se em dois novos grupos: tribo Ethnos e Auto-Controle.

Outro participante do movimento, o Mappa, divide sua história em dois momentos, a primeira geração representada pelos grupos citados acima e a atual que envolve um número maior de grupos. Para este entrevistado, seu contato com o hip hop se deu através de um carro de som que circulava em torno do mercado de Mangabeira, bairro situado na periferia da cidade e onde mora o rapper entrevistado. Seu interesse pela música iniciou-se com o funk e no início da adolescência costumava frequentar os bailes da cidade. Posteriormente conheceu um rapper da primeira geração e a partir daí começou a frequentar o pessoal, escutar raps e a partir “daí foi se formando no rap”.

Até hoje se observa que os grupos juvenis, de modo geral, se formam e também se dissolvem com muita facilidade, se recompõem ou migram para outros gêneros musicais.

Aconteceram algumas tentativas de trabalho conjunto, articulando diversos grupos do movimento, a chamada Caravana do Hip hop, que tentou difundir o movimento nos bairros da periferia, mas a iniciativa não teve duração muito longa.

Atualmente foram identificados 10 grupos de hip hop na cidade – Aliados de Mangabeira, (Mangabeira), Realidade Crua (Torre, Funcionários), Reação da Periferia (Mangabeira), Primatas do Mutirão (Nova República), Criados na Rua (Funcionários), O Predador (Mangabeira), Revolucionários do Rap (Funcionários), Atitude Urbana (Geisel, Funcionários e Mangabeira), Segure o B. O. (Mangabeira), Afronordestinas (Funcionários, Torre). A maioria se situam em bairros da região sudoeste que se expandiu após a década de 70 em consequência de intervenções do BNH, com a construção de grandes conjuntos habitacionais direcionados à população de renda média e baixa da cidade.

O movimento não se apresenta uniforme e algumas tendências puderam ser identificadas no seu interior: a Tribo Ethnos, que iniciou o movimento na cidade, dedica-se atualmente a uma fase mais experimentalista, pesquisando instrumentos e ritmos musicais diferentes, mesclando músicas de fontes culturais diversas. Os grupos Reação da Periferia e Primatas do Mutirão fazem um som mais politizado, com letras que retratam o cotidiano da periferia. Este é também o caso do grupo Realidade Crua, que além de um discurso politizado procura também mesclar o rap com ritmos e instrumentos musicais nordestinos.

Qual a leitura que os rappers paraibanos fazem da cidade e dos seus jovens?

As letras do rapper Cassiano Pedra condenam as drogas e indicam para os manos o caminho da escola como saída para a precariedade de condições atuais. Apresentam também referências à vida na periferia, à violência e aos estigmas de que são alvos:

João Pessoa, cidade verde, Zona Sul,
O hip hop na batalha pra salvar mais um
Do meu irmão eu tenho o maior orgulho,
É menor, mas crescer sem fazer barulho,
Eu tô sabendo, ele também tem seus figuras,
A nova geração que vem das ruas,
Muito mais postura,
Então chega, matar não é saída não,
Fique ligado no rap, Primatas do Mutirão,
Tenho pouca idade mas cenas, pessoas então,
Neguinho de ferro na cinta, dando porrada na cara do outro irmão,
Fiquei triste mas não pude fazer nada, Vendo mais um morrendo aqui
na nossa quebrada,
A barra é pesada, na mente várias sequelas,
Esqueço e vou pra escola,

Pois sei que lá o futuro me espera,
Tá pensando que não penso, a minha mente é a arma,
O rap é a bala, a língua o gatilho,
E a verdade que mando não falha,
Não sou gentalha, sou mais um filho da luta,
Lutando pra sobreviver, aqui no Nova República.

Trata-se de um rap que discorre sobre as dificuldades da vida na periferia, a violência precoce, assassinatos entre irmãos, porrada na cara do outro e também da saída oferecida pelo hip hop: o hip hop na batalha pra salvar mais um. O tema da luta, da batalha é uma constante, o cenário urbano é o da guerra e as armas da batalha são o rap e a língua. Nas letras deste rapper há uma preocupação muito forte com o acenar de caminhos, a busca pela educação, a distância em relação ao mundo das drogas.

Outro compositor, o Mapa, também faz raps sobre a cidade, um dos quais se intitula “Na área de cada um”, onde afirma:

A sua área, só você conhece,
Lá só você sabe mesmo o que acontece
Se é um tiroteio, assassinatos, fatos sangrentos,
Cotidiano sempre assim, sempre violento.
Um dia já foi vítima, se não foi um dia vai,
Mas aí consequência onde é difícil a paz,
João Pessoa de qualquer outra cidade não é diferente.
Dia após dia a violência é crescente.

Rap que fala sobre o conhecimento do lugar, da violência que lá impera, e da rua como lugar do medo: “em casa eu tô em paz, na rua é muita treta”. Em outro momento aparece a consciência da diferença: ao tematizar sobre as carências de seu bairro, afirma: “nada disso ou daquilo que os playboy possui, é só pobreza e violência que nos influi”.

O ímpeto guerreiro, a dimensão da cidade como espaço de luta, a falta de perspectiva enfrentada pelos jovens da periferia, são temas constantes nos raps deste compositor:

Tô aqui é ... de mangas arregaçadas
Junto com os manos Dj Dal e Metralha
Difícil batalha, condições precárias
Mas periferia é assim mesmo
Encaro de frente, de lutar não tenho medo
Para os poderosos isso não é apelo
Muito menos pelos maluco tiroteio
Falo do que, do que nos revolta
Injustiça, droga, polícia, desigualdade e violência
Tudo influencia quando na adolescência
Pois não existe perspectiva de vida para o futuro

Mas a força da palavra é enfatizada e associada com imagens fortes. As palavras podem se infiltrar nos sujeitos, perturbá-los, provocar questionamentos identitários:

Engatinho o cano, conto até três e atiro
Pô, tô na minha, tô cabreiro, tô tranquilo
A bala penetrou na sua mente
Foi até lá se alojou no subconsciente
Fico dentro de ti um questionamento
Bandido ou mocinho, quem sou eu no momento
Rha... Rha... você poderá me responder
Sim ou não, otário, quem é você
O mundo é grande a gente se perde
A vida por linhas tortas é que se escreve
Então se liga, siga um caminho que reto é um só
Estreito pequeno difícil esse mundo é fudido sabemos de cor

Há tensão entre o mundo sempre visto como algo perturbador e o hip hop aponta o caminho a ser seguido para evitar se perder.

Os raps analisados apresentam em comum a indignação dos jovens com o lugar que ocupam na sociedade. Seus locais de origem são nomeados, há certo orgulho nesta inscrição, e ao mesmo tempo, é muito forte o sentimento de estigma, a oposição que é expressa entre os *manos* – o habitante da periferia e os *playboys* que habitam bairros mais nobres da cidade.

Trata-se, portanto, de um modelo de construção da juventude que destaca seu aspecto fragmentado, não há juventude, mas juventudes, e a da periferia está indignada com o descaso a que está relegada, não se sente parte da mesma juventude que desfruta de melhores condições de vida. Fala para seus pares na tentativa de conscientizá-los, caminho que consideram viável para um revolução, nomeada, mas pouco explicitada, que conta apenas com a união, com a força dos iguais e a da palavra. Ao lado desta dimensão mais política os rappers também vêm no movimento um caminho de profissionalização.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel. 1994. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Escrita/ANPOCS.
- ARCE, José M. V. 1999. *Vida de Barro Duro: Cultura Popular Juvenil e Grafite*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- ARIÉS, Philippe. 1981. *História Social da Criança e da Família*. Editora Guanabara: Rio de Janeiro.
- BARBERO. <http://campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a03.htm>
- EISENSTADT, S. N. 1976. *De Geração a geração*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Q. e Quiroga, C. 2000. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. C. ^a M. Pereira, E. Rondelli, K. E.

- Schollammer e M. Herschmann. (Orgs.) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As consequências da Modernidade*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GROPPO, Luís Antonio. 2000. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel.
- HERSCHMANN, Michael. (org.) *Abalando os anos 90. Funk e Hip hop. Globalização, violência e estilo cultural*.
- HERSCHMANN, Michael. 2000. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- SCHINDLER, Norbert. 1996. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna in G. Levi e Schmitt (orgs.). *História dos Jovens*, vol. I., São Paulo: Companhia das Letras.

RESUMO

Leituras Do Hip Hop Sobre A Cidade

O objetivo deste trabalho é desvendar as representações que grupos juvenis urbanos fazem sobre a cidade. A escolha do movimento hip hop deve-se ao significado que este grupo vem assumindo enquanto porta-voz de expressivos contingentes de jovens que habitam as periferias das cidades brasileiras e que escolheram a música, ao lado de outras expressões artísticas, como instrumento privilegiado para relatar a exclusão vivenciada no seu cotidiano e a precariedade de suas condições de vida e trabalho. O estudo é feito com base na produção musical de grupos de *rappers* que habitam a periferia da cidade de João Pessoa, na Paraíba.

Nas letras analisadas observou-se que os principais temas abordados são a violência urbana contra jovens pobres da periferia, as desigualdades sociais e simbólicas vivenciadas na cidade e o estigma que recai sobre jovens pobres e pretos. A cidade é representada como espaço polarizado, arena de luta na qual os que se sentem estigmatizados batalham para despertar consciências e construir uma cidade igualitária. Trata-se de uma música militante que acredita no valor da palavra e da arte como instrumento de transformação social, interpelando os ouvintes para se conscientizarem e se unirem aos "manos" que apontam para a possibilidade de outra cidade oposta aquela onde vivem.

Palavras chave: juventude, cultura, movimento hip hop.

ABSTRACT

Hip Hop Readings of the City

The objective of this work is to understand the representations which urban youth groups make about the city. Hip hop is chosen because of the meaning that this group has assumed as spokesperson for youths who live in the periphery of Brazilian cities and who choose music, along with other artistic expressions, as a privileged instrument to speak of their experience of exclusion and of the precariousness of their work and living conditions. The

study is based on the musical production of rapper groups who live in the periphery of the city of João Pessoa, Paraíba.

An analysis of the lyrics reveals that their principal themes are urban violence against poor youth of the periphery, social and symbolic inequalities experienced in the city and the stigma which attaches to poor youths and blacks. The city is represented as a polarized space, an arena of conflict where those who feel stigmatized struggle to awaken consciousness and construct a more egalitarian city. It's a question of militant music which believes in the value of the word and of art as an instrument of social transformation, interpellating hearers to conscientize themselves and join hands, pointing to the possibility of an alternative city, the opposite of that in which they live.

Keywords: youth, culture, hip hop movement.

PEQUENAS EMPRESAS, SETOR INFORMAL E O "PACTO FAUSTIANO"*.

Judith Tendler

Todo mundo parece amar as pequenas empresas. Se instituições grandes ou pequenas, bilaterais ou multilaterais; atores de esquerda ou direita; instituições governamentais ou não governamentais; pessoas de negócios ou acadêmicos, eu mesma incluída. As pequenas empresas têm ganhado um lugar de destaque no âmbito das políticas sociais, onde o microcrédito em conjunto com outros programas voltados ao fomento de pequenas empresas formariam uma rede de proteção que incluiria os mais pobres. Mas é justamente aí onde os problemas começam, como mostrarei ao longo deste artigo.

Durante a última década ou mais, uma miríade de programas, projetos e reformas econômicas focaram sua atenção no setor informal (SI), micro e pequenas empresas (PEs) em geral, como parte da vasta agenda de política social para reduzir a pobreza e o desemprego¹. Apesar desta bem-vinda atenção, vários planejadores em países em desenvolvimento continuam a olhar os programas voltados a PE/SI "somente" como objeto de política social, em lugar de uma estratégia séria de desenvolvimento econômico. A forma particular escolhida pelos atores que atuam com pequenas empresas (e SI) em diversos países reforça esse olhar, como explicaremos abaixo, como também a dinâmica política que envolve os programas de apoio as pequenas empresas. Este tipo de abordagem acaba por prejudicar, ironicamente, alguns benefícios considerados cruciais para a atual agenda de redução da pobreza e do desemprego: maior observância pelas empresas das leis trabalhistas e das normas ambientais, crescimento contínuo da eficiência econômica e da produtividade nas economias locais e, como conseqüência, melhoria na quantidade e qualidade dos empregos.

A primeira vez que me deparei com o lado "obscuro" das políticas de apoio a pequenas empresas e ao setor informal foi quando entrevistei técnicos de desenvolvimento econômico em Pernambuco. Eu estava curiosa para saber porque eles não tinham incluído, no novo programa de apoio para vários clusters de pequenas empresas no estado, o particularmente vibrante e de longa existência cluster do vestuário, localizado a cerca de duas horas de

*Artigo originalmente publicado, sob o título "Small Firms, The Informal Sector and the Devil's Deal". *IDS Bulletin* (Institute of Development Studies) Vol 33 N° 3. July 2002. Tradução: Jacob Carlos Lima e Mansuetu Almeida.

¹ Ao especificar que empresas pequenas e/ou informais são o objeto de políticas públicas, não estou excluindo do universo das empresas discutidas aqui algumas empresas pequenas que são parcialmente ou inteiramente formais, e também as empresas que estão produzindo no mesmo setor e na mesma localidade das pequenas empresas, mas que são de tamanho médio. Embora esta definição seja imprecisa e ignore importantes distinções, essa definição é necessária para refletir o fato de que as demandas da pequena empresa normalmente emergem de um conjunto de empresas definidas pelo mesmo espaço que ocupam, pelo mesmo produto e/ou pela mesma cadeia de valor que estão inseridas. Da mesma forma, essa definição vaga serve ao propósito de brevidade, sendo também consistente com a linguagem utilizada internacionalmente pelos estudiosos da questão do desenvolvimento para descrever e justificar os tipos de políticas e programas discutidos neste artigo.

automóvel da capital do estado. Eles explicaram que poderia ser inadequado elevar um cluster de empresas ao status de “pólo de crescimento” quando este era conhecido por não pagar impostos e não observar as regulamentações governamentais². Ao mesmo tempo, porém, os técnicos não se viam como uma opção para impor essas regulamentações, mesmo que isto funcionasse como uma contrapartida de políticas públicas, porque o cluster estava localizado em dois municípios com mais de 30.000 eleitores.

Após visitar outros lugares e fazer leituras sobre casos em outros países, interpretei o que tinha observado como um acordo não explícito de negócio entre políticos e a miríade de proprietários de pequenas empresas, a maioria no setor informal. Com este acordo, se você vota em mim, não irei coletar os impostos devidos e não farei você arcar com outros impostos, leis trabalhistas e legislação ambiental. Ademais, vou manter a fiscalização (polícia e inspetores) afastada. Chamo esse entendimento tácito de “pacto faustiano” porque provoca e mantém a informalidade como a opção mais atrativa e a formalização como a menos atrativa, o que poderia ser o contrário. Uma vez que esse pacto é feito, torna-se difícil para qualquer uma das partes sair desse acordo como bem mostra o argumento acima que me foi apresentado por técnicos de desenvolvimento econômico.

De certa forma, esse “pacto faustiano” pode representar uma barreira tão significativa para a formalização e desenvolvimento dos clusters de pequenas empresas³, como os próprios custos decorrentes da formalização e da obediência à legislação (fiscal, trabalhista e ambiental). A maioria das políticas adotadas para solucionar este problema enfatiza, no entanto, o próprio custo da formalização, a observância à legislação ambiental e impostos trabalhistas como sendo a origem do problema. Reformas são advogadas e concessões especiais na forma de isenções ou redução de taxas são sugeridas para aliviar o “fardo” que os impostos, a legislação trabalhista e ambiental representam para as pequenas empresas. Ademais, vale lembrar que a literatura sobre pequenas empresas e clusters é estranhamente silenciosa sobre a dinâmica política por trás dos programas

² O não pagamento de taxas e impostos nesta região não é segredo no Brasil. Uma revista de circulação nacional publicou um artigo sobre o dinamismo do cluster, “Aqui não se paga imposto: conheça Santa Cruz do Capibaribe, a cidade que se transformou numa das mecas da informalidade no Brasil”. O secretário da fazenda do estado, José Maria Furtado, por outro lado, disse que os impostos coletados no cluster, não representam 1% do que poderia ser coletado. (*Revista Exame*, 2001).

³ Pedindo desculpas aos especialistas, eu vou usar a palavra “cluster” neste artigo de forma mais livre do que usualmente definida, pela falta de um melhor termo e para evitar a palavra mais pesada “aglomeração”. Uma definição mais cuidadosa de cluster significa um conjunto de pequenas empresas geograficamente próximas, com significativas relações entre firmas, com dinâmico envolvimento associativo e alguma história de sucesso no crescimento e melhoria da eficiência e produtividade. Em definições mais recentes, outras partes da cadeia de valor no qual essas firmas pertencem também estão presentes para qualificar o cluster. A menor acuidade no uso do termo neste texto requer apenas que a região particular tenha um número significativo de pequenas empresas produzindo o mesmo produto ou na mesma cadeia de valor, a qual pode incluir tanto médias quanto grandes empresas. Novamente, essa definição imprecisa é talvez a forma mais usual que esse termo é utilizado na formulação de políticas.

de apoio às pequenas empresas e ao setor informal⁴.

A dinâmica do “pacto faustiano” reforça atitudes descompromissadas mantidas por vários planejadores do desenvolvimento econômico e por gerentes e diretores de bancos de desenvolvimento referentes a pequenas empresas informais. Quando estes gerentes e funcionários públicos admitem a importância da assistência a pequenas empresas e ao setor informal, esta assistência é vista mais como uma medida de “bem estar social” no âmbito dos órgãos de governo que tratam da política social e não no domínio daqueles órgãos envolvidos com a promoção do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o apoio às pequenas empresas é visto como uma medida que ajudaria a reduzir o aumento do desemprego resultante das reformas necessárias e iniciativas voltadas para reestruturar a economia e instituições governamentais para funcionarem em uma economia sem barreiras comerciais.

Nesses termos, as pequenas empresas tornar-se-iam o principal instrumento de preservação e até mesmo de criação de empregos – embora os empregos gerados sejam usualmente de baixa qualidade em empresas com baixa produtividade – em vez de constituir-se em uma oportunidade de estímulo ao desenvolvimento econômico. Nesse caso, os formuladores de política ficariam livres para se dedicarem ao desenvolvimento econômico alhures, pois o custo político da perda de empregos que resultaria da modernização industrial e das reformas econômicas seria reduzido. Assim, de forma geral, os programas de assistência a pequenas empresas teriam o importante papel de ajudar a preservar a “paz social” em lugar de, necessariamente, modernizar a economia local⁵. Nesta mesma perspectiva, vários atores internacionais e organizações não governamentais expressam seu apoio à assistência a pequenas empresas e à economia informal em programas de microcrédito e outros programas que formariam um conjunto de medidas voltadas para a redução da pobreza.

⁴ Há algumas exceções. Entretanto, não fazem parte da literatura de pequenas empresas, mas sim de estudos de cientistas políticos em diferentes países, inclusive nos novos países industrializados. Por exemplo, um estudo que narra um acordo semelhante entre governo e empresas informais é o estudo de Cross (1998). Nesse estudo, Cross documenta como a informalidade contínua foi fundamental para o governo apoiar a organização dos ambulantes (vendedores de rua) e negociar uma série de demandas desses vendedores. Em um estudo sobre a taxação em Zambia, Rakner(2001) afirma que o governo “pode ter restringido o aumento da base tributária para incluir o emergente setor econômico informal e não prejudicar o apoio político da maioria que fala Owambo. Cientistas políticos italianos que estudaram a Itália do período pós-guerra destacaram explicitamente a importância das políticas clientelistas – na forma de regulação para proteger pequenos negócios, a abordagem negligente da coleta de impostos dos autônomos, etc. - direcionada a esses grupos. Ver Jonathan Hopkin and Alfio Mastropaolo(2001).O trabalho de Suzanne Berger sobre o tema na Itália e França está citado na próxima nota. Para uma interpretação sobre como a política de pequenas empresas na economia norte americana afeta pontos de vista e políticas, veja-se Brown, Hamilton, Medoff (1990).

⁵ Utilizar o setor de pequenas empresas para manter empregos e a paz social não é exclusivo do atual período, ou dos países menos desenvolvidos. No trabalho sobre a economia política da política industrial na França e Itália, publicada há mais de 20 anos, a cientista política Suzanne Berger explicitamente ligou os programas pró-pequenas empresas e regulamentações que se desenvolveram na França e Itália durante os anos 70 com o objetivo simultâneo de se perseguir uma estratégia de industrialização baseada no fomento de grandes empresas por esses governos. Ela chamou atenção para o fato desses dois países terem seguido explicitamente uma política industrial de modernização de grandes firmas e, ao mesmo tempo, terem promulgado uma legislação pró-pequenas empresas. É desse trabalho que tirei a expressão “preservar a paz social”. Veja Berger (1980 e 1981).

O “pacto faustiano” representa muito mais para os clusters de pequenas empresas (em setores informais) do que apenas fazer *vista grossa* à violação das leis. Governos freqüentemente concedem a pequenas empresas tipos variados de apoio no qual sempre existe algum benefício para todos – linhas especiais de crédito, anistia de débitos quando os tempos são ruins, isenções gerais de certos impostos e regulamentações. As isenções representam uma forma de reduzir o custo da pequena empresa (ou afastá-las do crescimento) sem nenhum esforço de sua parte. Essas isenções são também “universalistas” ou “distributivas” pois beneficiam *todas* pequenas empresas – se elas querem ou não crescer, se estão procurando melhorar ou não sua eficiência, em qualquer que seja o setor⁶.

Para maximizar o número de eleitores satisfeitos, este tipo de apoio a pequenas empresas é ideal para manter e incrementar a lealdade eleitoral. Esta longe, no entanto, de ser a forma ideal de estimular o desenvolvimento econômico local sustentável e aumentar o número e a qualidade do emprego gerado. Atualmente, a maneira mais consensual de apoio público no fomento ao desenvolvimento econômico local não possui esse caráter universalista de redução “artificial dos custos⁷”. Na verdade, tem-se exatamente o oposto. O governo deve estrategicamente identificar e tentar remover os gargalos para melhorar a eficiência, produtividade, e implementar ações de marketing para o setor como um todo. Antes que algum apoio significativo seja dado pelo governo, exige-se um largo envolvimento das empresas do setor no processo de descoberta dos principais problemas e o que fazer para saná-los. Essa forma de atuar acaba por beneficiar, pelo menos em um primeiro momento, apenas aquelas empresas mais capazes e mais interessadas em melhorar sua produção, situação esta que, freqüentemente, as conduzem para uma posterior formalização. As histórias de clusters dinâmicos de pequenas empresas freqüentemente revelam este tipo particular de estratégia de apoio público que, por sua vez, tem sido central para a formação de economias locais dinâmicas e para a redução do desemprego.

⁶ Eu me desculpo por alguma confusão que possa criar por utilizar o termo “universalista” da literatura de política social. Na literatura de política social, para países desenvolvidos e em desenvolvimento, o termo “universalista” tem significado oposto ao termo “focalização”. É descrito como incluindo mais beneficiários – geralmente, a classe média, como também a classe baixa – do que uma abordagem que, embora seja mais focalizada nos pobres, perde apoio político por deixar a classe média de fora desses programas. Recentemente, vários pesquisadores – em países desenvolvidos e em desenvolvimento – têm argumentando que as abordagens focalizadas, embora ideais em alguns aspectos por restringir benefícios para aqueles que se pretende ajudar, são difíceis de serem administradas. Conseqüentemente terminam por alienar a classe média cujo apoio político é necessário para implementar essas políticas em um primeiro momento. Aplicando o termo “universalista” aqui para os temas relacionados ao desenvolvimento econômico e apontando seus problemas, não significa, portanto, que eu esteja criticando a abordagem universalista com respeito à política social. Ao contrário, eu resolvi utilizar este termo por ele ser útil para mostrar que iniciativas com maior apoio político são aquelas que beneficiam um número grande de eleitores, ainda que ao custo de reduzir as intenções e objetivos do programa.

⁷ A expressão “redução artificial dos custos” será utilizada ao longo deste texto para caracterizar medidas de políticas baseadas em isenções da legislação fiscal, ambiental e trabalhista, e reduções de impostos. Em inglês, essas políticas são chamadas de “burden-relieving policies”.

Uma vez que o "pacto faustiano" é feito entre empresas e políticos, torna-se complicado politicamente para os governos realizarem a estratégia de apoio setorial específica explicada acima, porque essa estratégia não beneficiaria automaticamente todas as pequenas empresas. Na verdade, os benefícios para a região como um todo – como o rompimento do gargalo existente na infra-estrutura ou a ligação de produtores locais com compradores de fora através de feiras de negócios – podem demorar a ocorrer e, por serem mais difusos, seus efeitos seriam sentidos por um número maior de empresas apenas indiretamente. Essas características são exatamente o oposto daquelas oriundas da política de redução "artificial" dos custos via isenções e subsídios – efeito imediato, automático, universal, eminente, e diretamente disponível para cada firma como unidade individual.

A classificação de empresas pelo seu tamanho (micro, pequena, média ou grande) ao invés de uma classificação baseada em produtos ou setores para propósitos de política pública, reforça a tendência em direção a abordagem de redução artificial dos custos. "Pequena" pode encampar um conjunto diverso de empresas rústicas e sofisticadas, produzindo em diferentes setores e localizadas em diferentes lugares. Por exemplo, no caso da formação de lobbies para demandar redução de impostos, ser "pequeno" poderia representar tanto uma pequena empresa de fabricação de tijolos localizada no interior, quanto uma sofisticada firma de software da capital. Dada essa grande heterogeneidade, a única forma que uma associação pode beneficiar a maioria dos seus membros é apelando para o *maior denominador comum* – o tamanho da firma. Mas o tipo de política mais adequada quando o denominador comum é o tamanho da firma é justamente a política de redução artificial dos custos por meio de subsídios e isenções, uma vez que seus efeitos são universais e distributivos. Isso explicaria o porque de encontrarmos, freqüentemente, associações de pequenas empresas fazendo mais lobby por isenções e subsídios do que por políticas estratégicas de apoio setorial. Nesse sentido, o "tamanho" é também o *menor denominador comum*, pois as políticas de subsídios e isenções são as menos prováveis para levar ao desenvolvimento local sustentável.

Ninguém negaria a importância do associativismo de pequenas empresas nas histórias de vários clusters dinâmicos. Organizar e fazer lobby de acordo com o tamanho da empresa podem ser o único caminho que as pequenas empresas teriam para competirem com empresas maiores e mais poderosas pela atenção dos formuladores de políticas. Ao mesmo tempo, a atenção dada pelos governos e agentes de desenvolvimento às empresas de acordo com seu (pequeno) tamanho – e as associações de pequenas empresas – pode também funcionar inadvertidamente na mesma direção do "pacto faustiano".

O grande volume de pesquisa sobre pequenas empresas e clusters não nos diz muito sobre as circunstâncias que os interesses e demandas universais vão dominar as demandas estratégicas das associações, muitas menos a

seqüência na qual interesses universais e a correspondente política de redução artificial de custos cedem lugar, miraculosamente, para uma abordagem mais estratégica de apoio setorial. Complicando a história, as duas abordagens podem coexistir na mesma associação⁸. Além disso, reunir pequenos empresários e fazer lobby por uma agenda estratégica requer um trabalho mais árduo e por um período de tempo mais longo - mais deliberação, análise e consenso - do que apenas fazer lobby por isenções e subsídios. Nesse sentido, as isenções universalistas que caracterizam o “pacto faustiano” teriam um maior apelo para as associações de pequenas empresas por serem mais fáceis, da mesma forma que são mais atrativas para os políticos por causa dos maiores rendimentos político-eleitorais que proporcionam.

A ênfase nas dificuldades que as pequenas empresas informais têm para arcar com os custos da legislação fiscal, trabalhista e ambiental desvia nossa atenção na busca oportunidades para que as empresas passem a respeitar essa legislação, ao invés de serem isentas dessas leis. Embora seja comum se pensar que pequenas empresas necessitam de proteção frente a esses custos “excessivamente” onerosos, existem vários casos nos quais pequenas empresas têm arcado com esses custos e, contrariamente a uma política de isenções, passaram a apresentar um melhor desempenho. Essas empresas tornaram-se mais eficientes, passaram a produzir mercadorias de alta qualidade, e ganharam acesso a mercados mais exigentes em qualidade.

De que forma os clusters dinâmicos evoluíram de uma situação em que estavam antes - caracterizados pela baixa produtividade de empresas pequenas - para a situação em que estão hoje? Muito dos estudos sobre clusters deixaram de formular esta questão particular, porque têm se dedicado a entender o funcionamento de clusters em um determinado momento ou de identificar políticas ótimas para a promoção de clusters. No entanto, é a seqüência evolutiva presente nas histórias de clusters que vai revelar lições sobre como promover o dinamismo de pequenas empresas sem comprometer - em contraste com a abordagem de redução artificial dos custos - o objetivo de aumentar a obediência à lei, reduzir os problemas ambientais, proteger o direito dos trabalhadores, e aumentar a qualificação desses trabalhadores. As histórias sobre a evolução de clusters dinâmicos vão também gerar *insights* para que se entenda a seqüência de eventos e outras circunstâncias sobre as quais os atores locais fazem a transição de políticas direcionadas para a redução artificial dos custos para ações mais estratégicas e transformativas.

De forma rudimentar, tenho em mente cinco casos recentes de importantes avanços no crescimento da eficiência, produtividade e outros benefícios setoriais em clusters de pequenas empresas nos quais as exigências foram aumentadas ao invés de perdoadas. Em três desses casos, os avanços foram provocados, em parte, por proibições impostas repentinamente por

⁸ Eu agradeço a Lowe (2002) por apontar estas possibilidades para mim- baseado no caso de Jalisco, México.

países importadores para as exportações de países em desenvolvimento. A Alemanha proibiu a importação de artigos de couro produzidos com certos produtos químicos utilizados pelas mercadorias fabricadas no cluster de Tamil Nadu na Índia; os Estados Unidos proibiram a importação de instrumentos cirúrgicos de precisão do Paquistão, produzidos no cluster de Sialkhot, por problemas com a qualidade do aço; e El Salvador proibiu a importação de queijo da Nicarágua porque não era feito com os novos padrões de higiene adotados pelo país importador⁹. Nesses casos, os países importadores têm sido importantes compradores destes produtos por algum tempo. As empresas agindo através de instituições coletivas, públicas, e público-privadas previamente existentes, investiram para arcar com o custo das novas exigências, retomando as exportações e tornando-se mais competitivas. No entanto, não se deve considerar a proibição de importações como sendo uma política ótima para forçar o *upgrading* de empresas pequenas em clusters.

Os dois exemplos restantes não necessitaram de proibições de importações pelos países clientes como incentivo, e por isso apresentam outro caminho possível para resultados similares. Estes dois casos foram também provocados por problemas no mercado internacional, ou seja, a competição crescente com as empresas do cluster decorrente da entrada de produtos melhores ou mais baratos fabricados em outros países. Um caso envolveu um cluster de calçados no sul do Brasil e outro, um cluster de mármore na Andaluzia, Espanha¹⁰.

É importante notar que, em ambos os casos, as associações de pequenas empresas primeiro fizeram lobby junto ao governo por medidas típicas de redução artificial dos custos, como isenções de taxas, anistia de débitos e subsídios. Contudo, contrariando a prática usual, os governos rejeitaram explicitamente essa abordagem de redução artificial dos custos como caminho para enfrentar a crise provocada pela competição externa. Fazendo suas próprias contra-exigências, as agências governamentais envolvidas propuseram um tipo diferente de negociação em troca de apoio: exigiram que as empresas se juntassem, se engajassem em um longo e difícil exercício de identificação de problemas e propusessem soluções específicas ao setor.

No caso Andaluz, o cluster de mármore tinha declinado através dos anos, em parte por causa do crescimento da competição no mercado internacional da indústria de mármore italiana. O Ministério do Planejamento ofereceu a seguinte proposta: as empresas tinham que trabalhar conjuntamente, decidir quais eram os problemas existentes e como poderiam superá-los, e então chegar com uma proposta sobre o que fazer. Além disso, o ministério exigiu 100% de consenso entre as empresas do setor, em troca do

⁹ Para o caso Alemanha/Índia, veja Pillai (2000); sobre o caso EUA/Paquistão, veja Nadvi (1999), e sobre El Salvador, veja o estudo em andamento de Pérez-Alemán (2000). Vale notar que, no caso EUA/Paquistão, Nadvi relata que houve mais sucesso em incrementar a qualidade do aço de precisão do que a melhora das relações de trabalho e da legislação ambiental.

¹⁰ Sobre o caso Andaluz, veja Barzelay [2000]; sobre o caso brasileiro eu agradeço a Luiz Miranda do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

que ofereceu assistência técnica e facilitou o processo, prometendo financiar qualquer proposta de melhoria para o setor que pudesse surgir. Essa negociação foi também um “pacto”, mas em certa medida, o oposto do “pacto faustiano”: o que foi exigido em retorno não foi lealdade política, mas um conjunto de ações que poderiam levar a um grande dinamismo econômico.

De forma semelhante, no caso brasileiro, a associação de pequenos produtores de calçados enfrentou o crescimento esmagador das importações de calçados baratos nos anos 90, pressionando o governo do estado do Rio Grande do Sul para aliviar taxas e impostos do setor. O governo negou esse alívio, mas propôs um tipo diferente de troca. Ofereceu financiar e apoiar a participação dessas empresas numa importante feira de negócios - um evento anual organizado na região produtora de calçados de Franca, no estado de São Paulo - para melhorar a visibilidade de seus produtos no mercado nacional. Como resultado, as vendas cresceram significativamente, aumentando a arrecadação de impostos sobre as vendas em um montante superior à quantia despendida nesse apoio.

O caso gaúcho ilustra como negociações estratégicas podem ter retornos políticos tão fortes como aqueles decorrentes de medidas artificiais de redução de custos. Os empresários do cluster de calçados do estado, localizado a poucas horas da capital, tinham antes votado contra o partido no poder por ocasião deste acordo - o Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, vários dos pequenos empresários que se beneficiaram da experiência da feira de negócios tornaram-se simpáticos ao PT, ocasionando a primeira ruptura dos laços políticos tradicionais dos empresários do setor calçadista da região.

Obviamente, nem todas pequenas empresas em clusters são capazes de responder com sucesso como aconteceu nesses casos. Mas a simpatia geral na agenda de fomento a pequenas empresas para proteger essas empresas organizadas em grupos - muitas vezes em nome da única fonte de emprego nas economias locais - dos custos “excessivos” das legislações fiscais, trabalhistas e ambientais, distrai a atenção sobre a possibilidade das firmas arcarem com esses custos de uma maneira que deixaria tanto as empresas quanto à economia local mais forte. Esse resultado econômico positivo poderia ocasionar um crescimento mais sustentável do nível de emprego do que aquele que resultaria de uma política universal de proteção às pequenas firmas; sem mencionar a melhora na arrecadação de impostos, relações de trabalho e impactos ambientais.

A tese que defendo neste artigo é que a ampla simpatia pelas pequenas empresas como uma categoria especial - e, em particular, sua “inabilidade” para pagarem impostos e para se enquadrarem nas normas ambientais e trabalhistas - tende a enfraquecer outros pontos importantes na estratégia de redução da pobreza, incremento do emprego, desenvolvimento e melhoria da governabilidade. Entre os pontos importantes desta agenda, destaca-se a redução da degradação ambiental (para o qual as pequenas empresas podem ser as maiores responsáveis); a proteção ao direito dos trabalhadores se

organizarem; melhorias na saúde e na segurança do trabalho; expansão da cobertura da segurança social, da saúde, e de outras garantias sociais para os trabalhadores pobres; aumento da arrecadação de impostos governamentais para financiar de forma mais eficiente os serviços públicos, e, assim, iniciar uma parceria entre empresas e governo – neste caso, para promover um estilo mais inclusivo de desenvolvimento econômico.

Pesquisadores e instituições de financiamento podem contribuir para o rompimento do “pacto faustiano”, ao explorar os caminhos pelos quais pequenas empresas informais passam para o mercado formal e florescem neste mercado, melhorando as relações de trabalho, a qualificação dos trabalhadores e ajudando a melhorar as práticas ambientais. Esses casos – onde aglomerações de empresas tiveram sucesso em obedecer às exigências das leis tornaram-se mais competitivas e melhores – necessitam ser identificados e documentados como lições a serem aprendidas. Isto poderia auxiliar os formuladores de políticas públicas – particularmente em nível subnacional, onde cada vez mais as políticas de fomento acontecem – a descobrirem outros caminhos e, conseqüentemente, outros resultados possíveis. Demonstrando que esses resultados são possíveis e com os formuladores de políticas públicas familiarizados com os resultados positivos de casos concretos e os caminhos que conduzem a esses resultados, pode-se também contribuir para a redução da antipatia generalizada dos atores ligados ao desenvolvimento econômico em diversos países quanto à necessidade de se observar às leis ambientais e trabalhistas.

Em resumo, a política favorável às pequenas empresas como categoria é desejável por várias razões. Ao mesmo tempo, o desejo de proteger pequenas empresas da legislação local pode tornar-se perigosa quando combinada com a dinâmica política do “pacto faustiano”. O perdão de impostos, obrigações ambientais e trabalhistas que resultam da boa vontade dos gestores públicos frente às dificuldades das pequenas empresas pode prejudicar, mais do que ajudar, as economias locais, se essa forma de fomento às pequenas empresas condená-las à estagnação econômica, degradação do meio ambiente e violação dos direitos trabalhistas. Como resultado teríamos o aumento do desemprego e da pobreza, assim como também aumentaria, desnecessariamente, o custo das políticas sociais de redução da pobreza.

Bibliografia

- AQUI NÃO se paga imposto: conheça Santa Cruz do Capibaribe, a cidade que se transformou numa das mecas da informalidade no Brasil (2001). *Revista Exame*, Vol 35, edição 733, No. 3, pp. 96-99, 7 fevereiro.
- BARZELAY, Michel (2000). Managing Local Development: Lessons from Spain. *Policy Sciences* 24 (3 August): 271-290.
- BERGER, Suzanne (1980). The Traditional Sector in France and Italy. In

- BERGER, Suzanne, PIORE, Michael (Orgs). *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 88-131.
- BERGER, Suzanne (1981). The Uses of the Traditional Sector in Italy: Why Declining Classes Survive. In BECHAFFER, Frank, ELLIOT, Brian (Orgs). *The Petite Bourgeoisie*. New York: Saint Martin's Press, pp. 71-89.
- BROWN, Charles, HAMILTON, James, MEDOFF, James (1990). *Employers Large and Small* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- CROSS, John (1998). *Informal Politics: Street Vendor and the State in Mexico City*. Stanford, California: Stanford University Press.
- HOPKIN, Jonathan, MASTROPAOLO, Alfio (2001). From patronage to clientelism: comparing the Italian and Spanish experiences. In PIATTONI, Simona. *Clientelism, Interests, and Democratic Representation: the Europe an Experience in Historical and Comparative Perspective* Cambridge: Cambridge University Press.
- LOWE, Nichola (2002). *Trainers by Design: Small Firm Upgrading and Inter-Firm Learning in Jalisco, Mexico*, Ph.D. dissertation, Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology (em andamento).
- NADVI, Khalid (1999). Collective Efficiency and Collective Failure: The response of the Sialkot surgical instrument cluster to global quality pressures. *World Development* 27, no. 9:1605-1626.
- PÉREZ-ALEMAN, Paola (2000). *Decentralized Production, Organization and Institutional Transformations: Large and Small Firm Networks in Chile and Nicaragua*. Paper apresentado no Third Meeting of the Institute for Latin American and Iberian Studies, Columbia University, International Working Group on Subnational Economic Governance in Latin America from a Comparative International Perspective. San Juan, Porto Rico, 25-28 de agosto.
- PILLAI, Poonam (2000). *The state and collective action: successful adjustment of the Tamil Nadu leather clusters to German environmental standards*. Master's Thesis, Department of Urban Studies and Planning, M.I.T.
- RAKNER, Lise (2001). The Politics of Revenue Mobilisation: Explaining Continuity in Namibian Tax Policies. *Forum for Development Studies* No.1, June, p. 142.

RESUMO

Pequenas empresas, setor informal e o "pacto faustiano"

Nos dias de hoje, todo mundo incentiva as pequenas empresas e os atores que trabalham com essas empresas, sejam eles pequenos ou grandes, organizações governamentais ou não governamentais, de direita ou de esquerda. Alguns caracterizam as pequenas empresas como sendo objeto da política social e que, portanto, programas de fomento à pequenas empresas pertenceriam as secretarias de política social e do trabalho. Outros vêem o

fomento à pequenas empresas como uma estratégia de desenvolvimento econômico "sério", dando ênfase à melhoria na eficiência coletiva, produtividade e acesso a mercados. Infelizmente, a combinação da visão social com a inevitável dinâmica política local das pequenas empresas geram uma mistura (não intencional) que prejudica não apenas a agenda econômica e de *upgrading*, mas também certos aspectos da própria agenda social, com destaque para o meio ambiente, relações de trabalho, medidas de segurança e saúde no trabalho. Este artigo explica como isto acontece, especialmente se os atores envolvidos no fomento às pequenas empresas prestassem atenção as histórias que explicam o dinamismo de alguns clusters de pequenas empresas em países em desenvolvimento.

Palavras-Chave: Setor informal; Pacto Faustiano; Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Small Firms, the Informal Sector and the "Faustian Pact"

These days, everybody loves small firms and their clusters—donors large and small, governments and non-government organizations, left and right. Some characterize small firms (SFs) as the proper subject of social policy and safety nets, and house SF programs in departments of social welfare or labor. Others see SFs as the stuff of "serious" economic development, and focus on upgrading their collective efficiency, productivity, and market access. Unfortunately, the combination of the social-policy view with the inevitable local politics of SFs generates a brew that inadvertently undermines not only the upgrading agenda, but certain aspects of the social-policy agenda itself—namely, better environmental, labor, and health-and-safety practices and protections. This article explains how this happens, and shows that things don't always need to turn out that way, especially if donors and others pay attention to the histories lying behind today's thriving SF clusters in developing countries.

Keywords: Informal Sector; Faustian Pact; Small Firms.

LA CUESTION REGIONAL EN EL POSFORDISMO ¹*Alberto Cignoli*

1. La denominada «globalización» -una realidad a la cual nos deberíamos resignar y someter se asocia esencialmente a dos fenómenos: la notable expansión del mercado financiero internacional y el poder declinante del Estado-nación.

Es intrínseca al capital la búsqueda constante de las mejores condiciones de explotación del trabajo y de los recursos naturales; búsqueda facilitada por la posibilidad de disociar geográficamente los segmentos del proceso productivo, según la calificación, organización y costo de la mano de obra. La factible transmutación del capital en sus distintas formas, permite que cuando cae la rentabilidad de la producción en un lugar, se convierta en capital dinero y circule por todo el mundo en busca de mejores beneficios y según Holloway (1994), este ha sido un factor esencial de la crisis que se inicia a mediados de los setenta, un movimiento masivo y persistente de transmutación de capital productivo en capital dinero y constituiría la base de las transformaciones estatales de las últimas décadas. En la medida en que los ingresos y la estabilidad en cada Estado dependen de la acumulación de capital en su territorio, cada Estado trata de retener o captar en su jurisdicción, el mayor capital posible, es decir que tiene que asegurar las mejores condiciones para dicha acumulación y esto define el marco referencial de toda política, el mantenimiento del orden social, el control de su población, en especial en lo que se relaciona con la fuerza de trabajo, a la cual fracciona en mercados laborales nacionales, como manera de regular las condiciones de su explotación, favoreciendo la captación de inversiones externas. Ante el libre desplazamiento territorial del capital se opone la relativa inmovilidad de la fuerza de trabajo.

2. Según Raffestin (1994), espacio y territorio no son términos equivalentes y los geógrafos al aplicarlos sin criterio, habrían creado gran confusión en sus análisis. Considera que es esencial comprender que el espacio es anterior al territorio. Cuando un actor se apropia de un espacio en forma concreta o abstracta (mediante la representación que de él se hace), lo «territorializa». La territorialidad podría caracterizarse como práctica social de apropiación y transformación de un espacio, implicando la idea de límite y la intención de dominio y también como un sentido individual o colectivo de identidad, de pertenencia a un espacio «vivido», ligado a un conjunto de representaciones simbólicas que lo diferencian de otras territorialidades. Desde distintos campos disciplinares se ha centrado la atención sobre los procesos que se califican como «desterritorialización» y «reterritorialización», entendidos como pérdidas de identidad espacial y modificación de las subjetividades sociales.

¹ Una primera versión de este texto fue presentada como ponencia a las "Jornadas nacionales sobre la región: un ámbito para la planificación y la acción", organizadas por la Universidad Nacional del Comahue, Argentina, en noviembre de 2002.

Paradójicamente en correspondencia con el desarrollo de las redes planetarias de flujos financieros, de mercancías y de información, en el espacio de la «aldea global» y en el tiempo real de la trasmisión electrónica, comunidades históricas insisten en reclamar sus derechos a la autodeterminación y en sus prácticas culturales. Ante el espacio transnacional del capital, nacen o renacen fronteras interiores entre regiones culturales lugares de identificación colectiva. La misma lógica global que, a través del mercado y las comunicaciones, integra cada vez más al mundo y genera nuevas diferencias. Varios autores coinciden en atribuir el auge del localismo y el nacionalismo, a la búsqueda de la seguridad que ofrece el lugar ante el proceso de expansión geográfica del capital (modificaciones en la división territorial del trabajo que acarrear migraciones de industrias, readaptación de la mano de obra, desempleo, desvalorización de capital fijo, etc.).

Bauman (1999) señala que las elites siempre fueron más cosmopolitas que el resto de la población y tendieron a crear una cultura propia, que subestima las fronteras de las culturas territorializadas. Hoy surge una asimetría entre la naturaleza extraterritorial del capital y la vida cotidiana de la población. Bauman señala también como motivo de preocupación actual, la progresiva ruptura de comunicación entre las elites, cada vez más cosmopolitas y el resto de la población cada vez más localizada. Uno de los rasgos de la polarización social sería, en función de las posibilidades de desplazamiento, la que se da entre “nómades” y “sedentarios”; en una sociedad de consumistas, la libertad de elegir donde estar es indicativo de posición en la estructura social.

3. Si bien la industria ha dejado de ser la principal fuente de empleo, sigue desempeñando un papel motor en el desarrollo regional. La nueva forma de organización industrial se caracteriza por la empresa red, tanto en el caso de las grandes unidades que se descentralizan, como en el de los distritos industriales constituidos por empresas medianas y pequeñas interdependientes. En estas redes el peso de las interacciones es decisivo; los requisitos de la competitividad convierten a la gestión de flujos de bienes y servicios en el eje de la estrategia empresarial. La producción en series cortas y la necesidad de reducir al máximo los *stocks*, característica de la producción flexible, provoca la creciente complejidad de la gestión de flujos lo que ha dado lugar al desarrollo de la logística (recolección, transporte, trasbordo y entrega de bienes) constituidas por tramos de elementos que se despliegan territorialmente en forma de nodos y radios de distribución. Por razones de eficiencia operativa los nodos (plataformas logísticas) son cada vez menos y cada vez de mayor magnitud (caso de los puertos).

Para Michel Storper (1994), en lo que se refiere a la actividad industrial no existe ninguna relación automática entre transnacionalización y desteterritorialización, entendida esta como disminución de una actividad específica en cierto lugar o de la menor dependencia de dicha actividad específica con respecto a lugares específicos. Cualquier intento de territorialización tendría que apoyarse en tres factores: la presencia de economías “externas” y “de aglomeración”, la existencia de un cúmulo de

conocimientos y desarrollo tecnológico suficiente y una política consistente y sostenida e instituciones de promoción eficientes. Otro factor que debería tenerse en cuenta es el de que los salarios no superen los mínimos mundiales. Este autor observa que parecería que gran parte de la innovación tecnológica se diera en contextos territoriales, es decir, que la proximidad territorial sería causa y no efecto de la innovación tecnológica. Storper agrega que las inversiones directas de empresas transnacionales, aparentemente son atraídas por centros de innovación tecnológica de países periféricos (casos de São Paulo, Corea, Singapur y Tailandia).

Storper deduce de sus análisis, que los esfuerzos más exitosos para impulsar el desarrollo nacional o regional, resultan ser los que se aplican a la creación o mantenimiento de centros de producción, aquellos cuya inserción en los mercados mundiales no se fundan en costos de producción sino en la calidad de los recursos y en las redes de interdependencia de actividades –no solo comerciales-, recursos que no resulten fácilmente sustraibles de su contexto territorial. En conclusión, que la internacionalización no elimina necesariamente la territorialización. Una actividad puede ser definida como territorializada cuando su rentabilidad depende de su localización y tal localización es específica del lugar, es decir, cuando se procesan recursos no existentes en otro lugar o no pueden ser fácil o rápidamente creados o imitados en lugares que no los tienen.

4. Aquí se entiende como régimen de acumulación al complejo de fenómenos que sirve de contexto a un momento del desarrollo capitalista; es por naturaleza territorializado; las relaciones sociales de dominación se difunden geográficamente y conllevan pautas culturales y comportamientos institucionales.

Las dos piernas en que se sustentó el régimen de acumulación fordista fueron: una, el aumento de la productividad del trabajo, que se tradujo en el aumento del poder adquisitivo de los asalariados y el consecuente consumo masivo de bienes de uso durables; y la otra, la aplicación de políticas keynesianas, es decir, la intervención estatal para garantizar cierto grado de equidad social, protegiendo a los más expuestos a los riesgos y contingencias de la sociedad industrial capitalista.

A mediados de los setenta, luego de la notable y sin precedente expansión económica de las décadas anteriores, por una serie de factores que no cabe analizar aquí, el régimen de acumulación fordista hace crisis, crisis que implica el fin del keynesianismo, la limitación del crecimiento económico y el colapso del acuerdo social de posguerra entre el capital y el trabajo, en detrimento de éste.

Considerar la región como campo de acción pública constituyó un rasgo del Estado durante el régimen de acumulación fordista. Se trataba de regular las contradicciones del desarrollo geográfico del capitalismo que es «desigual y combinado.» La evidencia empírica comprueba que, en general, los planes regionales se referían a unidades territoriales en las cuales se presentaban problemas o conflictos sociales de distinto origen -incluidos los debidos a

fenómenos naturales- que devenían políticos; es decir, planes que se referían a “regiones-problema”.

Frente a la flexibilización competitiva del régimen de acumulación posfordista y la redefinición del papel del Estado, que cada vez más sigue la lógica de intereses privados, se alteran las relaciones entre Estado y territorio. Abandonada la planificación central, las políticas regionales pasan a ser competencia de ámbitos y decisiones locales.

Según Milton Santos, (1999) el espacio móvil y aleatorio de los flujos se modela siguiendo criterios instrumentales exógenos al cotidiano vivido y los marcos geográficos locales. Es así como cada lugar sería simultáneamente objeto de una lógica global y de una lógica local, resultando una síntesis dialéctica de ambas.

5. Parecerían ya perimidos los criterios de homogeneidad y delimitación con los que tradicionalmente se definieron las regiones; hoy se las caracteriza como complejos de nodos jerarquizados y vectores que constituyen factores de desterritorialización y reterritorialización. El territorio readquiere su papel protagónico en el análisis regional, se lo reconoce como marco activo, el lugar y objeto de las prácticas sociales, se reaccionaría así ante el economicismo, que con sus postulados y conceptualización influyó en las ciencias humanas y condujo a la formulación de modelos ideales, alejados de realidades específicas. El fracaso de la «ciencia regional» como práctica profesional, se debe a su carácter abstracto y a la subestimación de factores sociales y geográficos.

El territorio ofrece la ventaja de dar a las propuestas un contenido concreto por la necesidad de que sean insertadas en paisajes reales. El término “acción regional” no es sinónimo de “economía regional”; el primero trasciende el análisis e incluye la dirección voluntaria. El término “gestión” responde a la necesidad de adecuar la acción a la dinámica actual de los acontecimientos, que requiere velocidad de respuestas y la interpelación de los actores sociales involucrados. Tomás Maldonado define la gestión como el comportamiento cognoscitivo y operativo mediante el cual se transforma información en acción, por lo tanto es un proceso condicionado por el universo en el cual actúa.

La gestión del territorio no constituye una pura operación técnica, no es una práctica científica que genera propuestas “objetivas” y políticamente “neutras”, por el contrario, implica un conjunto de opciones políticas.

A comienzos de los años noventa, Manuel Castells (1995) convocaba a los gobiernos locales “representantes del espacio de los lugares”, a federarse a través de redes informáticas, para implementar proyectos que preservaran el significado de las ciudades y el bienestar de nuestras sociedades, controlando el avance del espacio global de los flujos, que se apoyarían “en las poderosas fuerzas desatadas por la tecnología de la informática». Apostaba así al resurgimiento del poder local como alternativa a la nación-estado “burocratizada y carente de poder funcional”. Apelaba al antecedente del papel desempeñado por las ciudades-estado del mercantilismo, capaces de involucrarse en estrategias mundiales de negociación con “los poderes

económicos transnacionales". Esa idea está presente en la conceptualización de las "ciudades globales", de la que Jordi Borda es el mayor difusor en el campo del urbanismo y Saskia Sassen (1991) en el de la literatura especializada.

Correlativamente, en estas y otras tierras, se están vinculando los proyectos regionales al auge de los municipios. Surge la noción de "desarrollo local", que estaría más cerca del "desarrollo humano", entendido éste como la atención de los requerimientos de bienestar y calidad de vida de la población. Por otra parte, la proximidad de los gobiernos locales a sus bases sociales de sustentación, facilita el ejercicio de una democracia participativa que supere la separación cada vez mayor entre gobernantes y gobernados, propia de las democracias representativas.

Según algunos discursos académicos e institucionales, el desarrollo local contribuiría a detener el proceso de concentración intrínseco al despliegue del capitalismo. ¿Podrán las ciudades o los lugares constituirse en eslabones de una cadena de desarrollo regional, nacional o transnacional que contradiga la estructura y racionalidad de la sociedad del capital? ¿No se está en tren de reificar la ciudad o el lugar, convirtiéndolos en una variable independiente de su universo?

Contradiendo la tesis de Castells, la informática ha contribuido al proceso de concentración de la riqueza y las rentas; el capital financiero es virtual, contrarresta las tendencias a la descentralización que otrora parecían representar las deseconomías de aglomeración. Además la descentralización no es necesariamente sinónimo de desconcentración.

En cuanto al gobierno local y la democracia participativa, conviene acotar que desde el punto de vista del "neoliberalismo", la comunidad local es sinónimo de armonía, de cooperación, de superación de las contradicciones y conflictos que atraviesan a la sociedad global. La vinculación del gobierno local con la democracia directa tiene sentido en la medida en que signifique el pleno ejercicio de la ciudadanía, es decir, la práctica política de individuos reflexivos y críticos. El desarrollo local como objetivo, puede generar una movilización de ciudadanos deseosos de recuperar la iniciativa en la gestión de la cosa pública. Existen ejemplos de experiencias de este tipo: Barcelona, Bologna, Porto Alegre, entre otras.

6. El proceso de regionalización deviene, en gran medida, del despliegue del capitalismo sobre el espacio geográfico. Lo que suele presentarse como desigualdades o conflictos regionales, en realidad son conflictos o contradicciones entre fuerzas sociales localizadas territorialmente.

Ninguna plan regional de por sí, podrá superar las relaciones sociales del modo de producción vigente; lo que puede lograr es la absorción y canalización del excedente originado endógenamente. Entonces, se entiende aquí como planificación, acción o gestión regional a la política o conjunto de políticas, tendientes a hacer más equitativa la distribución territorial de recursos, niveles de ingreso y bienestar social.

La primera cuestión que deberá encararse en el diseño de un plan de desarrollo regional, es cómo posicionar la región en el contexto exterior (nacional y supranacional). Ello significa definir que producir, que no producir y donde vender, definición que implica analizar las ventajas comparativas que faciliten

la inserción en “nichos de mercado”. Como resultado de las conclusiones a las que se llegue, corresponde delinear el perfil productivo por adoptar, el cual debe trascender el procesamiento de recursos naturales de la región.

Para que el plan resulte consistente es indispensable identificar los factores que determinan la estructura socioeconómica de la región (tipos de actividades urbanas y rurales, formas laborales, grados de concentración de la renta, la propiedad y la producción, niveles de ingresos, de educación y formación profesional y de salud de la población). En fin, la caracterización de las relaciones sociales de producción existentes, caracterización que resulta esencial para identificar a los actores sociales que se involucrarán en un proceso de transformación productiva que afectarán intereses de distintos signo.

Si se concuerda en que el objetivo fundamental del plan es absorber y canalizar excedente generado en la región, el perfil productivo que se adopte, además de responder a una demanda local, nacional o supranacional real, debe incorporar valor agregado y los impactos socioambientales de las actividades que se radiquen deben ser tenidos en cuenta. Es necesario evitar la especialización monoprodutiva por los riesgos que implica; existen ejemplos de crisis regionales motivadas por esa causa.

En todos los casos el desarrollo regional requiere una adecuada dotación de infraestructura (redes energéticas, de vías de circulación y de comunicaciones) y no puede dejarse de lado el bienestar y la educación de la población, la asistencia médica y provisión de servicios sociales, hoy más que nunca, se requiere una formación de la fuerza de trabajo adaptada al ritmo de la innovación tecnológica.

La acción regional se traduce en proyectos específicos y una ardua tarea es la de conseguir fuentes de financiación para concretarlos. Dichas fuentes pueden ser de origen externo a la región (nacionales o internacionales) pero el óptimo, difícil de lograr pero no imposible, es el desarrollo de un sistema endógeno. Los fondos de que se dispongan no pueden “espolvorearse” por todo el territorio, en ese sentido conviene evitar la dispersión de esfuerzos y la competencia entre las actividades de los lugares y fomentar la complementariedad entre ellas, lo cual puede ser más redituable socialmente.

La gestión regional supone un notable esfuerzo de coordinación con el fin de alcanzar los objetivos propuestos. Implica trascender puntos de vista meramente sectoriales, en función de una perspectiva totalizadora. Quizás el paso más difícil de dar es el que va de lo conceptual a lo operativo; ello requiere una real transformación de las estructuras administrativas. Para el desarrollo de una acción de conjunto coherente, que impida decisiones parciales y posibles efectos contrapuestos. Parecería conveniente, recogiendo los resultados de experiencias de otros países, la creación de “células” de promoción y coordinación que resulten “focos dinamizadores”, compuestos por representantes de los actores públicos y privados involucrados en el proceso. Este criterio parece preferible al de la creación de una nueva instancia institucional que se agregue a las ya existentes (federal, estadual o provincial, municipal) aumentando los conflictos interburocráticos).

Una acotación final: si la planificación y acción regional significan la elaboración y aplicación de un conjunto de políticas, sólo puede tener sustento real si representan los intereses coaligados de fuerzas sociales que configuren un "bloque hegemónico" capaz de enfrentar los condicionamientos exógenos que soporta la región.

Referentes Bibliográficos

- BAUMAN, Z (1999) *Globalização. As conseqüências humanas*. Río Janeiro, Zahar.
- CASTELLS, M. (1995) *La ciudad informacional*. Madrid, Alianza.
- CIGNOLI, A. (2001) "Globalización, trabajo, territorio" en *Realidad Económica* n° 177. Buenos Aires.
- CIGNOLI, A. (1997) *La cuestión urbana en el posfordismo*. Rosario, Hormo Sapiens.
- HOLLOWAY, J. (1994) "Marxismo, estado y capital". en *Cuadernos del Sur*. Ficha temática n°5. Buenos Aires, Tierra del Fuego.
- RAFFESTIN, C. (1993) *Por una geografia do poder*. São Paulo, Atica.
- SANTOS, M. (1999) *La natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec.
- SASSEN, S. (1991) *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton N.J.; Princeton University Press.
- STORPER, M. (1994) "Territorialização numa economia global" In *Integração, região e regionalismo*. Lavinias, Carleial, Nabuco (Org.). Río de Janeiro, Bertrand.

RESUMO

A Questão Regional no Pós-fordismo

A busca por novas formas e condições de exploração do trabalho é intrínseca ao capitalismo. Um aspecto disto é a reorganização do espaço. Isto tem levado a confusões acerca da relação entre espaço e território na literatura sobre o pós-fordismo. A territorialidade pode ser definida como a prática social de apropriação e transformação do espaço, incluindo a diferenciação simbólica de territórios. Neste artigo argumenta-se que a inovação pós-fordista está intimamente conectada com o processo de territorialização. A territorialidade é uma causa ao invés de um efeito da inovação tecnológica. Uma política de desenvolvimento regional deve levar em conta a centralidade do território.

Palavras-chave: Pós-fordismo; territorialidade; regionalização.

ABSTRACT

The Regional Question in Postfordism

The search for new forms and conditions of exploitation of work is intrinsic to capitalism. One aspect of this is the reorganization of space. This has led to confusion about the relationship between space and territory in the literature on postfordism. Territoriality can be defined as the social practice of

appropriation and transformation of space including the symbolic differentiation of territories. It is argued that postfordist innovation is intimately connected with the process of territorialization. Territoriality is a cause rather than an effect of technological innovation. Regional development policy must take into account the centrality of territory.

Keywords: Postfordism; territoriality; regionalization.

O VAZIO ETERNAMENTE A SER PREENCHIDO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A IDENTIDADE

Artur Perrusi

*“Como pudemos ter esvaziado o mar?
Quem nos deu a esponja para apagar todo o horizonte?”
(Nietzsche)*

Introdução

Neste artigo¹, faremos algumas análises breves sobre o conceito de identidade. Não será uma tarefa propriamente fácil, já que em torno dessa noção trava-se uma luta de linhas teóricas diferentes e mesmo opostas. Ocorre, digamos assim, um combate pela definição de identidade. Nada de anormal em se tratando de ciência social, pois a mesma não é, afinal, uma “ciência normal”. Não há um paradigma comum partilhado pelos cientistas sociais, mas vários em choque. A polissemia das noções impera no nosso meio, sendo uma fonte de riqueza inesgotável (ou mesmo de confusão eterna!) para a interpretação – mas, é um fato inevitável: estamos obrigados a conviver, permanentemente, com modelos teóricos convergentes e divergentes entre si, cujo trato diário pode representar, dependendo do humor de cada um, o inferno ou o paraíso. Assim, embora não seja nossa pretensão resolver o problema de identidade do conceito de identidade, nem mesmo realizar uma exegese das diversas posições a respeito do assunto, não poderemos furtar-nos, durante a argumentação, a mostrar nossas simpatias por esta ou aquela posição. Quem pariu Matheus, que balance; quem não pariu, que descanse.

Pode-se especular que, talvez, a história do problema da noção de identidade seja o problema de sua história. Ela é uma típica questão moderna – inclusive, muitas aporias do pensamento moderno, cartesianas ou não, são suas diletas devedoras. Foi problematizada desde o início pela filosofia moderna quando as questões da subjetividade e da individualidade tornaram-se cruciais para o pensamento ocidental. A identidade tornou-se uma questão porque surgiu no cerne de uma nova forma histórica de subjetividade (defesa da autonomia do sujeito), cujo alicerce é a valorização da individualidade (defesa da independência do indivíduo) e cujo etos não é mais dado pela Tradição, e sim percebido como “construído” por um sujeito. O surgimento da identidade, enquanto problema, teria uma inscrição fundamental na própria base da Modernidade, no seu tesouro mais caro: o *indivíduo autônomo*. Se a identidade pode ser vista como uma “construção” e se implica a performance individual de um sujeito, pensá-la é uma reflexão moderna, pois está inscrita

¹ Este artigo possui uma dívida para com os professores Aécio Amaral Jr. e Adriano De Leon, do Departamento de Ciências Sociais da UFPB; afinal, seria reflexo das diversas discussões que travamos juntos, realizadas em inúmeros foros privilegiados – incluindo os étlicos, é claro, já que ninguém é de ferro. Apesar da dívida, posso deduzir que meus dois estimados amigos discordarão de cabo a rabo, como se diz, do conteúdo apresentado no texto. Nada, entretanto, que impeça – justamente o contrário! – novas discussões em novos foros privilegiados. Faz parte da amizade, faz parte do debate intelectual. O que importa é o imenso respeito pelo interlocutor, a imensa veneração pela discussão.

num modelo cultural que conforma práticas de auto-avaliação —supõe a existência, ilusória ou não, de uma intimidade e de uma privacidade interior, isoladas como uma mônada e, supostamente, alcançadas pela reflexão. Seriam práticas de auto-avaliação calcadas num indivíduo — ou, pelo menos, em uma representação histórica e determinada de indivíduo — auto-suficiente e “proprietário de si mesmo”.

É improvável que, em sociedades nas quais os pensamentos e as emoções pessoais não são valorizados enquanto tais, desenvolvam-se “instrumentos” lingüísticos que favoreçam o pensamento reflexivo e auto-avaliativo². Não se nega que numa sociedade onde a individualidade não é vista como um valor importante não ocorra auto-avaliação ou pensamento reflexivo. Afirma-se apenas que numa formação social onde a “pessoa”, independentemente do fato de ser publicamente identificável e individualizada, é responsabilizada moralmente *apenas* na qualidade de membro de uma comunidade, isto é, onde sua responsabilidade moral *somente* é percebida de forma *comunitária*, neste caso, provavelmente, haveria um domínio do “eu digo” em detrimento do “eu penso” (Harré, 1993: 138)... Já numa sociedade onde as práticas morais tradicionais foram substituídas por etos seculares e um dos valores balizadores é o individualismo, não é surpreendente surgir uma noção de si portadora de uma “unidade interior”, isto é, uma noção de si que problematiza uma identidade — uma cultura onde há o sentimento de uma inconcebível solitude interior, para utilizar a belíssima fórmula de Weber a respeito do homem protestante (1964: 120). Em tal cultura, a “sensibilidade” e a personalidade foram afetadas radicalmente, ocorrendo a substituição de uma “sensibilidade hierárquica”, baseada numa visão “holista” e “vertical” da sociedade, por uma “sensibilidade igualitária”, baseada numa visão “individualista” e “horizontal” da sociedade (Dumont, 1983). Enfim, e concluindo: a identidade, como problema, requer historicamente o surgimento de um indivíduo socializado através de um modelo cultural no qual a subjetividade possui uma derivação individualista.

Provavelmente, por causa de tal derivação — o isolamento da noção de indivíduo em relação a toda determinação externa, inclusive social —, a consciência moderna de si estrutura e é estruturada por uma das aporias do pensamento moderno: a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Tal dicotomia vai refletir-se na sociologia, criando duas tendências gerais: a primeira colocará a ênfase nas condições gerais, nos hábitos coletivos, nas leis e na causalidade; a segunda insistirá na ação social, nas significações, nas motivações, na interação social e na compreensão. Uma imaginará a sociedade sem os indivíduos, o discurso sem o sujeito, acentuando a exterioridade e a coerção dos fatos sociais; a outra explicitará a ação conjunta dos indivíduos, a compreensão da ação social e o reconhecimento do sentido subjetivo dos atos. Por um lado, corre-se o perigo de se produzir uma metafísica do social; por outro, pode-se descambar numa ontologia do indivíduo.

Já no plano da formação social da personalidade, a deriva individualista produzirá a dominação de uma noção de “pessoa” separada e oposta a outras,

² Seguimos, aqui, o estudo de Rom Harré (1993: 116 a 131).

as quais são percebidas como objetos isolados ou, na verdade, como mônadas. A representação dominante de indivíduo na Modernidade, assim, aparece no imaginário social segundo uma forma monadológica. Tal situação condiciona, provavelmente, a percepção generalizada de que a “sociedade” possui uma exterioridade em relação à individualidade – uma percepção social que está inscrita em práticas lingüísticas e modos de pensar bem particulares: tudo que está fora do indivíduo parece adquirir um caráter de objeto (Elias, 1991: 07). Nossos modos lingüísticos e de pensamento induzem-nos a reificar tudo aquilo que está “externo” ao indivíduo – por exemplo: noções como família, sociedade, estado são percebidas, geralmente, como objetos separados do indivíduo e não como uma rede articulada de “pessoas” (1991: 08).

A formação da identidade moderna não poderia escapar a essa situação descrita acima, apresentando assim uma dualidade constituída de dois momentos: 1) um momento individual geralmente apreendido pela noção de ego, cujas características são individuais e baseadas numa auto-atribuição de valor e sentido; 2) um momento social comumente definido pelo sistema de papéis que conformam as expectativas do indivíduo em relação a outros, a um grupo ou a uma situação determinada. Os dois momentos são reaproveitados e problematizados pela ciência social, e a identidade é percebida do ponto de vista de dois eixos centrais:

- 1) aquele relacionado aos aspectos psicológicos e psicossociais da identidade, em que a constituição do “eu” é entendida como uma interiorização (trazer o mundo para si) e uma internalização (incorporar o mundo a si) do social pelo indivíduo – a utilização de conceitos como o de superego seria um exemplo desse tipo de entendimento. A identidade, assim, seria fruto da socialização experimentada pelo indivíduo no meio social (família, escola...) e, geralmente, apreendida de forma positiva, cumprindo uma função de integração psicológica na personalidade do indivíduo;
- 2) o eixo que enfatiza os aspectos coletivos e propriamente “sociológicos” da identidade. O que importa aqui são as modalidades de “pertença” do indivíduo a um grupo, categoria social, etnia, classe e os processos de identificações estruturados pelas interações sociais. A identidade é vista como “coletiva”, “social”, “cultural”, de “classe”, sendo formada por um processo de incorporação – geralmente de valores dominantes ou consensuais –, cumprindo um papel, muitas vezes funcional, de integração social ou de resistência coletiva ao sistema social.

Os dois momentos ou os dois eixos criam, no processo de formação histórica da identidade moderna, um paradoxo – um confronto perpétuo entre a similitude e a diferença: o “eu” não se vincula inteiramente ao “nós”, como se existisse uma clivagem entre uma determinação singular, representada pelo “eu”, e uma determinação geral da identidade, representada pelo nós. Nesse sentido, na identidade moderna haveria uma relativa assimetria entre a constituição do sujeito e sua socialização no meio social ou cultural. O indivíduo estaria inserido nas formas de socialização, mas sem nunca ser por elas completamente determinado. O ego não se reconhece completamente nos

papéis sociais, tornando a dinâmica identitária ora um processo no qual a identidade é percebida pelo seu sentido, ora pela sua funcionalidade. Acreditamos que tais contradições sejam típicas da identidade moderna, ocasionadas pela infundável marcha da individuação e exacerbadas pela sua expressão dominante na Modernidade – o individualismo. Durkheim, inclusive, percebeu de forma aguda o problema quando notou que a individuação foi impulsionada pela diferenciação social, agora não mais hierárquica e sim funcional, criando e misturando, sem jamais se fundir, uma diversidade de papéis sociais e uma pluralidade de identidades individuais.

Apesar da apologia do indivíduo soberano, seu constante descentramento, via solidariedade orgânica, foi carcomendo sua substância. Formou-se, desse modo, um mundo desprovido de um sentido unívoco, agora coisa do passado, bem como desenvolveu-se um universo movido onde pululam crises de identidade e se dessubstancia o indivíduo. Se, no início, a individualidade era a essência da subjetividade, posteriormente, através de um processo contraditório e paradoxal, a subjetividade começou, com a radicalização do individualismo, seu lento distanciamento do indivíduo. Desencantamento do sujeito que alguns escritores perceberão de uma maneira intensa: Musil, por exemplo, interpretará o enfraquecimento subjetivo da individualidade como uma perda de qualidade.

Enfim, a consciência dos dois eixos será importante quando analisarmos a forma pela qual algumas linhas teóricas abordam a identidade. Mais útil ainda será essa conscientização quando tentarmos discutir a possibilidade de um conceito de identidade que amenize a polarização entre indivíduo e sociedade.

Desconstrução da Identidade

Algumas posições filosóficas colocam que a história da subjetividade moderna é a *estória* da sua desconstrução. O ponto de partida é um mítico Sujeito, com “s” maiúsculo, auto-centrado e autônomo que (quase) tudo pode e (quase) tudo sabe porque utiliza a Razão, com “r” maiúsculo. Tal Sujeito usa a Razão para ter acesso às coisas e a si mesmo. O poder da Razão, atributo essencial do Sujeito, é incrível: ao ter acesso às coisas, domina a natureza e, ao ter acesso a si mesmo, domina a si mesmo – Ele bastaria a si mesmo, e o sentido das coisas e de si mesmo esgotar-se-ia no movimento auto-referente de seu próprio ego. O Sujeito, se fosse uma criatura, seria (quase) divino, praticamente uma projeção laica do Demiurgo. Sua Identidade seria completamente transparente, isto é, haveria uma coincidência perfeita entre o seu ser e o dever-ser ou, numa linguagem psicossocial, não haveria uma dualidade entre “o que sou” e “o que penso que sou”, entre a identidade atribuída (para o outro) e a reivindicada (para si). Provavelmente, tal Sujeito desconheceria completamente a dolorosa experiência de uma “crise de identidade” e, sem crise, a pergunta dilaceradora “quem sou” não teria sentido algum; na verdade, um tal Sujeito não teria identidade, pois esta implica um mínimo de descentramento. Não tendo descentramento algum, não teria propriamente identidade, mesmo uma “fixa e estável” (Stuart Hall, 2001: 46). Assim, um ato auto-avaliativo (um “conhece a ti mesmo”) seria absolutamente inútil para esse Sujeito, caso fosse possível, pois uma objetivação de si mesmo

não traria conhecimento algum, já que seu “fórum íntimo” seria público para si mesmo. Para que identidade, se um tal Sujeito seria pura consciência, não tendo vestígio algum de qualquer coisa que poderíamos chamar de “inconsciente”? Uma auto-referência absoluta prescinde de identidade.

A desconstrução do Sujeito implicou o surgimento da temática da identidade. A cada desconstrução, mais profundo o descentramento, pois desconstruir um Sujeito significa retirá-lo de uma posição fixa, desestabilizá-lo, colocá-lo em vários “lugares”, posicioná-lo, situá-lo, objetivá-lo... Significa a limitação da auto-referência, pois agora o Sujeito vai interiorizar e se espalhar por diversos referentes que não ele mesmo. O Sujeito perde o seu “centro” ou, numa linguagem menos espacial e mais política, perde sua “soberania” — o descentramento equivale a uma diminuição do poder de autonomia do Sujeito. Assim, a cada descentramento, mais a identidade era colocada como problema: mais fundo o descentramento, mais grave a “crise de identidade”. A cada descentramento, “quem sou” e “para onde vou” tornavam-se problemáticos. O ser separou-se do dever-ser, o “o que sou” do “o que penso que sou”, os atos de atribuição (identidade para o outro) distanciaram-se dos atos de “reivindicação” (identidade para si). O descentramento do Sujeito ocasionou, inicialmente, a sua distinção e, posteriormente, a sua separação em duas partes: o Sujeito como individualidade e o Sujeito como subjetividade. Aos poucos, a individualidade apartou-se da subjetividade. Essa separação progressiva tornou-se um fato fundamental da modernidade e aconteceu, parece-nos, concomitantemente à separação imaginária entre o indivíduo e a sociedade.

A desconstrução envolveu, também e necessariamente, o desmascaramento da Razão, demonstrando suas limitações, seja no seu conhecimento e domínio da Natureza, seja na sua capacidade de tornar transparentes as entranhas da alma. A limitação da Razão não era apenas externa a si mesma, mas também interna à sua própria natureza. O reconhecimento de uma limitação externa à Razão implicaria ainda reconhecer uma pureza essencial na Razão — o movimento puro da Razão esbarraria em obstáculos externos, porém não perderia sua pureza, continuando “descontaminada”; não, o desmascaramento precisou ir mais longe: a limitação é interna, pois o engano, a ilusão, a manipulação, o poder, a desrazão, o inconsciente fazem parte constitutiva da Razão. Assim, a busca da identidade tornou-se crítica e instável; afinal, o servidor de busca, a Razão, poderia não encontrá-la, ou pior: poderia encontrar uma, mas que seria ilusória. A auto-referência poderia tornar-se um profundo auto-engano.

Mas o ponto de partida do descentramento da subjetividade, a partir de um Sujeito auto-centrado, transparente e soberano — na verdade o sujeito do Iluminismo —, não seria uma simplificação, além de implicar uma homogeneização da história da filosofia?³ Pois quem foi, realmente, que defendeu uma visão tão ingênua de subjetividade? Quais filósofos? Os iluministas? Muitas vezes, cria-se um inimigo fictício para melhor combater uma posição. De Descartes a Nietzsche, os grandes pensadores tiveram sempre o bom senso de intuir que o sujeito, qualquer sujeito, não é capaz de tudo

³ Nossa análise é uma interpretação livre das posições de Alain Renaut (1989).

conhecer e de tudo controlar, inclusive o seu destino individual e coletivo. Que as filosofias do sujeito são problemáticas, disso não tenhamos dúvidas, mas por que não reconhecemos que o fundamental é o seu aporte minimalista: a impossibilidade de se pensar o ser humano fazendo totalmente economia da exigência de subjetividade? A compreensão de si (o *a priori* da subjetividade) sofreu tantos assaltos do desconstrucionismo, da psicanálise, sem falar das críticas das ideologias de inspiração marxista, que dessa experiência só sobraram ilusões. Porém, se o conceito clássico de subjetividade apresenta lacunas, não seria insuficiente e mesmo aporético construir uma alternativa que passasse pela não compreensão de si?

Certo, a identidade do sujeito, até às marteladas de Nietzsche, foi geralmente percebida como portadora de uma “unidade interior” ou como uma “substância mental”. Mas mesmo essa idéia não é totalmente justa. Não foi Hume quem percebeu a identidade humana como algo fugidio, uma suposta unidade fundamentada na sucessão um tanto descosturada de similitude e de diferenças entre idéias e impressões? Ora, tal visão já não nega uma unidade formada a partir de alguma entidade interior? E o ceticismo de Montaigne? Já não representa a visão de um sujeito descentrado? O tema filosófico das Paixões e as filosofias de Hobbes, Locke, Descartes, Diderot, Condillac, Spinoza, Leibniz, passando por Kant (o que, de todos, realizou o maior descentramento), até Hegel não são *também* um alerta sobre as “ilusões da consciência” (Rouanet, 1987)?

O problema filosófico da desconstrução do sujeito surge no momento em que se postula a necessidade de uma visão inicialmente deísta de Deus e, com o tempo, laica, agnóstica e mesmo atéia de um sujeito cada vez mais dessemelhante da figura divina. O Iluminismo já é uma primeira desconstrução do sujeito. Mesmo Hegel – a apoteose do individualismo moderno – já tinha implementado uma importante desconstrução. Lembrar que o Sujeito completamente transparente a si mesmo e absolutamente auto-centrado só vai aparecer, na visão hegeliana, no *fim da história*. O sujeito, enquanto durar a história, é alienado; logo, limitado e descentrado. Quando Hegel demonstra que a desrazão é constitutiva da razão, produz outro importante descentramento. A própria dialética entre o senhor e o escravo já é uma demonstração da incapacidade do sujeito de ser absolutamente transparente enquanto... sujeito. Sem falar em Leibniz, que fecha completamente a subjetividade numa mônada – a única subjetividade aberta seria Deus.

Quando Nietzsche – provável fundador do individualismo contemporâneo – olha a filosofia moderna, parece os modernos quando olhavam a Idade Média e a percebiam como uma contínua e homogênea ignorância. Para quem eliminou todo tipo de essencialismo, percebeu a identidade como “pura sucessão e diferença” e disse não haver “átomos nem mônadas”, a história filosófica anterior às suas marteladas deveria parecer uma rampa contínua que conduzia diretamente ao Sujeito Metafísico. Ao contrário do que pensava o filósofo demolidor, talvez a percepção da subjetividade na história da filosofia não tenha sido tão linear. Pode-se indagar até que ponto a sua história é homogênea. Será que um mesmo paradigma sobredeterminou as diversas filosofias? Ou não se poderia pensar numa

convivência complexa, na história do pensamento moderno, entre várias posições convergentes e divergentes sobre o sujeito?

Um exemplo de uma apreensão um tanto unilateral da história do pensamento moderno encontra-se em Heidegger. Em muitos dos seus escritos, a história da modernidade passa a ser a história de uma subjetividade cuja característica é a afirmação da sua crescente dominação sobre o real. O desejo do sujeito moderno de se autofundar é denunciado como uma construção metafísica ingênua, cujo maior pecado foi esquecer a dimensão irreduzível da Diferença e conceber o projeto de, *horribile dictu*, controlar o indizível em nós mesmos — o desejo da subjetividade de possuir o domínio e o controle de si mesma. O projeto de controle torna-se o domínio da técnica — a afirmação de um sujeito que se realiza no uso da razão instrumental — e passa-se a questionar o mito de um sujeito que funda a si mesmo. Derruba-se, assim, a ilusão de uma fundação última, a qual adviria de um sujeito procurando na subjetividade a última instância de legitimação.

Sabemos o quanto tal análise foi fecunda, inclusive influenciando positivamente as ciências humanas. Contudo, ela peca por sua unilateralidade. Heidegger reconhece que a filosofia de Kant e, principalmente, a de Nietzsche foram uma tentativa de impedir o desdobramento completo da metafísica da subjetividade ou, em outra linguagem, do domínio absoluto de uma razão técnica ou instrumental. Mas, segundo o filósofo alemão, tais tentativas, além de terem abortado, findaram levando a metafísica da subjetividade ao seu paroxismo; ou seja, é como se a lógica da modernidade fosse completamente identificada ao domínio técnico do mundo, sendo impossível revertê-la e que, na sua lógica mesma, não pudesse haver outro desdobramento possível que não o domínio totalitário da razão. Essa verdadeira paranóia filosófica criou uma desconfiança niilista a respeito da autonomia do sujeito, ao ponto de julgá-la uma completa ilusão — sem autonomia, a identidade do sujeito será vista como epifenômeno do Poder, da Estrutura e quejandos. Assim, no Reino do Sujeito seria impossível um humanismo sem ser metafísico.

Se o ceticismo contemporâneo tornou a história da subjetividade unilateral, boa parte da filosofia e da antropologia políticas fez o mesmo com a história da individualidade. Percebe-se, ao longo da história do pensamento político, uma desconfiança com a crescente expansão do individualismo. Vemos Rousseau, depois de afirmar uma política do indivíduo soberano, suspirar por um holismo perdido ao construir o conceito de “vontade geral”, diante da qual as vontades particulares perdem sua independência (antecipação da ditadura jacobina?); vemos um Tocqueville, quase como um profeta, preocupado com o desdobramento do individualismo americano; vemos um Weber desesperado com o politeísmo de valores; vemos um Louis Dumont fechando qualquer alternativa ao individualismo — ou holismo ou individualismo, e não se pode fugir desse dualismo —; em suma, assim como em relação à subjetividade moderna, há um pessimismo quanto à individualidade. Ter-se-ia uma lógica subjacente ao individualismo que impediria qualquer desdobramento diferente que não a sua vitória total. Dumont, por exemplo, repete Heidegger: reconhece que houve tentativas de

se combater o individualismo, resgatando visões anti-individualistas, tipo a tentativa de Marx, mas infere que todas malograram. Pior: as tentativas findaram levando o individualismo ao seu desdobramento completo: a perda da soberania ou da independência do indivíduo, isto é, o totalitarismo. Dessa forma, encontramos, “como em Heidegger, mas com outro conteúdo, a convicção de que as pretensas oposições à lógica da modernidade não são mais do que astúcias dessa mesma lógica” (tradução nossa.- Renaut, 1989). No triunfo do indivíduo, assim, não haveria humanismo sem individualismo.

Mas, se de tudo fica um pouco, talvez tenha sobrado alguma coisa, quicá um sujeito descentrado, sem tanto poder e menos nobre, é certo, mas um sujeito *quand mème!* Da fórmula “sujeito absoluto” — após Freud, Marx, o desconstrucionismo... — só jogamos fora o “absoluto”, permanecendo ainda o sujeito... Certo, um sujeito que não é mais onisciente, mas pelo menos consciente, tendo uma racionalidade limitada; não é mais onipotente, mas pelo menos possui alguma margem de autonomia; não é onipresente, sendo sim situado, embora não se esgote no seu contexto. Convenhamos, resgatar a subjetividade não é defender a existência de um Sujeito Metafísico, inteiramente transparente, soberano, mestre de si e do mundo. Ao criticar corretamente tal Sujeito, boa parte das teorias sociais abandonou pura e simplesmente qualquer referência à subjetividade. Enfim, como pensar a identidade sem sequer uma mínima concepção de subjetividade? Acreditamos que, sem subjetividade, a identidade ficaria sem sentido, reduzida ao papel social de um ator que representa no teatro do mundo. A identidade seria uma mera função.

Identidade enquanto intersubjetividade

A partir desse ponto, faremos *un petit tour* na psicologia, em particular na psicanálise e na psicologia social. A crítica à psicanálise e a discussão sobre a psicologia social servirão para resgatar uma visão de subjetividade cujo fundamento encontre-se na intersubjetividade, isto é, uma identidade fundada na intersubjetividade poderá escapar às diversas aporias nas quais se meteu quando de sua identificação com uma concepção de sujeito soberano.

Em relação à psicanálise, consideramos que Freud tentou introduzir na cultura moderna uma nova forma de relação humana, fundada na abertura e na comunicação, isto é, na intersubjetividade — se a tentativa obteve ou não sucesso é outra discussão. Curiosamente, apesar disso, a psicanálise não utiliza a noção de identidade e sim o conceito de identificação, talvez por uma desconfiança de uma assimilação da noção de identidade a uma essência fixa e imutável. Embora a identidade possa ser vista como o *resultado* do processo de identificação, sem que tenha um caráter definitivo ou alguma transcendência, a desconfiança permaneceu ao ponto de no famoso dicionário de psicanálise de Laplanche e Pontalis não aparecer o verbete identidade (Laplanche & Pontalis, 1980). Assim, a identificação é um processo que constitui:

primeiro, a forma mais original do vínculo afetivo a um objeto; segundo, pela via regressiva, ela torna-se o substituto de um vínculo objetal

libidinal, por alguma forma de introjeção do objeto no ego; terceiro, ela pode nascer cada vez que se percebe novamente uma certa comunidade com uma pessoa que não é objeto de pulsões sexuais” (tradução nossa.- Freud, 1987: 170).

Dessa definição, podemos retirar algumas interpretações:

1. a identificação seria um processo que envolveria a possibilidade de uma pluralidade de identidades. As identidades vão-se sucedendo de acordo com a evolução de algumas fases, é certo, mas o processo não garante uma estabilidade ou uma finalidade última. Em Freud, acreditamos que haja alguma unidade no processo de identificação; contudo, não há realmente certeza disso, e, se radicalizamos o processo e retiramos qualquer tipo de unidade, mesmo diacrônica, a identidade torna-se um vazio eternamente a ser preenchido. Um processo que não é processo, mas pura diferença e sucessão. A “dessubstanciação” da identidade seria total, transformando-a em puro acidente de uma trajetória aleatória;
2. o componente afetivo e objetual joga um papel fundamental na formação da identificação; em suma, a racionalidade tem um papel limitado, inversamente proporcional ao papel do inconsciente. A psicanálise pode oferecer alguns subsídios interessantes à análise do aporte emocional e afetivo na formação da identidade e, mesmo, da ação social;
3. Freud, ao falar de “*uma certa comunidade com uma pessoa*”, admite a possibilidade do papel do outro no processo de identificação. O outro não apareceria apenas numa situação de interação com a “pessoa”, mas também, e principalmente, fazendo parte da própria formação da identificação. Tal abertura ao outro libera a possibilidade de transformar uma psicologia individual numa psicologia social. Apesar de a teoria psicanalítica não ter conseguido, no todo, levar adiante essa abertura, Freud já tinha alertado para essa possibilidade, quando enfatizou o papel do outro na vida psíquica do indivíduo: o outro teria um

papel de um modelo, de um objeto, de um associado ou de um adversário... de tal forma que a psicologia individual apresenta-se, desde o início, como sendo ao mesmo tempo, de uma certa forma, uma psicologia social no sentido largo e plenamente justificado da palavra” (tradução nossa.- 1987: 83).

A psicanálise fundando uma psicologia social? Nem tanto, nem tão pouco. As elaborações psicanalíticas percebem o psiquismo do indivíduo como uma mônada isolada, embora em constante relação com o “ambiente”. Por causa do isolamento da psique, a identidade faria parte de um “eu” estruturado em torno de elementos invariáveis e a-históricos. Contudo, tal “eu” praticamente não existe, pois a consciência possui um papel um tanto secundário na dinâmica da psique. Provavelmente, isso acontece devido ao peso de uma visão *sui generis* de inconsciente na teoria psicanalítica. Ele também é isolado e impermeável ao ambiente — o ego nasce e é uma projeção do id. É

um sistema. O “social” ou a “cultura” só entrariam, embora só cheguem realmente ao inconsciente de uma forma eufemística ou “traduzida”, através de estruturas mediadoras, tipo o superego, conceito da segunda tópica freudiana. O inconsciente é a única transcendência da individualidade; afinal, embora determinante da consciência individual, pelo que entendemos, ele “está” além do indivíduo. Na realidade, o inconsciente freudiano é quase um anti-consciente: determina, engana, manipula, ilude, frustra, em suma, faz gato-sapato da consciência. Não tem uma intenção, mas parece ser fundado no modelo da intencionalidade. Parece um sujeito dentro do sujeito – um *homunculus* habitando e guiando nossa alma (Edelman, 1992). Assemelha-se à *camara obscura* da famosa metáfora marxiana para explicar a falsa consciência.

Criticando justamente o uso do inconsciente como panacéia de toda explicação, Boudon alerta para o perigo de se fazer do inconsciente uma

caixa de Pandora e um pivô lógico que permite deduzir não importa qual conclusão de toda e qualquer premissa. Pois, quando admitimos, sem maiores explicações, que um indivíduo pode não perceber o que percebe e perceber o que não percebe, não acreditar no que acredita e acreditar no que não acredita, a relação entre o comportamento do agente e sua interpretação torna-se necessariamente arbitrária. Tudo permanece, então, como uma questão de retórica. E a porta fica escancarada ao egocentrismo e ao sociocentrismo do observador (tradução nossa.- Boudon, 1986: 304).

A visão *sui generis* de inconsciente vai levar Freud a uma verdadeira batalha contra a consciência e o ego. A consciência será vista como um sintoma, uma simples qualidade do psiquismo, uma ilha rodeada pelo oceano do inconsciente. O indivíduo não dispõe de si mesmo, agindo sob o impulso de forças obscuras e impessoais. Nas suas análises do instinto e do princípio do prazer, Freud prescindiu completamente do uso de categorias subjetivas e intencionais. O “eu” é um outro, dividido e nunca unitário. Surge a partir do Id, com o qual tem uma relação psicológica de submissão. Ocorre uma radical desvalorização de nossa experiência neurótica que, no entanto, talvez seja a única fonte de conhecimento de nossos estados mentais interiores – nossa verdade residiria bem longe de qualquer contato com nós mesmos. Nesse sentido, a psicanálise pode ser entendida como uma concepção que afirma a dissolução do ego.

Novamente, vemos a crítica a um modelo metafísico de subjetividade tornar-se um processo de desconstrução do sujeito. Freud, aqui, não segue apenas os aportes filosóficos, principalmente de Schopenhauer e Nietzsche, para realizar a dissolução do ego; na verdade, nutre-se também do desenvolvimento da teoria da evolução e, principalmente, da neurofisiologia (Gauchet, 1992). Desde 1830, quando foi descoberta a atividade reflexa da medula espinhal, o seu modelo de funcionamento foi estendido ao conjunto do cérebro. A partir dos estudos sobre o sistema nervoso, vai-se contestar a supremacia da consciência e o caráter central do ego. Pois, com efeito, caso se admita a existência de condutas reflexas, o consciente pode ser considerado uma qualidade secundária, eventualmente acessória, de mecanismos independentes e involuntários que prescindem da presença ou da ausência da consciência. Em 1870, a mudança já está dada, e o

final do século XIX será dominado por uma psicofisiologia embebida de neurologia. O tema da consciência como um “satélite do espírito”, a percepção de múltiplas consciências locais espalhadas no nosso corpo e a inferência do caráter impessoal da vida psíquica terão uma influência duradoura em Freud e mesmo em Nietzsche; inclusive, inspirará a ciência cognitiva atual, como é o caso de Fodor e sua teoria modular do cérebro. Freud, assim, retoma e radicaliza, através da construção de uma metapsicologia, o tema do inconsciente cerebral.

De todo modo, se o inconsciente *sui generis* freudiano tivesse apenas uma existência independente da consciência, sendo capaz de produzir estados psíquicos conscientes, isso não seria tão grave. Pode-se, no limite, imaginar que as representações conscientes possuem causas clandestinas provenientes do inconsciente. Mas acreditamos que Freud vai mais longe: sua teoria considera que os fenômenos do nosso cotidiano cognitivo – boa parte daquilo que consideramos como expressão de motivações conscientes, justamente aquelas razões habituais e conscientes que nos fazem agir, que definem nossos objetivos e nossos projetos de vida – tais fatos, em suma, são epifenômenos de uma realidade escondida ou, ainda, conteúdos manifestos de determinações latentes. Enquanto tais, não têm importância ou mesmo são ilusões, porque sua verdade reside numa outra realidade que os determina e os torna presentes. Assim, se há identidade, ela existe somente enquanto manifestação de um processo de identificação inconsciente, completamente independente da vontade do sujeito – se é que essa barbaridade existe.

A denegação do ego continuará sendo um tema essencial da psicanálise, principalmente a partir dos estudos de Lacan. Agora, via as influências da lingüística, é a separação entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação que é postulada. O que se produz, aqui, é uma cisão entre o sujeito que se representa no discurso e o sujeito do desejo ou, em outras palavras, do inconsciente. Nessa obscura concepção, a subjetividade é deslocada para o campo da inconsciência. Assim, o único sujeito autêntico é o do inconsciente, enquanto o ego, ou o que sobrou dele, é visto como um objeto – o ego estaria eternamente dependente das identificações com o outro (contexto, situação...). A subjetividade é dissociada completamente das manifestações concretas do sujeito do enunciado. Ela é, na realidade, um nada. Mas o sujeito e, em Lacan, não é um efeito da linguagem e, portanto, determinado de alguma forma? Sim, todavia esse rasgo de esperança é esfacelado, pois o sujeito aparece no discurso apenas enquanto significante; logo, enquanto ausência – para se representar, a subjetividade deve desaparecer. A linguagem, assim, assinala ao mesmo tempo o nascimento e a morte do sujeito. Colocado dessa forma, o sujeito não sabe o que diz, até porque não sabe o que é (Lacan, 1978: 286)⁴. Sim, como saber, se é inconsciente? É um nada.

Com todos os riscos que uma transposição comporta, acreditamos que tal cisão seja comparável a uma separação, por exemplo, entre o ego e o “eu-aqui-agora”⁵. O problema está na condição intransponível da cisão, pois, se a ênfase permanece na separação e não na integração, ficamos impossibilitados

⁴ A frase, na verdade, é esta: “le sujet ne sait pas ce qu’ il dit, et pour les meilleures raisons, parce qu’ il ne sait pas ce qu’ il est”.

⁵ Como o ato individual de utilização da língua envolve a ação e o contexto comunicativo em que o falante está inserido, o “eu” que está envolvido no ato encontra-se fincado no espaço e no tempo do contexto, no aqui e no agora.

de conceber uma noção tão trivial quanto a de pessoa. Talvez o ego e o “eu-aqui-agora” sejam produtos de mecanismos cerebrais diferentes e separados, mas esquecer que são integrados pode levar a uma completa fragmentação da personalidade. Assim, muitas vezes, o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação *podem ser* o mesmo – não há dois sujeitos, mas apenas um –, ainda que lingüisticamente os momentos estejam separados. Sem o ego, o “eu-aqui-agora” seria pura sucessão, pura diferença; sem o “eu-aqui-agora”, o ego não teria estória nem estaria situado, encontrando-se dissolvido nas determinações do Id. Logo, sem a integração, não há pessoa, não há identidade alguma.

A separação entre o ego e o “eu-aqui-agora” pode ser ilustrada pelo famoso personagem sartriano da Náusea (2002), Roquentin, o qual, para alguns (MacIntyre, 1997), seria o protótipo do indivíduo moderno. Para Roquentin, a existência reduziu-se a uma série de episódios sem saída e sem unidade perceptível. Só tem o seu corpo, não podendo reter as lembranças, sendo apenas um destroço sem memória. Existe na contingência, na gratuidade perfeita, em que nada parece mais verdadeiro. É pura sucessão e pura efemeridade. Pode-se traduzir a separação psíquica que acomete o protagonista numa linguagem psicossocial: Roquentin sofre porque nele se instaurou uma separação entre o ego e os papéis sociais. Não consegue situar-se ou fixar-se na ordem estável de um mundo ordenado e normativo. Seu destino é ser tratado por um lacaniano.

Enfim, se a psicanálise deu passos importantes no estudo dos processos de identificação, por outro lado breçou o seu entendimento quando patrocinou a dissolução do ego. Contudo, acreditamos que psicanalistas, como Erikson, deram uma contribuição ao estudo da identidade quando abrandaram o peso analítico do conceito freudiano de inconsciente. Tal fato ocorreu, por exemplo, quando construiu a noção de “crise de identidade cultural” a partir do exame das peripécias identitárias de Jim, um jovem Sioux, cujos problemas de identificação eram produto de uma socialização secundária num meio cultural diferente do seu de origem. Erikson elabora uma noção de identificação com um mínimo de continuidade e unidade, bem como ameniza o papel do inconsciente do tipo freudiano. Assim, a identificação

surge da rejeição seletiva e da assimilação mútua das identificações da infância, assim como de sua absorção numa nova configuração que, por sua vez, depende do processo graças ao qual uma sociedade (freqüentemente por intermédio de segmentos sociais) identifica o jovem indivíduo, reconhecendo-o como alguém que se tornou o que ele é e que, sendo o que é, seria considerado como aceito (tradução nossa.- Erikson, 1966: 167).

Haveria, pelo que interpretamos, uma consciência do indivíduo de sua singularidade enquanto pessoa, mesmo entrando em diversos processos de identificação. O papel do inconsciente seria inscrito, principalmente, na necessidade do indivíduo de estabelecer uma unidade na sua trajetória de

vida, apesar dos diversos papéis sociais assumidos e da descontinuidade temporal. Haveria, também, um movimento consciente e inconsciente, por parte do indivíduo, de aceitar os valores culturais e, conseqüentemente, os modelos de conduta do grupo ou da sociedade. Assim, permanece uma continuidade no processo de identificação que conecta o indivíduo ao grupo na formação da identidade.

Parece-nos que a identidade é percebida como um *produto* do processo de identificação. Porém, Erikson aparenta defender uma identidade ideal ajustada aos valores do grupo ou da sociedade, já que se refere a processos de identificação negativos e positivos: os negativos seriam do tipo que o jovem Sioux sofreu, e geram uma “crise de identidade cultural”; já os positivos ocorreriam quando a assimilação do indivíduo pela sociedade ou pelo grupo acontecesse de forma plena. O resultado saudável da assimilação seria uma identidade sem crise. Ora, parece que, depois da aceitação do indivíduo pelo grupo, o processo de identificação ter-se-ia, enfim, consolidado. No fundo, a identidade sem crise seria uma identificação baseada na aceitação e na assimilação dos valores consensuais do grupo ou da sociedade. Seria uma identidade baseada no conformismo cultural – não havendo conformismo... crise!

Embora respeitemos o aporte psicanalítico, acreditamos que a psicologia social de colorido interacionista avança mais na discussão sobre a identidade. Estamos convencidos de que a passagem de uma psicologia individual para uma psicologia social, na questão da identidade, necessita do conceito de *socialização*. Seria através desse conceito que o abismo entre a esfera individual e a social poderia ser diminuído. Um conceito-ponte, então? Sim, mas que pode ir mais além: o conceito de socialização pode implicar que não há indivíduo isolado na sociedade, existindo apenas indivíduos socializados – toda identidade seria “social”, embora o sujeito não se esgotasse no contexto. Neste caso, não haveria uma separação, apenas uma distinção entre a esfera individual e a social, entre o “interno” e o “externo”. A socialização implicaria, assim, dois momentos: 1) uma interiorização nem sempre estável, contínua e pacífica de valores e representações dados pela cultura; 2) uma exteriorização produzida pelo indivíduo, muitas vezes idiossincrática, da interiorização durante sua trajetória de vida. Tais momentos, que implicam necessariamente uma teoria das interações sociais e do aprendizado, resguardariam numa mesma unidade tanto o “indivíduo” como a “sociedade”. Socialização implicaria, enfim, intersubjetividade.

Teria sido George Herbert Mead (1963) o primeiro a afirmar teoricamente o papel da socialização na construção da identidade. De certa forma, Mead seria um dos responsáveis pela reviravolta pragmática do pensamento sobre a identidade. Podemos deduzir de suas posições as seguintes premissas:

- a linguagem precede o pensamento⁶ e implica interação;
- logo, a relação com o outro precede a relação a si mesmo e a relação

⁶ Discussão ainda controversa se levarmos em conta alguns aportes teóricos de Piaget, quando do seu estudo, por exemplo, sobre o pensamento e a linguagem do ponto de vista genético, a saber: “a linguagem só é uma forma particular da função simbólica, e como o símbolo individual é, certamente, mais simples que o signo coletivo, conclui-se que o pensamento precede a linguagem e que esta se limita a transformá-lo, profundamente, ajudando-o a atingir suas formas de equilíbrio através de uma esquematização mais desenvolvida e de uma abstração mais móvel” (1982: 86).

- entre o sujeito e o objeto;
- assim, intersubjetividade, mediada pela linguagem, precede a subjetividade, isto é, a consciência de si e a consciência objetiva;
 - a dimensão interativa é mais fundamental do que a cognitiva.

Dessa forma, a identidade seria necessariamente social e “construída”. Apesar de “construída”, a formação da identidade não é calcada num modelo intencional, embora exista um papel para a escolha na teoria de Mead. E, existindo escolha, há alguma margem para a liberdade da pessoa. A identidade é “construída” no sentido de que o processo de identificação não é apenas um desdobramento mecânico da gênese da identidade. Há fases, mas que não são garantidas *a priori*, e a construção depende das vicissitudes da trajetória do indivíduo durante sua existência socializada numa determinada sociedade. Tal construção seria balizada pela interação e pela comunicação sociais — Mead, desse ponto de vista, é o pai do interacionismo simbólico.

Para entender-se melhor a posição de Mead, sugerimos fazer uma aproximação deste com Weber⁷. Todos os dois, por exemplo, consideram a ação social como fundamental para entender os sistemas de interação e comunicação sociais. E todos os dois consideram a ação social uma ação que “orienta-se pelo comportamento de outros” (Weber, 2000: 13). Além disso, podemos perceber ainda outros elementos “weberianos” em Mead. Expliquemos: pode-se deduzir do aporte weberiano duas formas de socialização, a societária e a comunitária. A societária, predominante no capitalismo e característica da formação de classes sociais, implica uma interação social baseada numa ação racional, normalmente do tipo instrumental, que envolve a defesa de “interesses”, principalmente econômicos, na esfera do trabalho ou do mercado. Tal socialização é de base voluntária, abrangendo um sistema de escolhas dentro do qual pode movimentar-se o agente racional. A socialização comunitária ou estatutária, predominante nas sociedades tradicionais e característica da formação dos grupos de status, seria muito mais impositiva e “inconsciente”, exigindo a mobilização de “modelos culturais”. O agente não “escolhe” o modelo cultural, mesmo que, na sua ação com outros agentes, estruture e reproduza o modelo — a ênfase recai na construção da identidade do agente via a socialização comunitária.

Mead coloca a “ação comunicativa”, para usar uma expressão de Habermas, como fundamento da socialização, isto é, coloca a socialização comunitária como leitmotiv da sua teoria da socialização. Estamos, aqui, na esfera do sentido, logo da identidade (Castells. 2000: 23) Como o resultado do processo de identificação, para Mead, depende de formas institucionais e *funções* sociais, estamos diante de papéis sociais; portanto, de uma socialização societária. Segundo Castells:

“papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações (2000:23).

⁷ Seguimos, aqui, o estudo de Claude Dubar (1991).

Ora, os papéis sociais implicam uma racionalidade, negociações entre atores individuais e coletivos, um sistema de escolhas e, por fim, “interesses”.

Não é à toa que o processo de identificação em Mead enfatiza “fases” sucessivas de individuação, da criança ao adulto, em que cada vez mais a socialização societária é importante, isto é, no final do processo o indivíduo estará apto a cumprir ou “representar” um ou vários papéis sociais na sociedade. Contudo, mesmo havendo um momento societário na socialização, seria a socialização comunitária que dominaria todo o processo. Haveria os dois momentos, sem dúvida, mas o agir comunicativo teria a última palavra. O sentido sobredeterminaria a função, mesmo que esta, numa determinada sociedade, fosse mais valorizada. Podemos aplicar, assim, esse modelo de socialização para os processos de identificação na Modernidade, afirmando que, mesmo se a socialização comunitária continua fundamental, o caminho da identidade moderna iria do sentido à função, da predominância comunitária à societária, da “cultura” à razão instrumental, do inconsciente ao consciente, do desejo ao interesse. Daí, provavelmente, a reação identitária à crise de sentido no mundo moderno, onde o societário predomina e a identidade está subsumida nos papéis sociais.

Mead, ao pensar a ação social em relação ao outro, enfatizando na formação da identificação uma socialização baseada em processos de interação social, implementa uma reconciliação

da sociologia weberiana com a psicologia comportamentalista na condição de definir o comportamento (social) como uma reação significativa ao gesto de um outro. Ela permite a Mead de desenvolver uma análise minuciosa da socialização como construção progressiva da comunicação de Si enquanto membro de uma comunidade, participando ativamente na sua existência e, portanto, na sua mudança (tradução nossa.- Claude Dubar, 1991: 96).

Ou ainda, utilizando um paradigma que se funda na dualidade entre sociedade e comunidade: a sociedade não pode formar-se sem respeitar as fontes de sentido enraizadas na comunidade. Tais sentidos são utilizados na ação coordenada de indivíduos racionais e socializados na produção de suas vidas. No processo de socialização, os indivíduos reproduzem a comunidade criando a sociedade (1991: 98).

Contudo, Mead não percebe completamente que a socialização societária, através do processo de individuação, criou uma assimetria entre o ego e os papéis sociais. Ele parece perceber apenas o momento de correspondência e não o de separação. O movimento de socialização, principalmente na Contemporaneidade, não esgota o processo de identificação, pois o sujeito não se exaure na sua identidade. No limite, pode-se imaginar comunidades de forte solidariedade mecânica onde a socialização se confundisse com os processos de identificação. Não haveria, nesse caso, uma assimetria entre identidade e papel social ou entre sentido e função. Bem diferente, no entanto, seria imaginar a mesma situação na sociedade moderna. A solidariedade

orgânica e a individuação levaram a uma relativa separação entre os dois momentos da constituição do indivíduo: a pessoa e o *self*, o ser social e o “eu” que toma consciência de sua existência enquanto indivíduo, o ego e o super-ego e, enfim, entre o *I* e o *Me* da divisão clássica de Mead.

Novamente, repetimos: há assimetria, mas também integração. Há correspondência, sem dúvida, entre a formação do *self* – esta unidade interior, entendida como nossa individualidade, e com a qual nos identificamos – e a pessoa – subjetividade concreta e social, publicamente visível e atuante. Mas deve-se alertar que, na estruturação moderna da personalidade, a correspondência sempre é problemática e nunca evidente. Os psicanalistas, assim, têm razão ao ressaltar a separação entre a socialização e a formação do ego; mas Mead e Ron Harré (1993) também têm razão quando afirmam o contrário, isto é, a integração entre os dois momentos. É provável que a constituição da personalidade moderna seja um processo que aproxima o ego da socialização sem jamais integrá-los completamente, produzindo uma assimetria que é a base objetiva ora para a dissociação entre a individualidade e a subjetividade, ora para a relativa autonomia do sujeito. Por isso, a formação da personalidade moderna é frágil e sujeita, mais do nunca, a processos dissociativos, podendo apresentar como resultado tanto um Roquentin – um ente fragmentado diante do fluxo ininterrupto das coisas –, como um indivíduo socializado, um ser com um mínimo de autonomia diante do contexto em que está situado.

Pode-se especular que, no indivíduo moderno, a interiorização não seja mais sinônimo de internalização. O indivíduo interioriza os papéis sociais, mas, muitas vezes, não os internaliza, isto é, não os torna parte integrante de seu mundo interior. Através da interiorização, a pessoa incorpora seus papéis no mundo, mas seria apenas por intermédio da internalização que haveria a transformação do papel em vivência ou sentido – as relações inter-subjetivas que caracterizam o papel social não se tornariam completamente relações intra-subjetivas. Quando se diz “eu sou médico”, o papel social torna-se vocação; a função, sentido. O papel profissional integra-se, assim, ao núcleo identitário da pessoa. Contudo, quando o fato de ser médico não representa uma propensão e sim, apenas, uma habilitação para exercer uma atividade, o papel social é interiorizado, mas a internalização não se realiza integralmente. Neste caso, o papel é confundido com *mise-en-scène* e representação, e a função domina o sentido⁸.

Não é de estranhar, desse modo, que diversos autores tenham colocado todo o peso da formação dos papéis sociais na construção de identidades. A inspiração é americana, e não causa surpresa; afinal, a sociedade ianque seria a cultura mais “societária” do planeta. O papel social foi apropriado, via funcionalismo, pelo seu aspecto funcional, gerando inclusive uma sociologia das profissões. Já Goffman (1973), por exemplo, tentou “des-funcionalizar” o papel social. O funcionalismo fez do papel social uma camisa-de-força para o indivíduo. A capacidade de ação do sujeito estava subsumida à função e à

⁸ A crise vocacional no mundo profissional e no do trabalho possui alguma relação com o problema descrito acima.

formação do consenso social. A ênfase recaiu totalmente no aspecto normativo e institucional do papel. A identidade seria uma derivação funcional do papel social. Goffman, ao contrário, recuperou a agência do sujeito, mostrando que há uma negociação entre o indivíduo e o papel social. Tal negociação expressa-se numa clivagem entre uma identidade real e uma virtual – novamente, percebemos a repetição do velho tema, apenas apropriado de forma diferente, da separação entre o ego e a socialização. O papel social é dado, mas estaria inscrito, principalmente numa sociedade democrática e pluralista como a americana, numa estrutura social de escolhas e preferências, permitindo uma margem de liberdade ao indivíduo. Há, desse modo, várias modalidades de adesão a um papel, desde aquela na qual o agente define-se pelo papel (“eu sou médico”, por exemplo) até aquela situação em que o agente percebe o papel social como uma atividade ou um status entre outros.

Nesse sentido, Goffman produziu uma espécie de fenomenologia da adesão, realçando a sua visibilidade social, o que chamou de “face”. O indivíduo adere a um papel social e evita, mantendo a “face”, desviar-se da conduta esperada pela sociedade. Tais expectativas tendem, caso haja um consenso social a respeito, a se institucionalizar, normatizando o papel social em termos de conduta ideal. Aderir a normas adequando o comportamento às expectativas públicas implica uma conduta parecida com a de um ator de teatro: conformar-se a um roteiro exige uma representação, isto é, uma *mise-en-scène* respeitando a liturgia e os rituais da performance teatral. O mundo seria, assim, um teatro. Como um ator, o indivíduo tem a capacidade de se ver atuando quando assume um papel social, o que acarreta uma clivagem entre a identidade real do indivíduo – ponto de partida pelo qual o ator percebe-se atuando – e sua identidade virtual – conjunto de comportamentos que moldam o papel do ator. Mas, aqui, cria-se um problema curioso: se a identidade virtual foi estudada com profundidade por Goffman, o que dizer da identidade real? O que é ela, afinal? Um núcleo profundo ocultado pela conduta teatral do indivíduo? A parte autêntica da personalidade? Postular uma identidade virtual implica logicamente uma realidade essencial guardada nas entranhas da alma do sujeito? Embora não aprofunde a natureza da identidade real, talvez Goffman defenda uma dualidade estrutural nos processos de identificação proveniente da própria disposição das interações sociais.

Pode-se criticar Goffman por ter concebido atores sem sistema, enquanto a posição funcionalista, qual um espelho invertido, teria imaginado um sistema sem atores. Um pensador que talvez supere esse problema seja Simmel (1981). Seu conceito de “forma” é muito parecido com o de “esquema” ou de “modelo” de Goffman. Para entender uma forma de socialização, por exemplo, é necessário compreendê-la como um forma enquadrada, submetida a determinados padrões, normativos ou não, de comportamento, colocando em movimento orientações recíprocas particulares. Simmel vai enfatizar tanto o papel das competências ou das capacidades cognitivas dos indivíduos, quanto a função de disposições e de sentimentos psicossociais na viabilização da vida social. Vai insistir muito, inclusive, justamente nessas últimas categorias (vistas

como categorias afetivas) e na forma pela qual a afetividade e as emoções tornam as relações sociais possíveis.

Podemos inferir que, nas formas de socialização, os momentos do pensar, do agir e do sentir devem ser abordados de uma maneira processual e unificada, rompendo com um tipo de pensamento que os separa. Os três momentos não seriam, no caso, instâncias separadas e independentes correlacionadas apenas do ponto de vista de suas articulações — a relação entre esferas separadas ocorre apenas através das articulações entre suas fronteiras. Haveria, assim, a possibilidade de compreender melhor as relações entre ação-emoção-cognição e os processos de identificação. A socialização não seria mais baseada na separação e na articulação de instâncias (pensar, agir e sentir), e sim no postulado de que tais instâncias estão intimamente imbricadas. Estaria implícita aqui uma relação de consubstancialidade entre o pensar, o agir e o sentir, isto é, os três fenômenos seriam vistos como momentos de uma unidade: a identidade (Barbier: 1998).

Contudo, ao contrário de Goffman, Simmel pôde perceber mais nitidamente, através da teoria das formas, a atuação dos agentes na formação do sistema social. As formas de socialização são o resultado das ações entre indivíduos, mas têm a característica de poderem desenvolver-se independentemente dos objetivos dos indivíduos; há, portanto, uma autonomia da forma, resultado da atividade socializante das pessoas, sendo assim uma espécie de unidade objetiva de subjetividades que está a meio caminho entre as individualidades e as formas mais objetivas do tecido social.

Assim, como podemos perceber ao longo da análise, a identidade parece sofrer de uma dualidade justamente porque o processo de identificação ocorre num mundo onde a individuação possui uma dissimetria em relação à subjetivação. Se o indivíduo constrói sua identidade a partir da socialização, o processo de identificação que formata sua “consciência de si” teria necessariamente dois momentos: a primeira em relação a si mesmo e segunda em relação ao outro. Os dois momentos seriam inseparáveis, mas seriam diacrônicos e... problemáticos: só posso saber quem sou a partir do olhar e do reconhecimento do Outro, mas como obter seu reconhecimento, fundamental para a consciência de mim mesmo, se sua experiência do mundo e de mim mesmo não pode ser vivida por mim, e sim apenas a mim *comunicada* numa interação social? Como garantir de vez a coincidência dos dois momentos? A resposta mais plausível seria que jamais será garantida a coincidência entre a identidade atribuída ou real (para si) e a identidade recebida ou virtual (para o outro). Se a identidade é socializada, isso significa que o mundo interior de uma pessoa ou sua intimidade é *também social*; mas, o inverso também pode ser verdadeiro: o valor mais social e público pode tornar-se parte ou um fantasma do mundo interior de uma pessoa. O privado torna-se público, e o público, privado; o subjetivo torna-se objetivo, o objetivo, subjetivo ou ainda, numa outra linguagem:

essa inversão fazendo o ' mais íntimo' o 'mais social' não suprime a divisão de si como realidade originária da identidade: ela o instala no próprio social, abordando-o através da expressão individual dos "mundos subjetivos" que são ao mesmo tempo "mundos vividos" e

“mundos expressados”, logo passível de serem apreendidos empiricamente (tradução nossa.- Claude Dubar, 1991: 112).

A dualidade, principalmente aquela fundada na *distinção* entre indivíduo e sociedade, pode ser um bom ponto de partida; mas, se a identidade é socializada, parte-se do princípio de que a dualidade é fundada numa semelhança de origem e estrutura – uma homologia – entre o indivíduo e a sociedade. A homologia pode até ser um fato indiscutível, mas não impede o risco de se transformar a dualidade em dualismo, isto é, numa *separação* intransponível entre indivíduo e sociedade. O esforço de uma visão interdisciplinar da identidade seria no sentido de impedir justamente a transformação da dualidade num dualismo – a eterna tentativa de se fundar uma Psicologia Social é também uma forma de se resolver o mal-estar causado pela *separação* entre indivíduo e sociedade.

Podemos, enfim, chegar a uma definição sociológica da identidade: seria uma articulação que engloba uma transação interna ao indivíduo ele mesmo e uma transação externa entre o indivíduo, os agregados sociais (grupo, classe, grupos de status, profissões...) e o meio cultural (valores, representações sociais, ideologia, imaginário...). A identidade, sendo socializada, organiza componentes sociais e psicológicos no “interior” de uma estrutura afetiva e cognitiva (“pessoa”) que permite ao indivíduo interpelar a si próprio e o mundo. Assim,

a identidade é o resultado ao mesmo tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (tradução nossa.- Claude Dubar, 1991: 111).

A identidade possui, assim, o seu fundamento na intersubjetividade. Seria o resultado de um processo dinâmico, cujo leitmotiv são as interações sociais, sendo multidimensional, mas estruturada, e possuindo uma unidade diacrônica, justamente porque se baseia numa dualidade constitutiva.

Conclusão

Mas por que então nós continuamos a sentir, apesar de a identidade ser uma “construção social”, uma unidade interior, irreduzível ao Outro?

A resposta não é fácil. Numa hipótese “forte”, a dualidade da identidade perpassaria toda a história da humanidade, fazendo parte de nossa ontologia; contudo, iremos apostar, aqui, numa hipótese “fraca”, cuja defesa inclusive já esboçamos durante a argumentação, a saber: a dualidade seria característica de nosso mundo, isto é, da Modernidade, em particular da Contemporaneidade. Seria nossa ontologia de homens e mulheres modernos e contemporâneos. A identidade seria socializada em qualquer época da história humana, é certo, mas sua expressão dual seria histórica. A sensação de termos uma unidade interior ou algo transcendental anterior à experiência

— do tipo proposto por Kant ou mesmo uma essência que poderíamos chamar de “Eu” — e de sermos, ao mesmo tempo, indivíduos separados da sociedade, isto é, de sermos indivíduos-mônadas seria uma modalidade histórica de identidade.

Ora, se toda a discussão acima está correta, vale a pena insistir ainda em algumas conseqüências para o nosso fórum íntimo. Assim, se a identidade é baseada na intersubjetividade, a “pessoa” é necessariamente “pública”, até porque uma suposta essência interior, irreduzível ao mundo “externo”, não poderia ser apreendida empiricamente. *Nós aparecemos, em toda e qualquer época, sempre de forma pública.* Não há “substância mental”, “unidade interior” ou do “espírito”, o que existe definitivamente são “pessoas”. Nossa unidade não ocorre porque existe alguma entidade interna, cujos conteúdos seriam suas únicas propriedades. O que temos “dentro” de nós seria uma síntese de fragmentos de pensamentos, de sensações e percepções. Se existe alguma unidade, ela seria menos uma coisa do que uma narrativa, isto é, uma história. Somos uma *estória* na qual somos nós mesmos o sujeito. O pronome “eu” é a marca da trajetória do indivíduo, o martelar constante das suas narrações de sujeito comunicativo e falante. O pensamento reflexivo parece ser o aprofundamento de uma necessidade adaptativa primordial de contar e recontar histórias. A identidade estaria, aqui, completamente dessubstanciada, socializada e historizada.

O *self* — ou esse tipo de autoconsciência que é, ao mesmo tempo, uma intuição de que nós temos uma unidade interior irreduzível às interações sociais — foi um produto histórico que surgiu em determinadas condições e não em outras. A individuação, amálgama de todos esses eventos que conduziram ao *self*, surgiu a partir de condições bem determinadas, não sendo um fato natural da antropologia humana. O eu puro “*constitui a expressão de uma singular conformação histórica do indivíduo pela rede de relações, por uma forma de convívio dotada de uma estrutura muito específica*” (Elias, 1994: 32). O eu puro é uma fabricação do individualismo, enquanto expressão histórica do processo de individuação⁹. Nesse sentido, o tipo de autoconsciência sentida pelo homem moderno “*corresponde à estrutura psicológica estabelecida em certos estágios de um processo civilizador*” (32). O *self* surgiu no bojo de privatizações de determinadas interações sociais, antes públicas, agora reservadas ao fórum íntimo — a confissão seria um bom exemplo de privatização de uma esfera agora tornada íntima. Tal privatização significou a necessidade histórica de se organizar e de se valorizar a privacidade, gerando um modo singular de se organizar a afetividade. Tal situação criou a condição moderna por excelência: a sensação de que temos uma unidade interior apartada da “sociedade” e de

⁹ Não se deve confundir o processo de individuação, explicado parcialmente pela divisão do trabalho social, com o surgimento do individualismo, que seria uma expressão histórica e particular do processo de individuação característico das sociedades ocidentais e europeias. Individuação é a condição necessária, mas não suficiente, do individualismo. Pode-se imaginar sociedades nas quais o processo de individuação — influenciado, inclusive, pelo aprofundamento da divisão social do trabalho — seja bastante acentuado, mas que não ocasionou o surgimento de um individualismo moral, como o existente nas sociedades ocidentais (pensamos na China, na Índia e, de uma certa maneira, no Japão).

que somos indivíduos isolados e independentes, refletindo a radicalização de um processo de individuação.

A separação entre o indivíduo e a sociedade seria uma projeção histórica dessa especial conformação psíquica. A necessidade funcional dos termos “indivíduo” e “sociedade” provém de tal estruturação psicológica. E tal terminologia, digamos assim, está inscrita nas práticas lingüísticas da sociedade moderna. Tanto “indivíduo” como “sociedade” são noções que surgem historicamente e, portanto, não existiam enquanto tal em outras épocas e sociedades. Seu surgimento possui uma afinidade eletiva com um determinado modo de vida, uma determinada forma de socialização, uma determinada forma de produzir identificação... Estão relacionadas a práticas que possuem uma história “gramatical” e que se materializam no uso dos pronomes pessoais; práticas que incorporam sistemas de identidade. Tais práticas, juntas com outras, conformam um “habitus”: “*esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade*” (150).

Assim, na nossa civilização secular, o conceito de “pessoa” é identificado a um conceito de si que seria portador de uma “unidade interior” ou “alma”. Funcionamos por dentro de práticas lingüísticas em que os outros nos situam e nós os situamos. *Aprendemos* a utilizar o pronome “eu” dessa forma. *Aprendemos* a apreender a “pessoa” pública de forma privada. *Aprendemos* a interiorizar e a internalizar uma representação da “pessoa” enquanto “unidade interior”. A dualidade de si, desse ponto de vista, seria um “reflexo” de uma exigência gramatical inscrita historicamente em práticas lingüísticas e morais. O que aprendemos é uma representação histórica de uma representação de si. Através da memória guardamos traços mnemônicos, crenças, valores, sentimentos, etc., e tal memorização seria a base para exprimirmos e criarmos uma unidade pessoal, colocando em prática uma representação de si.

Ora, tal representação não é algo que está oculto nas nossas entranhas, e sim uma representação social (Perrusi, 1995). *Ela é parte constitutiva da identidade moderna, isto é, da forma particular e histórica pela qual os processos de identificação ocorrem na nossa civilização.* Ela está inscrita na linguagem, na história e na moralidade. O campo moral seria fundamental na formação da identidade, em particular da representação moderna de si, pois as práticas morais, através das representações sociais que as veiculam, estão inscritas em práticas lingüísticas que são fundamentais para a formação da identidade. Os valores morais são traduzidos e internalizados enquanto noções encharcadas de afeto, por isso são facilmente memorizáveis, aprendidos, reproduzidos e tão impregnantes. Seria no campo moral, principalmente através da linguagem e da comunicação social, que aconteceria a formatação de nosso particular e histórico “conceito de si”. Tal representação (social) de si é o modo pelo qual percebemos este ser real: a pessoa pública. Seria, assim, absolutamente moderno percebemos essa pessoa de forma privada, isto é, como um indivíduo portador de uma “alma” irredutível ao mundo.

A representação (social) moderna de si é real, porque existe e tem uma eficácia na formação de nossa realidade social, embora embace justamente a

percepção da realidade da pessoa pública. Mas, por causa disso, ela é produtora de uma gigantesca ilusão, isto é, da crença de uma essência individual? Sinceramente, não sabemos. O que sabemos, isto sim, é que tal representação (social) de si é o produto histórico de um novo tipo de subjetividade, calcada na individualidade. Ela é a base de nossa autonomia enquanto sujeitos e de nossa independência enquanto indivíduos. Talvez ela seja uma ficção realista, uma crença mobilizadora essencial à nossa identidade, isto é, à nossa busca compulsiva de sentido – busca que “inventa” e “constrói” as próprias premissas da... busca. Sendo uma ilusão ou não, boa parte do esforço do pensamento moderno foi o de desconstruir e desmistificar a idéia de uma essência individual, descentrando a identidade e o sujeito na modernidade.

O universo moral dos (pós) modernos e seus processos de identificação diferem significativamente daqueles das civilizações anteriores. Talvez, a diferença maior resida nesse conflito intransponível entre o indivíduo e a sociedade. O conflito existe do fato de a sociedade “morar” no indivíduo; mas não apenas por isso: o problema é que, na Modernidade e, principalmente, na Contemporaneidade, a moradia não é bem quista, principalmente quando entra em contradição com o desejo individual de unidade e totalidade; um desejo que leva a perceber a identidade não mais como dada e sim como “construída”; um desejo que implica uma rotina menos traçada por um destino pré-determinado do que condicionada pelo sucesso.

A identidade tornou-se, na verdade, um *artefato* e implica uma completa humanização da natureza humana. O que era dado pela vida, agora se está exigindo que seja construído – situação muito mais estressante e produtora de psicopatologias (Perrusi, 2002). Uma construção sem tradição e sem pontos de referência, na qual quem oferece sentido à vida seria o indivíduo solitário, sempre em busca do sentido perdido, para parodiar uma fórmula famosa. Contexto, sem dúvida, de intensa liberdade, mas uma liberdade perigosa, como percebeu Nietzsche, até mesmo liberticida... O indivíduo pós-moderno libertou-se do “nós”, parecendo ter uma capacidade ilimitada de escolhas e possuindo um imenso poder; contudo, apesar disso, vive num eterno pêndulo entre a embriaguez e o terror. Ele parece estar “condenado à liberdade”, bem mais do que pensava Sartre. Tal condenação é, ao mesmo tempo, seu privilégio e seu exílio (Guillebaud, 1995). Sua política é a da ambivalência: de liberdade em liberdade, de fundamentalismo em fundamentalismo. Não há política de identidade que dê jeito. A base do sofrimento pós-moderno (sofrimento essencialmente baseado no fracasso e na depressão) está na sua liberdade. Sofrimento e liberdade são provenientes da mesma condição, e isso é o *grande paradoxo*. Parece que Marx estava sendo intensamente pós-moderno quando diagnosticou: “o apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões” (Marx: 46, 2001). Enfim, parece que a obsessiva construção subjetiva de si mesmo gerou uma fadiga absolutamente moderna: o cansaço do “eu” – “um supremíssimo cansaço; íssimo, íssimo, íssimo. Cansaço” (Fernando Pessoa). Quem sabe, por isso, as crises de identidade não morem mais na filosofia, e sim nos divãs de psicanalistas. Talvez muito pior seria se pior fosse.

Bibliografia

- BOUDON, Raymond. 1986. *L'idéologie*. Paris: Fayard.
- BARBIER, Jena-Marie & GALATANU, Olga (orgs.). 1998. *Action, affects et transformation de soi*. Paris: PUF.
- CASTELLS, Manuel. 2000. *O poder da identidade*. Volume II. São Paulo: Paz e Terra.
- DUBAR, Claude. 1991. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- DUMONT, Louis. 1983. *Essais sur l'individualisme*. Paris: Seuil.
- EDELMAN, G. L. 1992. *Biologie de la conscience*. Paris: Odile Jacob.
- ELIAS, Nobert. 1991. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Éditions de l'aube.
- ELIAS, Nobert. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ERIKSON, E. 1966. *Enfance et société*. Neuchâtel: Delachaux et Nestlé.
- FREUD, S. 1987. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot.
- GAUCHET, Marcel. 1992. *L'inconscient cerebral*. Paris: Le Seuil.
- GOFFMAN, Erving. 1973. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Vol I, Paris: Ed. Minuit.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. 1995. *La trahison des lumières: enquête sur le désarroi contemporain*. Paris: Seuil.
- HALL, Stuart. 2001. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- HARRÉ, Rom. 1993. *Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales*. In, JODELET, Denise (org.). *Les représentations Sociales*. 3ª edição. Paris: PUF, pp. 116 a 131.
- LACAN, J. 1978. *Le séminaire, II*. Paris: Seuil.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J-B. 1980. *Vocabulário da psicanálise*, São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- MacINTYRE, A. 1997. *Après la vertu: études de théorie morale*. Paris: PUF.
- MARX, Karl. 2001. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Martin Claret.
- MEAD, G-H. 1963. *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.
- PERRUSI, Artur. 2002. *Utopia da saúde perfeita: a nova ideologia do corpo na modernidade*. Revista CAOS. Disponível em www.cchla.ufpb/~caos. Acesso em: 07 jan.
- PERRUSI, Artur. 1995. *Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo: Cortez.
- PIAGET, Jean. 1982. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- RENAUT, Alain. 1989. *L'ère de l'individu*. Paris: Gallimard.
- ROUANET, Sergio P. 1987. *A razão cativa. As ilusões da consciência: de Platão a Freud*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- SARTRE, Jean-Paul. 2002. *A Náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SIMMEL, George. 1981. *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF.
- WEBER, Max. 2000. *Economia e sociedade*. Vol. 1, 4ª edição, Editora UnB.
- WEBER, Max. 1964. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon.

RESUMO

O vazio eternamente a ser preenchido: uma discussão sobre a identidade

O artigo faz uma análise crítica do conceito de identidade. Busca situar o conceito de identidade em relação às ciências sociais a partir de uma visão multidisciplinar. O artigo empreende também uma discussão sobre a identidade moderna, procurando compreender essa revolução que fez os modernos perceberem-se como seres dotados de interioridade e de um “eu” possuidor de profundidade.

Palavras-chave: identidade; sujeito; indivíduo.

RÉSUMÉ

Le vide impossible à combler: une discussion sur l'identité

Le texte propose une analyse critique du concept d'identité. Il s'agit de situer le concept d'identité par rapport à la science sociale à partir d'une approche pluridisciplinaire. Il est encore question de dresser un tableau de l'identité moderne tout en essayant de comprendre cette révolution inouïe qui a fait que les modernes se voient comme des êtres dotés d'intériorité et d'un « moi » investi de profondeur.

Mots-clé: identité; sujet; individu.

PRÁTICA PROFISSIONAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ENFERMEIRO NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Maria de Fátima Santos de Araújo

Introdução

Este trabalho¹ tem por objetivo analisar a construção da identidade profissional do enfermeiro participante do Programa de Saúde da Família (PSF), implantado no Brasil em 1994 pelo Ministério da Saúde. Procura-se verificar a configuração de uma prática num espaço demarcado pela interdependência com diversos profissionais e a participação da comunidade.

O PSF é estruturado em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde, os Municípios e Instituições de Ensino Superior e procura atingir prioritariamente parcelas mais pobres da sociedade. O seu funcionamento se dá através de uma Unidade de Saúde da Família, com uma equipe composta por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde, embora outros profissionais possam ser incorporados.

Esse Programa contempla, em sua proposta teórica, a valorização do trabalho em equipe, a partir do ideal de uma nova cultura no trabalho onde se atribui a co-responsabilidade entre os profissionais, creditando a esses aspectos a capacidade de dar novos contornos às relações sociais dentro do espaço de trabalho.

Ao estabelecer novas formas de organização do trabalho, através de mudanças estruturais na assistência em saúde, o PSF vem requisitando do profissional de saúde uma nova ética profissional na qual o compromisso constitui-se requisito básico. A divisão de trabalho se dá de forma a intensificar o nível de interação entre os diversos profissionais através da execução de um trabalho integrado, de modo que possa repercutir na percepção que cada profissional tem de si e dos outros, contribuindo assim para o surgimento de mudanças no perfil desse trabalhador e influenciando a construção de sua identidade profissional.

O modelo apresenta-se como uma alternativa para reorganizar a atenção básica de saúde no Brasil, a partir de uma concepção de trabalho que se notabiliza pela proposta do estabelecimento de inter-relações entre os vários setores responsáveis pela assistência à saúde, promovendo uma ação mais ampliada dos serviços que se inicia na Unidade Básica e vai até os níveis de maior complexidade.

O PSF acena com a redefinição do conceito de saúde e da prática profissional. Constitui um espaço onde a reelaboração de identidades profissionais está em curso e que sintetiza influências contraditórias de proposições do movimento sanitário e de implantação de reformas decorrentes de novas concepções da atuação estatal.

¹ Integra tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação da UFPB em junho de 2003.

Trata-se da proposição de uma organização de trabalho em que, teoricamente, o enfermeiro exerce um papel preponderante, desde o planejamento das ações até a assistência, o que torna sua ação diferente daquela que ocorre em instituições estruturadas no modelo tradicional.

A característica multiprofissional do PSF e o papel desempenhado pelo enfermeiro contrastam com a indefinição existente em outras instituições, indefinição marcada pelas diferentes atividades desempenhadas, nem sempre compatíveis com a sua formação, dificultando o delineamento de seu perfil enquanto profissional. Historicamente, devido a problemas relacionados à ambigüidade de sua inserção no campo das profissões, a trajetória desses trabalhadores é caracterizada pela luta permanente pela legitimação de suas atividades como ocupação de nível superior e pela conquista de prestígio social.

Nesta pesquisa procurou-se conhecer o enfermeiro no PSF a partir da imagem que constrói de si mesmo, em contraposição à imagem do outro, o médico, o profissional com o qual mantém, historicamente, relações de subserviência e de conflito no processo de trabalho. Essa construção tem por base as relações estabelecidas no contexto do trabalho em equipe, na interação com o objeto de trabalho (a família), frente às experiências vivenciadas em sua trajetória profissional.

Foram realizadas vinte e nove entrevistas com enfermeiros e médicos, a partir de roteiros semi-estruturados, em dez municípios paraibanos, onde se constataram, entre outras coisas, especificidades na inserção e na prática dos profissionais inseridos nos Programas, devido a características contextuais na sua implantação e funcionamento. Junto com as entrevistas foram feitas visitas às Unidades de Saúde para conhecer o cotidiano de trabalho e o funcionamento interno dessas Unidades. Deve-se ressaltar que a Paraíba foi um dos primeiros Estados a ter o PSF implantado (1994), o que permite recuperar questões vinculadas a sua implementação e consolidação.

Profissão: vocação, orientação para o serviço e autonomia

Para a discussão sobre identidade profissional tomou-se como referência as categorias *vocação, orientação para o serviço e autonomia* utilizadas por Moore (1970), na construção de um tipo ideal de profissão.

A *vocação* (ou o chamado), definida como a adesão às normas e padrões que identifica o trabalhador com o companheiro de profissão e com a profissão como coletividade (op.cit.p.16), foi historicamente considerada como um elemento forte na opção inicial pela profissão de enfermagem.

Aliada à questão vocacional, persiste a busca pela afirmação profissional, pelo fato do trabalho do enfermeiro ter sido quase sempre organizado em função do trabalho médico; todo um conjunto de tarefas decorre do ato médico para assegurar o tratamento da doença. Em consequência deste modelo e de sua origem, o enfermeiro permaneceu longe de um saber mais elaborado e diferenciado que lhe conferisse maior autonomia no trabalho.

Mackay levanta duas questões a respeito da tentativa de mudança de rumo para a profissão, que devem ser consideradas: o fato de que para o

enfermeiro é atrativo ser um profissional estabelecido em igualdade com o médico; ou que "...algo intrínseco à prática de enfermagem pode ser perdido se o elemento vocacional for extinto[...] isto é uma ideologia ocupacional que tem orientado enfermeiros e a prática de enfermagem nos últimos cem anos".(1998, p.69)

A *orientação para o serviço* é entendida como normas determinadas para o exercício das ocupações, no sentido de orientar os procedimentos técnicos da profissão voltados para o atendimento dos interesses do cliente e não dos seus como profissional. (Moore, idem, ibidem) Deve ser analisada levando em consideração o compromisso social assumido pelo profissional no sentido de contribuir com a melhoria das condições de saúde da população assistida.

Como lembra Larson (1977), a *orientação para o serviço* é também o atributo que mais permite distinguir uma profissão da outra, por envolver definições e regras de comportamentos de cada ocupação, a serem cumpridos ou vivenciados coletivamente.

A discussão feita por Moore sobre *autonomia* na escala do profissionalismo visa considerá-la como o valor mais importante para membros auto identificados em uma categoria ocupacional. Assim, à medida que há um crescimento da especialização técnica, cresce também a *autonomia* relativa do especialista. Segundo o autor, por se estar lidando com uma escala pura, uma *autonomia* pura depende de critérios claros, de modo que se possa distinguir o profissional do leigo. (idem, ibidem)

A *autonomia* profissional é atribuída normalmente às profissões estabelecidas que possuem uma base cognitiva sólida. Esta posição teórica enquadra como semiprofissão, entre outras ocupações a enfermagem, o que na prática é refletida pela hierarquização existente na sociedade entre os profissionais de saúde, colocando-a numa posição subalterna nos serviços de saúde.

O *profissionalismo* é visto como uma escala, um *continuum* - e não como um grupo de atributos com valores diferenciados e pontuais - um processo em que cada atributo alcançado pelas diversas ocupações pode significar uma maior aproximação do *status* de profissão. Nesta perspectiva, o maior obstáculo para o enfermeiro chegar ao topo do *profissionalismo* é a ausência de um conhecimento esotérico, entendido como um conhecimento reservado a um círculo restrito de profissionais. (idem, ibidem)

Os elementos que constituem o *profissionalismo* não são sempre constantes e claros, nem o *profissionalismo* é sempre valorizado. Uma diferença entre o verdadeiro profissional e o semiprofissional é que o primeiro trata sempre clientes específicos. A isso pode ser adicionado o fato de bem estar dos clientes e dos profissionais ser afetado pela competência e qualidade do serviço realizado. Uma dificuldade para muitas abordagens acadêmicas na definição de *profissionalismo* é encontrar as características de um tipo ideal de uma categoria ocupacional que possa ser distinguida com facilidade. (idem, ibidem).

Elliott considera que a identidade profissional é importante para permitir que o indivíduo crie uma imagem de si mesmo, e "...a adoção de uma identidade profissional supõe um impacto sobre o pensamento e o comportamento

através de aperfeiçoamento de ideologias profissionais claras e distintas.(1975, p.138)

O debate em torno do conceito de identidade profissional se desenvolve na busca da compreensão dos mecanismos pelos quais uma ocupação historicamente alcança o *status* de profissão, e como esses grupos profissionais adquirem poder e prestígio, influenciando setores da vida em sociedade.

A indefinição de papéis, o desprestígio social e a falta de *autonomia*, tanto nos serviços como em relação aos médicos, tão comentados na literatura que analisa a profissão do enfermeiro, assim como acomodação e a apatia desse profissional diante de tal situação são marcas da trajetória profissional desses trabalhadores.

Entretanto, essa discussão quando direcionada para o Programa de Saúde da Família, permite demonstrar os avanços na profissionalização da enfermagem e rompe de certa forma com a visão estática que procura distinguir uma profissão de uma semiprofissão. O conhecimento e a competência especializados adquiridos nos treinamentos, a autonomia técnica e o controle sobre o trabalho no desempenho de suas funções, tratamento de clientes especializados através da consulta de enfermagem, podem contribuir para elevar o grau de profissionalização do enfermeiro e para reconstrução de sua identidade profissional.

Nessa perspectiva, adotou-se a caracterização feita por Médici et al (1991), que inclui como profissionais de saúde todos aqueles que, estando ou não empregados no setor saúde, têm formação profissional específica ou capacitação prática ou acadêmica para o desempenho das atividades ligadas diretamente às ações do setor saúde. Ressaltam ainda, que o importante na definição do profissional de saúde é sua formação ou capacitação, constituída por um conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos com vistas a atuar no setor.

O processo de profissionalização do enfermeiro no PSF se expressa na busca pelo poder em igualdade de condições com os demais profissionais e pela definição de seu espaço de trabalho. Assim, os modelos abstratos de atributos utilizados como referência para a análise da posição desta categoria, são aplicados sem a preocupação de seguir rigidamente suas proposições teóricas.

Por outro lado, a enfermagem vem fortalecendo a base científica na sua formação e abrindo frentes de investigação nos vários campos, o que certamente vem contribuindo decisivamente para um maior controle sobre o seu trabalho e uma maior profissionalização.

O enfermeiro e o PSF

O crescimento dos serviços públicos municipais na década de 80 no Brasil, com prioridade para a atenção básica, foi a principal mudança no modelo assistencial brasileiro. O Programa de Ações Integradas de Saúde (SUDS, 1987) e o Sistema Único de Saúde (SUS, 1988), representaram as bases dessas mudanças.(Campos, 1992)

Com o SUS, busca-se o avanço na descentralização no setor público

visando integralizar cada vez mais a assistência, tentando-se estimular a implantação de suas diretrizes. A criação dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em 1991 e de Saúde da Família (PSF) em 1994 foram estratégias utilizadas para atingir esses objetivos.

O PACS tinha por objetivo preparar pessoas da comunidade para, em contato com as famílias através de visitas domiciliares, conhecer os principais problemas de saúde e socioculturais, além de desenvolver ações de educação em saúde e servirem de elo entre a comunidade e outros serviços necessários à melhoria da qualidade de vida da população.

O Programa de Saúde da Família surge a partir da experiência acumulada pelo PACS e representa hoje a principal estratégia de descentralização dos serviços de saúde e foi analisado destacando-se os aspectos relacionados à atuação do enfermeiro.

Propõe a inversão do modelo tradicional de organização dos serviços de saúde, centrado no médico, que reserva aos demais profissionais que compõem a equipe de saúde papéis coadjuvantes. Tendo por base uma equipe multiprofissional, espera-se que os profissionais passem a ter no PSF melhor definição de suas competências e maior controle de suas atividades, no qual deve prevalecer a proposta de compartilhamento e confiança mútua em todo o desenvolvimento do processo.

A Unidade de Saúde da Família é o espaço físico onde se desenvolve a maior parte das atividades do Programa. Possui uma estrutura mais ou menos padrão, embora existam variações entre as unidades e/ou municípios nas condições físicas e no número e tipos de equipamentos. A população assistida por cada equipe é de no máximo 4.500 habitantes ou entre 600 a 100 famílias. Na Paraíba a população assistida é em média 3.500 pessoas por equipe.

Em geral essas Unidades possuem uma sala de recepção (onde são feitas as fichas dos pacientes e a triagem), um consultório médico, um consultório de enfermagem, uma sala de preparo para vacinação, uma sala mais ampla para a realização de palestras com a comunidade e um refeitório.

O atendimento ambulatorial é feito a partir de uma demanda programada nessa Unidade. O atendimento é realizado individualmente ou em grupos, onde a idade, o sexo e patologias são os critérios básicos utilizados para sua organização, enfatizando medidas preventivas de saúde. Paralelamente, são feitas visitas domiciliares para atendimento de casos especiais, além de ter o objetivo de conhecer melhor a realidade socioeconômica das famílias e de promover uma maior aproximação destas com a equipe de saúde.

O planejamento das ações é elaborado pela equipe, havendo descontinuidade na sua execução em função de necessidades de assistência mais urgentes surgidas na comunidade. Este planejamento segue uma programação elaborada pelo Ministério da Saúde, na qual a população deve ser assistida basicamente por grupos de patologias e/ou faixas etárias.

O processo de trabalho desenvolvido no PSF tem proporcionado ao enfermeiro uma participação efetiva em todas as suas etapas, que vão do planejamento das atividades até a sua execução. A assistência à comunidade

é dada através de ações individuais, através de consultas e de ações coletivas que envolvem palestras educativas e o desenvolvimento de campanhas, procurando intensificar um trabalho preventivo com crianças, adolescentes, hipertensos e mulheres.

O enfermeiro tem avançado no controle das suas atividades previstas tanto no Regulamento do Exercício Profissional como pelo Ministério da Saúde, apesar das reações surgidas por parte do médico. Atividades de planejamento, organização, execução e avaliação das ações, consulta de enfermagem, exame físico, diagnóstico de enfermagem, são efetivamente atribuições que o enfermeiro vem assumindo no PSF.

Cabe ao enfermeiro conhecer o paciente, identificar os seus problemas e necessidades (consulta e histórico); realizar a prescrição de enfermagem que são as condutas seguidas pelo enfermeiro, que direciona e coordena a assistência de forma individualizada ou em grupo, mas de forma contínua. A prescrição de enfermagem inclui toda orientação dirigida à comunidade como forma de prevenção e proteção à saúde, e até prescrição de medicamentos e requisição de exames em programas de saúde pública, além de acompanhar o processo saúde-doença em curso.

A execução das atividades ao mesmo tempo em que são realizadas conjuntamente, em alguns momentos são também desenvolvidas de forma independente. Quando se trata, por exemplo, de pré ou pós-natal ou preventivo ginecológico, a consulta inicial é feita pelo enfermeiro, tendo este profissional autonomia para decidir os casos que necessitam de um encaminhamento ao médico. Duas atividades são exclusivas do enfermeiro: o acompanhamento das atividades dos agentes comunitários de saúde e a responsabilidade pela cobertura da vacinação.

O Programa exige uma maior aproximação do profissional com a população e o seu cotidiano, requerendo deste, habilidades específicas quase sempre não exigidas em experiências anteriores; ao enfermeiro é dada a oportunidade de avançar em áreas que vão desde o planejamento e coordenação das ações em saúde, até a consulta de enfermagem.

Entende-se que o controle sobre o processo de trabalho, que envolve uma determinada área de conhecimento e técnica, é fundamental para a construção da identidade e manutenção de um grau elevado de profissionalização das diferentes categorias ocupacionais. A partir do Programa de Saúde da Família, se tem, de certa forma, uma visão diferente do que se denomina profissão e semiprofissão e, por isto mesmo, esses conceitos são analisados de forma mais dinâmica e abrangente.

A percepção do enfermeiro do PSF e a reconstrução de uma nova identidade

Procurou-se resgatar a trajetória profissional do enfermeiro comparando-a com a experiência vivenciada no PSF, uma vez que as atividades desenvolvidas por estes profissionais em instituições de saúde que adotam um modelo tradicional de prestação de serviços, apresentam diferenças significativas quando comparadas às atividades deste Programa.

O PSF, enquanto proposta, segue princípios que colocam como prioridade o vínculo e o compromisso do profissional para com a comunidade. Os enfermeiros parecem ter assimilado estas proposições, embora se reconheça que há um condicionamento social em relação a sua atuação na qual sua função seria cuidar do paciente e humanizar a saúde.

Entre os entrevistados, a enfermagem não foi a profissão escolhida de imediato pela maioria. Destes, seis fizeram o primeiro vestibular para medicina, quatro para a odontologia e três para cursos de outra área, o que reflete a escala de valorização das profissões na área e o perfil socioeconômico dos ingressos de cada curso. Tal escala de valorização considera como profissões “maiores” a odontologia e a medicina, cursos geralmente “reservados” para indivíduos de estratos mais elevados da sociedade. Mesmo assim, afirmam que a *vocação* ou “o gostar” da enfermagem é determinante para continuar exercendo a profissão.

O fato de “estar bem” profissionalmente não impede que dúvidas surjam sobre a permanência na profissão. As insatisfações no exercício profissional acompanham suas trajetórias profissionais. A ausência de melhores perspectivas oferecidas pelo mercado de trabalho, os baixos salários e a posição subalterna em geral ocupada nos serviços, são os principais motivos apontados para certo desencantamento com a profissão.

O PSF parece ter modificado a visão do enfermeiro sobre o futuro da profissão. O redirecionamento da atenção básica em saúde - em que se estabelece a possibilidade do exercício da prática profissional com *autonomia* -, e as inovações na formação do profissional de enfermagem enfatizando os conhecimentos técnicos e científicos inerentes à profissão, são alguns dos indicadores responsáveis por essa mudança de perspectiva.

Na percepção dos enfermeiros, a proposta do PSF de incentivar uma maior integração dos profissionais tem lhes permitido um maior controle sobre o seu objeto de trabalho, aspecto que reflete naturalmente na questão da identidade profissional. Em consequência, a *autonomia* tão almejada por este profissional parece ter caminhado significativamente, em decorrência da nova dinâmica dos serviços baseada no trabalho em equipe, ou seja, do compartilhamento de saberes e decisões. Tomando como referência às práticas desqualificadas a que tinham acesso anteriormente, esta experiência aparece nas falas como representando de fato uma nova oportunidade para a realização profissional.

O enfermeiro tem sentido este avanço na medida em que tem uma participação igualitária nas decisões tomadas pela equipe, principalmente junto ao médico. Outra conquista se refere à sua relação com a comunidade e a forma como esta lhe vê na escala hierárquica, não estabelecendo muita diferença entre o enfermeiro e o médico, ou seja, a comunidade vê o enfermeiro como “doutor” ou, às vezes, como um “quase-doutor” em função das restrições que são peculiares à profissão nas atividades de consulta e de prescrição.

...para a comunidade a sua identidade ainda está meio confusa, vai identificar a enfermeira com o auxiliar. Por mais que façamos

consulta de enfermagem, por mais que eu faça minha ação[...] eles me atribuem a identidade do médico. Às vezes eles dizem: você é quase-doutora”, porque não estudou mais um pouquinho[...] (Enfermeira “B”)

Com relação à organização do trabalho, as experiências relatadas pelos enfermeiros que trabalharam em saúde pública, antes do PSF, apontaram algumas semelhanças em relação àquelas vivenciadas em hospitais, tais como parcelamento das atividades, a hierarquia e a ausência de vínculo com a população assistida.

Trabalhar em saúde pública para aqueles que optaram por esta área, nem sempre foi sinônimo de satisfação profissional. A ausência de condições adequadas de trabalho nas instituições de saúde tem sido o principal empecilho apresentado para a realização de um trabalho com resultados satisfatórios.

Ao compararem o trabalho desenvolvido no PSF com o anterior realizado na Unidade de Saúde, alguns profissionais declararam:

...antigamente eu vinha na Unidade, atendia um paciente e ele ia embora e talvez só o visse daqui a três ou quatro meses. Aqui conhecemos as pessoas pelo nome, sabemos os problemas delas, onde moram[...] Eu atendo um hipertenso e sei se realmente ele está fazendo a dieta[...] (Enfermeira “L”)

Vi no PSF a oportunidade de praticar e de contato com tudo aquilo que sempre sonhei: a questão da saúde pública, a questão da prevenção, o trabalho junto com a comunidade, o trabalho onde houvesse uma coletividade, participação. (Enfermeira “O”)

Esses depoimentos refletem a inexistência de um envolvimento anterior, com conseqüências na percepção do “valor” atribuído à sua atividade, a partir de mudanças qualitativas no atendimento e em sua relação com a população atendida.

Quanto à *vocação*, houve uma tentativa por parte dos entrevistados de demonstrar a existência de um peso similar entre essa questão e a profissional, pelo que ela tem representado para a enfermagem. Entretanto, é importante considerar o processo de profissionalização por que passa a profissão, exigida principalmente pelas mudanças nos serviços de saúde que tendem a minimizar a idéia de *vocação*, embora esta apareça nas falas dos entrevistados com uma certa ênfase. A atração pelo PSF tem como motivação principal a questão salarial, por representar hoje a melhor oportunidade no mercado para o enfermeiro, o que vem a reforçar a mudança de “tom” da questão da *vocação*.

Constatou-se também, uma elevada compreensão das normas determinadas e dos procedimentos técnicos recomendados pelo Programa, assim como do compromisso social que o enfermeiro estaria assumindo ao ingressar em um Programa que aponta na direção da mudança do modelo assistencial, visando a melhoria das condições de saúde da população.

Desta forma é comum a participação dos enfermeiros na maioria dos cursos de capacitação oferecidos, não só na área técnico-científica, mas em todos aqueles propostos pelas Secretarias de Estado.

Vejo pontos importantíssimos no PSF: um deles é a reorganização da atenção básica; outro seria a luta pela busca de integração de uma família. A gente lida com famílias carentes, excluídas socialmente e acho que o PSF mergulha nessa questão[...] (Enfermeira "P")

...como enfermeira, o Programa me deu a oportunidade de fazer o meu trabalho dentro da enfermagem; um trabalho educativo, um trabalho também clínico porque antes eu não tinha atividade na assistência. Agora com essa mudança de modelo é que realmente a enfermagem está fazendo o seu trabalho e não se vê mais escudo ou auxiliar de médico. (Enfermeira "O")

As mudanças na prática profissional tornam-se evidentes. A natureza do trabalho tem levado a conquista de um espaço no qual o papel do enfermeiro parece estar conseguindo um perfil mais bem delineado. Este Programa aparece como a oportunidade para um reconhecimento social no qual fortalece as aspirações identitárias desses profissionais.

A proposta de trabalho em equipe do Programa, se concretizada, significa um passo importante para superação da subordinação habitual, presente em sua prática cotidiana, dando lugar a um espaço de aprendizagem e de troca de experiências.

O PSF vem resgatar tudo aquilo de se trabalhar na saúde pública, todas as ações... pré-natal, puericultura, tudo que sonhamos em saúde pública além de procurar resolver as questões da comunidade... o enfermeiro tem o maior espaço, tem liberdade... você trabalha em equipe, mas tem espaço de conduta só seu, as consultas[...] você de igual para com o médico.

E prosseguiu:

No PSF você tem continuidade nas ações e uma equipe que está realizando. Antes eu trabalhava isolada numa casinha[...] outra coisa que também é um avanço no PSF é a humanização, é o vínculo que eu tenho com a comunidade e com aquele paciente... as pessoas me conhecem, sabem o nome[...] há uma aproximação, não tem aquela diferença da doutora[...] me sinto realizada por aquilo que eu faço; não que esteja tudo perfeito, ao contrário, é um desgaste quando você não vê as coisas acontecendo como eram para acontecer[...] (Enfermeira "B")

As falas tendem a expressar maior realização profissional no trabalho desenvolvido no PSF, mesmo com as dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho.

Destacam a sua valorização profissional através do trabalho em equipe (por ser realizado em igualdade de condições com os outros profissionais), e o aumento da auto-estima relacionada, principalmente, com a atuação frente ao médico. A responsabilidade pela supervisão dos agentes comunitários de saúde atribuída aos enfermeiros, mesmo representando às vezes, uma sobrecarga de trabalho, indica um poder de intervenção significativo frente ao desenvolvimento dos trabalhos da equipe com ressonância imediata na comunidade.

Outro aspecto a enfatizar é a prática do exercício da enfermagem. Ao contrário do que acontece em instituições hospitalares, que atribuem a estes profissionais tarefas administrativas, ao mesmo tempo em que delega aos profissionais paramédicos tarefas que deveriam ser executadas por enfermeiros, no PSF o trabalho desenvolvido pelo enfermeiro avança principalmente em relação à consulta de enfermagem. A participação efetiva das decisões no trabalho em equipe torna-se cada vez mais, indício de que o enfermeiro está de fato “marcando” seu lugar, buscando superar a relação de subalternidade com os médicos. Outros depoimentos reafirmam essa questão:

...o enfermeiro fica responsável pelos agentes de saúde e por toda a parte burocrática[...] vejo que a partir do PSF a questão da consulta de enfermagem se consolida mais, o enfermeiro hoje consegue ter uma autonomia maior para cuidar do paciente, de responder muitas vezes por ele[...] eu sei que sou um enfermeira, mas como enfermeira tenho uma certa autonomia para cuidar do paciente”. (Enfermeira “L”)

As atividades burocráticas referidas por esse enfermeiro, não são semelhantes às atividades administrativas desempenhadas em outras instituições. Aqui, elas dizem respeito à coleta e sistematização de dados a serem encaminhados às Secretarias de Saúde e ao Ministério da Saúde.

...o enfermeiro tem mais autonomia, ele não é mais assim tão dependente; tem o controle também da assistência, do paciente. Éramos mais um administrador de prescrição e hoje não somos mais[...] (Enfermeira “I”)

Há ainda uma questão polêmica e que tem provocado um certo incomodo na relação entre médicos e enfermeiros: é a questão da prescrição de medicamentos e exames realizada pelo enfermeiro. Essa não foi suficientemente resolvida entre eles. Há opiniões bastante divergentes dentro do PSF, nas duas categorias. Por mais que o Ministério da Saúde tenha padronizado e definido os limites da prescrição feita pelo enfermeiro, assim

como a Legislação do Exercício da Enfermagem, há controvérsias sobre o assunto. Por parte de alguns médicos existe uma forte reação e alguns declaram ser contra a prescrição pelo enfermeiro em qualquer situação. Entre os enfermeiros, percebe-se também que ainda há insegurança no meio de alguns, mesmo nas situações em que lhes são permitidos tais procedimentos.

Quanto à avaliação de sua inserção no Programa, os enfermeiros, afirmam ter consciência do seu papel social, da sua responsabilidade diante de uma comunidade onde eles estabeleceram vínculos e por isso conhecem os principais problemas vivenciados por ela. O trabalho desenvolvido pelo PSF inevitavelmente exige uma aproximação maior do profissional com o cotidiano da população, permitindo o conhecimento das estratégias de sobrevivência utilizadas por ela. Como o PSF propõe o enfrentamento dos problemas de saúde diretamente na comunidade, o profissional precisa de uma preparação e uma dedicação especiais, completamente diferente daquela exigida em sua prática profissional anterior.

Um ponto que tem evidenciado divergências é o relacionado à questão da remuneração diferenciada para os dois grupos de profissionais. Mesmo reconhecendo que houve uma melhora substancial de seus vencimentos, se comparado com o que é oferecido normalmente no mercado, há uma insatisfação muito grande entre os enfermeiros pelo fato de permanecerem com honorários inferiores aos dos médicos. Porém, esta questão parece não criar problemas entre eles enquanto categoria. Eles tendem a colocar a “culpa” nas administrações municipais, que são as responsáveis pela contratação e fixação dos salários profissionais.

Conclusões

O PSF vem permitindo ao enfermeiro dar importantes passos no processo de redefinição de sua prática profissional.

A concepção e a prática introduzidas pelo PSF no processo de trabalho em saúde favoreceram não só a transformação na assistência, mas também na atuação do profissional. A ênfase no trabalho em equipe se não extinguiu, pelo menos amenizou a hierarquização existente entre as diferentes categorias, da mesma forma que contribuiu para que os conflitos e os problemas surgidos no cotidiano do trabalho sejam administrados de forma mais adequada, o que, certamente, tem reflexos na melhoria da gestão dos serviços.

Mesmo considerando os limites estruturais e conjunturais apresentados, fugindo até mesmo dos princípios preconizados pelo SUS, este Programa tem representado para aqueles que estão diretamente envolvidos uma nova realidade na assistência em saúde para parcela mais carente da sociedade brasileira.

Se para o médico, com a formação voltada para as especialidades, o PSF pode representar uma perda de *status*, principalmente pelo fato de lidar prioritariamente com ações preventivas, além de cuidar de uma clientela em sua maioria caracterizada por uma situação de muita pobreza, para o enfermeiro tem sido o contrário, significando uma conquista de maior *status*.

A adoção da co-responsabilidade no Programa tem representado uma maior valorização do enfermeiro, minimizando as dificuldades normalmente presentes nos relacionamentos entre os profissionais, principalmente pela já conhecida resistência do médico para aceitar o enfermeiro como um profissional de nível superior, em igualdade de condições para tomar decisões na equipe.

A proposta de definição das ações de forma horizontalizada vem criando um espaço de maior respeitabilidade pela participação e colaboração de cada um na elaboração de estratégias de ação, estimulada também pela realização conjunta do planejamento das ações de saúde. Assim, pode-se perceber uma certa relativização ou mesmo oposição no conceito de *autonomia* profissional quando analisada considerando a proposição do PSF. Os profissionais são assalariados, as atividades básicas a serem cumpridas são determinadas pelo Programa e existem instâncias avaliativas do trabalho desenvolvido pelos profissionais em nível institucional e na sociedade.

Entretanto, entre os profissionais existe uma certa *autonomia* na medida que as decisões são tomadas em equipe, sem o comando direto de uma autoridade e executadas de maneira a assegurar o desempenho no exercício profissional com mais independência.

A nova configuração do trabalho, numa perspectiva multiprofissional, tem conseguido quebrar, em parte, as resistências predominantes nas velhas formas de organização do trabalho, ao buscar superar a fragmentação existente no processo de trabalho das categorias profissionais envolvidas no Programa.

Os enfermeiros, com uma formação historicamente direcionada para uma estrutura tradicionalmente hierarquizada e de relações verticalizadas, vêm, paulatinamente, transformando sua visão ao encararem a proposta do PSF como um modelo de proposição de um poder partilhado. Mesmo percebendo os limites políticos e institucionais para viabilizar parte de suas ações, vêm neste Programa não só um espaço de recriação do trabalho em saúde, mas, sobretudo, um espaço e uma forma de se estabelecer o seu "lugar" profissional até então difuso pela atomização das inserções e das atribuições. Este sentimento de "localização" (como símbolo de pertencimento) não o situa apenas no espaço de trabalho, mas é este que "inscreve" enquanto pessoa pertencente de fato àquele "território" profissional, e não outro, e tem como desdobramento o reconhecimento social disto.

Bibliografia

- AGUDELO, Maria Consuelo Castrillon. 1995. El Trabajo en Enfermería. In: Machado, Maria Helena (org.), *Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. 1992. *Reforma da Reforma*. São Paulo: Hucitec.
- ELLIOTT, Philip. 1975. *Sociologia de las Profesiones*. Madri: Tecnos.

- FABBRO, Márcia Regina Cangiani. 1996. O Processo de Formação de Identidade da Enfermeira: trabalho e poder no contexto hospitalar. Campinas - SP: (dissertação de mestrado).
- FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, P. J. 1990. A Universalização Excludente: Reflexões sobre as Tendências do Sistema de Saúde. In, *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: v.33, n. 2, p. 257-283.
- HALL, Richard H. 1968. Professionalization and Bureaucratization. In, *American Sociological Review*. v. 33, n.1, p.92-104, February.
- LARSON, Magali S. 1977. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- MACKAY, Lesley. 1998. Nursing: will the Idea of Vocacion Survive?. In, ABBOTT, Pamela & MEERABEAUL. *The Sociology of the Caring Professions*. Londres: UCL, Press, p. 54-72.
- MERHY, E. Elias. 1977. A Avaliação da Qualidade e a Gestão Descentralizada em uma Rede Básica de Saúde: a Secretaria Municipal de Piracicaba. In, CECÍLIO, Luiz C. de O. (org.). *Inventando a Mudança na Saúde*. São Paulo: Hucitec.
- MOORE, W. E. 1970. *Professions: Roles and Rules*. New York: Russel Sage Foundation.

RESUMO

Prática Profissional e Construção da Identidade do Enfermeiro no Programa de Saúde da Família

Este trabalho tem como objetivo estudar a identidade do enfermeiro no Programa de Saúde da Família (PSF) em alguns municípios paraibanos. Para conhecer o processo de construção desta identidade, foram eleitas, com base na Sociologia das Profissões, as categorias *vocação, orientação para o serviço e autonomia*. O trabalho parte da suposição de que o PSF, ao propor uma maior integração dos profissionais nas equipes de saúde, permite ao enfermeiro maior controle sobre o seu objeto de trabalho, possibilitando-os delinear com maior clareza sua identidade profissional.

Palavras-chave: Enfermeiro, Identidade profissional, Programa de Saúde da Família.

ABSTRACT

Professional Practice and the Construction of the Nurses Identity in the Family Health Programme.

This work aims to study the nursing identity in the Family Health Program (Programa de Saúde da Família, PSF) in some municipal districts of Paraíba, Brazil. To explain the process of identity construction the categories *vocation, service orientation and autonomy* were selected from the literature on the Sociology of the Professions. This work started from the supposition that PSF, by proposing greater integration of the professions with health crews, allows the nurse greater control of their work object, facilitating the delineation of their professional identity.

Keywords: Nurse, Professional Identity, Family Health Programme.

O RECIFE NOS ANOS VINTE: AS IMAGENS E VESTÍGIOS DO MODERNO E OS TEMPOS HISTÓRICOS

Antonio Paulo Rezende

Há registros diferentes dos significados e desdobramentos históricos da modernidade. É um processo de grande complexidade que se constitui de rupturas, mas que não se fez sem as continuidades. Na construção da história os diálogos entre permanência e mudança são constantes, não se deve pensá-la como uma construção homogênea e linear. A burguesia foi, efetivamente, na modernidade um sujeito social importante, na ação inicial para um criar um mundo secularizado, com outros ritos e com propostas de ressignificar a vida. Não há como negar, porém, a luta entre os que defendem a modernidade do mundo do capital e os construtores do socialismo e seus projetos críticos, alicerçados em utopias sedutoras. A modernidade foi construída no território da luta de classes, não feita apenas com a satisfação dos desejos absolutos da burguesia. Ela não está dissociada das dimensões do modernismo nas artes, da agitação cultural do final do século XIX e o início do século XX, com novas maneiras de representar o mundo e a vida, dos autoritarismos políticos e dos estragos trazido pelos inúmeros conflitos sociais. Seus fundamentos estão articulados com as tradições clássica, cristã e judaica. Seus conceitos de autonomia, igualdade, cidadania não podem ser compreendidos sem um conhecimento histórico dessas tradições. Elas funcionam como referências, daí a importância de se repensar os significados das tradições e não apenas chamá-las, preconceituosamente, de conservadoras do ponto de vista político.

Os tempos modernos ampliaram a diversidade, os projetos de dominação da natureza, as tramas que envolvem as relações de poder, as sutilezas dos discursos científicos, colocaram em destaque a autonomia do artista e as novas linguagens estéticas ansiosas por decifrar o mundo em que tudo que era sólido se desmanchava no ar, como afirmam Engels e Marx no Manifesto Comunista, texto indispensável para compreensão dos caminhos históricos da sociedade burguesa. Aprofundava-se, na história, o reino da cultura, pois um grande projeto de dominação instalava-se a partir da Europa com objetivos claros de conquistar o mundo. Esse projeto de dominação se fortaleceu com os avanços do imperialismo e com a consolidação da hegemonia norte-americana. A discutida globalização se alimenta dos feitos da modernidade, apesar de certas singularidades, muitas delas resultantes das mudanças tecnológicas e do culto ao tecnicismo.

A idéia de revolucionar o mundo e a exaltação da ideologia do progresso, de teor quantitativo, criaram cenários antes inimagináveis. As idéias iluministas foram fundamentais, aliadas depois ao positivismo e ao darwinismo, para que se estabelecessem modelos de relações sociais, modos de pensar sobre o homem e a natureza. São os contratempos que nos fazem questionar o que foi a modernidade, as suas perspectivas, até onde o apagar das tradições e a dissolução da memória contribuíram para crise do mundo contemporâneo. A interpretação freudiana da cultura ainda é válida e consegue responder a

certos enigmas colocados pelas esfinges modernas. Quando Freud assinala seu propósito de decifrar os enigmas do inconsciente revoluciona a compreensão que se tinha do ser humano e cria uma hermenêutica renovadora, ressaltando a importância da linguagem. Há, na construção da cultura, uma busca ansiosa pelo equilíbrio ou pela elaboração de saberes que criem e justifiquem que o homem é, efetivamente, como dizia Protágoras, a medida de todas as coisas. As utopias são produzidas para lançar no futuro a possibilidade de viver a harmonia e desfazer dos conflitos. Freud não acredita nessas utopias. O seu pessimismo, para alguns realismo, fica evidente, depois dos acontecimentos que desencadearam a primeira guerra mundial. As cenas de violência chocaram os que acreditavam na prevalência da solidariedade e diluíram a memória da *belle époque*. O conflito perpassa, porém, as relações sociais, os instintos de morte e de vida continuam presentes, a construção da cultura é tensa e instável, a felicidade é sempre um projeto, um cristal frágil e encantador, segundo as reflexões freudianas.

O historiador leva para o passado as suas inquietações cotidianas. Vive o cerco do seu tempo. Ele está envolvido pelas questões presentes que também ameaçam seu ofício, desfazendo antigos paradigmas. O passado não é algo morto, petrificado, mas uma invenção do presente. Os tempos históricos dialogam constantemente. As reflexões de Dilthey sobre o trabalho do historiador não devem ser esquecidas. O passado é reatualizado pelo presente. É um grande erro se pensar que a história se reduz ao estudo do passado, devidamente, estruturado. O presente é o tempo de síntese, concentrando memórias e ansiedades. A memória é seletiva, se tece com lembranças e esquecimentos, quem a controla consegue assegurar a hegemonia política. Tampouco o fato é revelador exclusivo da complexidade da ação humana. O fato é ponta do *iceberg*, tomá-lo como verdade significa reduzir a complexidade da história. Nessa perspectiva, a nossa análise da década de vinte, no Recife, busca o diálogo entre os tempos históricos. É uma tentativa de elucidar dúvidas que se enraízam na contemporaneidade. Na década de vinte, no Recife, aquilo que provocava impacto pelos seus ares de moderno, era resultado de outra experiência, de outro imaginário, de outros hábitos culturais. O novo e o velho eram mais nítidos, a retomada da tradição era constante, a memória não estava tão fragmentada, o cotidiano da cidade convivia com expectativas e ansiedades bem diferentes das nossas.

Não esqueçamos, porém, que as perguntas que formulamos estão conectadas com o nosso existir, com a nossa contemporaneidade e, às vezes, mergulhamos no traiçoeiro anacronismo. Vivemos um outro tempo que anuncia quebra de referências seculares. Temos dificuldade de visualizar quais os projetos que podem animar a sociedade e fazê-la retomar utopias ou visualizar um futuro otimista. Tudo isso acompanha a narrativa histórica. O saber contemporâneo abre trilhas incertas. Vagueia. Tergiversa. Mesmo aceitando que as metamorfoses da modernidade e suas possíveis ruínas, não podemos negar que, muitas vezes, "aquilo que passa por novo, por neo, ou por pós, é uma reelaboração de idéias tanto anunciadas como realizadas no tempo do

alto modernismo”¹. As fronteiras entre o antigo e o moderno são históricas, móveis e, às vezes, ilusórias. Dentro da perspectiva da hermenêutica registrado por Paul Ricoeur “a interpretação é o trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido escondido no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicado na significação literal...”². O antigo e o moderno estão nesse jogo, precisam ser decifrados nos seus conteúdos e na sua historicidade.

II

O Recife tinha, na década de vinte, uma importância regional destacada, apesar das constantes crises que afetavam a economia pernambucana decorrentes da prevalência, do quase monopólio dos interesses da agroindústria açucareira e da perda crescente de prestígio político desde a época do império. A sua população teve um crescimento expressivo: dos 113 mil habitantes que tinha em 1900, passou para cerca de 239 mil em 1920. O Recife não era uma cidade de construção histórica recente. Com uma história que atravessava períodos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memórias solenes de tantas lutas e dificuldades, uma tradição que estava enraizada e fortalecia movimento de preservação das “heranças” do passado. Não se pode esquecer a presença holandesa, os movimentos políticos do século XIX, as modernizações do Conde da Boa Vista, as lutas pela abolição e ideais republicanos, convivências singulares com o moderno, contrapontos historicamente importantes. No seu imaginário, a forte presença do passado, passível de múltiplas interpretações, de uma cidade marcada pela busca de uma autonomia política e atravessada por insuperáveis contradições sociais. O Recife era um cenário privilegiado, e continua sendo, para se analisar as relações tão dinâmicas entre o moderno e o tradicional.

Na década de vinte, eram constantes os debates sobre a modernização. Eles faziam parte da própria cultura ocidental e atraíam, sobretudo, os intelectuais das grandes metrópoles. A reorganização dos serviços de higiene e saúde públicas ganhou uma dinâmica importante, pois mudou o cotidiano e os costumes da cidade. As reformas urbanas que provocaram polêmicas na população e teve sua época áurea no governo do Sérgio Loreto (1922-1926), apoiado por uma aliança política construída com muita dificuldade. Comandada por Amaury de Medeiros, a reformulação dos serviços de higiene e saúde se propunha a redefinir a lastimosa situação em que eles se apresentavam, numa ação, considerada pelos seus autores civilizadora. O doente mental, antes confundido com um marginal comum, passa a ter um tratamento diferenciado. Falava-se em eliminar as feições coloniais e tropicais do Recife. O lema era “urbanizar, civilizar e modernizar”. Como sempre a modernização tem um forte marca do autoritarismo, expressava o desejo político das elites. Fazia-se, portanto, uma leitura dos projetos de modernidade

¹ Karl, Frederick. *O modernismo e modernismo*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro:Imago. 1988. P. 574

² Ricoeur, Paul *O conflito das interpretações*. Tradução de Sá Correia.Porto: Rés.s/d.p14

e procurava adaptá-los à realidade local.

Essa missão civilizatória fica bem clara, num trecho de um dos artigos de Amaury de Medeiros quando afirma que “Nós somos os pregoeiros de espírito novo e prático que quer as coisas humanas; nós somos os apóstolos de uma higiene muito mais racional que, em vez de querer colocar-se como ciência intagível e quase divina, a sombra de uma saúde sem preço, a quer produtiva e simples como indústria”³. A exaltação à racionalidade referendava a crescente articulação da ciência com a técnica, marcante da modernização ocidental em todos os níveis. Assim firmava-se um projeto que parecia imbatível e necessário, adquirindo conteúdo salvacionista. O mundo secularizava-se, mas não desprezava ritos e crenças, agora sob o signo da razão. O estado atuava como agente definidor das políticas de modernização.

A cidade remodelava-se para concretizar a modernização. Houve a construção de casas populares, a erradicação dos mocambos, os aterros dos mangues, a ampliação dos serviços de luz elétrica, a abertura de ruas e avenidas. Foi da época do governo de Sérgio Loreto o polêmico processo de urbanização da praia de Boa Viagem, com acusações da existência de ações que beneficiaram os governantes, no mau uso do dinheiro público. O noticiário da imprensa da época acompanha a remodelação do cenário urbano e as perplexidades que ela trazia. Os projetos de modernização estavam presentes nas grandes cidades da época redimensionando os espaços urbanos, facilitando os lugares possíveis para a expansão do capital. Nem todos usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Segundo Lemos Filho “logo que Sérgio Loreto assumiu o governo do estado, os carros e as viaturas oficiais passaram a trazer placas com iniciais das repartições a que pertenciam: Palácio do Governo, Docas do Porto, Secretaria da Agricultura, Departamento de Saúde e Assistência etc. As siglas eram interpretadas pela verve popular: Pago, Dinheiro Perdido, Sai Azar, Donde Saiu Amaury?...”⁴. Essa é a dinâmica da formação das cidades, seus projetos de modernização não são, apenas, “civilizatórios” ou “urbanísticos”. Expressam conflitos, luta dos menos favorecidos por melhores condições de vida e trabalho. O modelo europeu de modernização, sobretudo, inspirava projetos, alimentava sonhos, mas não conseguia disfarçar as desigualdades e os privilégios. Certas cidades funcionavam como espelhos onde as outras buscavam modelos para se mirar.

Não estamos, aqui, esquecendo outros processos de mudanças acontecidos no Recife. Mesmo no século XVII, a presença dos holandeses se fez transformando o pequeno espaço urbano existente, com a valorização imobiliária bastante significativa para época. Era o Recife, no contexto, uma cidade que acompanhava os traçados modernos e as aspirações dos governantes da época, diferentes dos colonizadores portugueses. Expressiva, também, foi a administração do Barão da Boa Vista, um conservador, nos meados do século XIX, com ajuda de técnicos europeus. Boa Vista que, havia vivido em Paris,

³ Medeiros, Amaury. “Não esmorecer para não desmerecer”. Recife: Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação sanitária. 1925. p12

⁴ Filho, Lemos. *Clã do Açúcar* (Recife: 1911-1934). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. Pp. 168/169.

trouxe engenheiros franceses, entre eles Vauthier, responsáveis por mudanças marcantes, na própria organização do espaço urbano, contribuindo na introdução de novos costumes de influência francesa. As obras no porto também causaram transtornos e debates, transformando em ruínas espaços de moradia seculares. Processos de modernização em momentos passados, mas que deixaram vestígios na cidade. Associava-se a modernização ao progresso. Os projetos da década de vinte se encontravam com a memória das reformas dos séculos passados. A cidade ressignificava conflitos e fazia outras leituras do seu passado. Em todos esses momentos, a modernização, praticamente, se impôs, com muita resistência e crítica da população expressas nesses verso populares:

Dona de casa , queira desculpa
Que poliça sanitara entre em seu quintá
- Seu bedegueba, fique aí o dia inteiro,
Mas veja lá, o senhor preste atenção:
Não me arraque mamoeiro,
Nem me carregue o mamão”⁵

III

As repercussões da semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922, agitaram os intelectuais pernambucanos da época. As manifestações modernistas não ficaram restritas a São Paulo, como muitas vezes assinala a historiografia. Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, entre outras cidades, também foram cenários do modernismo. Os intelectuais tiveram atuação marcante, preocupados com a construção de uma identidade nacional, conectada com a possibilidade de se pensar a autonomia cultural. No Recife, Gilberto Freyre, voltando dos seus estudos nos Estados Unidos, começava a ter liderança intelectual, causando polêmicas. Aliás, ele já escrevia artigos no Diário de Pernambuco desde 1918. Em 1925, numa edição especial de comemoração do centenário do mesmo jornal, Freyre coordenou a publicação do Livro do Nordeste, com 31 ensaios nas mais diversas áreas de pesquisa, dos quais três escritos por ele (A Vida social no Nordeste, A pintura no nordeste e A cultura da cana no nordeste). Em 1926, articulou o Congresso Regionalista, “tradicionalmente e ao modo modernista”, de onde se afirma haver saído o famoso Manifesto Regionalista, fato amplamente contestado por Joaquim Inojosa. Freyre firmava bases de um pensamento que ainda perdura, apesar das tramas pós-modernas. Firmava-se, nesses movimentos, uma representação sobre a região que ia se enraizar e ganhar uma forte densidade política.

Com *Casa Grande & Senzala*, lançado em 1933, *Sobrados & Mocambos, Região & Tradição*, Gilberto Freyre iria se consolidar com uma vasta obra renovadora para a sociologia produzida no Brasil. Critica-se, até hoje, o caráter conservador das suas afirmações e conclusões e do seu comportamento político de aproximação com as elites dominantes, sobretudo no pós- 64 quando apoia

⁵ Costa Porto, José. *Os Tempos de Estácio Coimbra*. Recife: Editora Universitária.1977. p.111

os governos militares e ajuda a justificar a satanização do comunismo. Na década de vinte, antes de escrever suas obras mais destacadas, Freyre caminhava por trilhas aparentemente contraditórias, era, como se autodefinia, o homem dos paradoxos. Não se juntava àqueles que se encantavam, sem censura, com a modernidade. Colocava limites e críticas aos desejos de modernização, alimentando um saudosismo dos outros tempos do Recife. Considerava-se, no entanto, ao seu modo um modernista. Estava atualizado com as mudanças ocorridas na Europa e nos Estados Unidos e as divulgava. Freyre deu grande alento ao debate intelectual da época, sendo um grande polemista durante toda sua vida.

Mesmo nas suas obras posteriores, das últimas décadas da sua produção, Freyre não se desfez da sua admiração pelo passado e sua tese básica que registra a singularidade da cultura brasileira, com suas miscigenações e sua forma plástica de viver o cotidiano que amplia suas possibilidades de construir uma identidade marcante, até nos chamados tempos pós-modernos. Uma surpreendente revelação sobre esses tempos se encontra no seu livro pouco conhecido *Além do apenas moderno*. Freyre arquiteta, aí, um amplo projeto de articulação dos tempos históricos, onde a simultaneidade ganha um espaço considerável, o novo e o velho dialogam de maneira inusitada. Mantém, portanto, sua prática discursiva de conexão do tradicional com o moderno, fazendo exercícios de futurologia que não quebram a continuidade das suas idéias fundantes construídas nos anos vinte do século passado que se reproduziram com outras vestimentas, envolvidas noutras circunstância. A tradição da polêmica não se afastava, portanto, dos textos de Freyre, consagrando seu cenário preferido, não de silêncios, mas de dissonâncias e contrapontos.

Em vários momentos da sua produção, Freyre destaca seu apego e preferências pelas chamadas coisa da terra. No seu famoso diário, num comentário de 1925, faz observações sobre a culinária e sobre as mulheres, onde mais uma vez tece suas ironias e ambigüidades. Diz ele: “Eu, por mim, se por um lado sou entusiasta de caviar com *champagne* e de outras finas iguarias européias, por outro, aprecio, e muito, comidas mais plebéias e, para o europeu, exóticas. E com relação a certos quitutes, certos doces, sobretudo prefiro os de rua aos feitos requintadamente em casa. Arroz-doce, por exemplo, não para mim, como o de rua. O mesmo digo de tapioca. Do grude. As pretas de tabuleiro parece que, no preparo, de uns tantos quitutes, dispõem de uns quindins ignorados pelas sinhás brancas. O mesmo me parece certo de certas maneiras da fêmea não só seduzir como conservar o macho : a mulata plebéia é superior à branca fidalga”⁶.

Outro intelectual da época, Joaquim Inojosa, incorporou-se, sem maiores dúvidas, ao discurso modernista de 1922 e se considerou seu mais fiel representante no Nordeste. Fez sua divulgação no Recife, conseguindo adeptos e espaço na imprensa. As suas polêmicas ficaram famosas, juntamente com seu trabalho de crítica à atuação de Freyre na década de vinte. Deixou registros

⁶ Freyre, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975 p.164

amplos da sua trajetória modernista e das discussões com seus opositores em três volumes, bem documentados, intitulados *O Movimento Modernista em Pernambuco*. Inojosa teve uma atuação regional importante na divulgação do modernismo. Fez vários contactos com os intelectuais de outros estados ligados ao modernismo. Comportava-se como missionário. Escreveu em órgãos importantes da imprensa da época como a *Pilhéria*, o *Jornal do Comércio*, *Rua Nova* e fundou a revista *Mauricéa*. A sua escrita acompanhava as mudanças trazidas pelo modernismo. Numa de suas crônicas, publica na *Pilhéria*, em 18/12/23, enfatiza: “Amo os poetas de verso solto, que não peiam a imaginação nos círculos das rimas do hemistíquio; amo a hora como quem aguarda um grande inimigo: porque o dia de amanhã tem por necessidade destruir o que o de hoje construiu: eu vou realizando o meu sonho de arte, quer seja futurista, quer não; amo tudo que é novo, original e inédito”

O debate entre Freyre e Inojosa é exemplar para o estudo da intelectualidade pernambucana. Nele estão presentes ambigüidades que até hoje fazem parte das interpretações existentes sobre a nossa cultura e a questão regional. Parece que vivemos cercados de fantasmas. O passado nos seduz e , ao mesmo tempo, nos assombra. Freyre buscou uma inteligente conciliação, terminando por sacralizar um tipo de passado, idealizá-lo, assumi-lo como uma identidade singular e gloriosa. Apesar de certos desequilíbrios, não há razão para que ele nos envergonhe, segundo Freyre. O passado é o nosso grande espelho que nos garante um lugar privilegiado. Por isso, o grande receio que a modernização quebre o espelho e nos roube essa identidade mágica.

Inojosa criticava o passadismo, procurava o moderno, a velocidade, articulava-se com o futuro, com a sedução do progresso e não da tradição. Nos seus escritos procurava firmar os traços da literatura modernista. Citava escritores com Mário de Andrade, Graça Aranha, revelando seu apego pelo “futurismo” que Freyre em artigo publicado em 15-11-1925, no *Diário de Pernambuco* criticava: “o chamado “futurismo” de certos poetas e artistas jovens do Brasil tinha mais de “primitivismo” ou “instintivismo” que de “futurismo” ou “modernismo”. Freyre fazia crítica ao poeta Guilherme de Almeida que, na época, havia estado no Recife. Nessa polêmica, cada um tinha seus aliados. Era uma batalha sobretudo no campo intelectual. A maioria fazia parte da elite política, ou tinha com ela compromissos, inclusive o modernista Joaquim Inojosa. Nas manifestações operárias da década de vinte não verificamos a participação desses intelectuais de outros, como Joaquim Pimenta, professor da faculdade de Direito que, depois de 1930, fazia parte da assessoria do governo de Getúlio Vargas e Cristiano Cordeiro, um fundadores do Partido Comunista. Inegavelmente, esses olhares sobre os diversos espaços e discursos do modernismo no Brasil são reveladores que esses movimentos são mais complexos do que antes imaginava a historiografia.

Quem pode negar que essas questões ainda permanecem e inquietam nossos corações e mentes? O que deve ser registrado é que a sociedade enfrenta, atualmente, uma crise profunda, com perdas incomensuráveis para os amantes das tradições, com frustrações visíveis para os entusiastas da sociedade tecnológica. A globalização nos aproxima e , ao mesmo tempo, nos distancia,

temos dificuldades de lidar com tantas novidades que aceleram nossa voracidade consumista e multiplicam o uso de recursos para administrá-la: do Lexotan ao chá de camomila, da consulta à cartomante à missa do padre Marcelo, da sessão de umbanda ao mecanismo transferencial explorado pela mídia, das novelas da Globo e às sessões das terapias alternativas. Terminamos por construir uma identidade fragmentada. Um olhar de maior empatia com a tradição ganha espaço, daí os novos estudos sobre a obra de Freyre. Queremos referências, refazer o espelho que está estilhaçado, reconstruir paradigmas e inventar outros sonhos. Um diálogo entre ocidente e oriente aproxima culturas diversas, massificadas pela força da indústria cultura, mas que conseguem criar espaços de resistência.

Firmam-se teóricos que discutem a virtualidade e outros que assinalam a construção de novas identidades com Homi Bhabha e Stuart Hall. Bhabha, no seu livro *O Local da Cultura*, afirma que “O presente não pode ser mais encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias”⁷. O contemporâneo nos assusta, pois não sabemos, ainda, como decifrá-lo. Não se trata de algo inusitado historicamente. Nunca foi fácil traduzir o tempo que se vive, o que se esconde por detrás das suas máscaras. Bhabha propõe considerar o hibridismo da cultura, a mistura dos discursos e a comunicação dos saberes, sem deixar de lado os conflitos que atravessam as relações sociais. Suas análises são renovadoras, fogem do dualismo e da teleologia.

III

A década de vinte assistiu também ao surgimento do ciclo de cinema do Recife, com destaque na produção cinematográfica brasileira. Muitos filmes foram produzidos e alguns se tornaram clássicos como *A Filha do Advogado*, *Aitaré da Praia* entre outros. O ciclo pernambucano chegou a produzir 13 filmes em oito anos no período de 1923/31. A maior parte dos envolvidos na elaboração dos filmes estava na faixa dos 20 a 25 anos. Foi chamada a fase heróica do cinema pernambucano. A partir da fundação da “Aurora-Filme”, Edson Chagas e Gentil Roiz desencadearam a produção de filmes em Recife. Contaram os produtores com o entusiasmo de Joaquim Matos, proprietário do cine Royal que transformava cada exibição cinematográfica numa verdadeira festa. Apesar da falência da “Aurora-Filme” em 1925, no seu projeto original o ciclo continuou. Outras figuras se destacaram como Jota Soares, Pedrosa da Fonseca, Pedro Salgado entre tantos outros.

O cinema redefinia horários de lazer, aproximava corpos, definia comportamentos. A indústria da fantasia, um pacto com o eterno, a fuga da monotonia do cotidiano, a criação de um novo território para o sonho, para que cada um pudesse multiplicar seus amores e esquecer das suas cruéis

⁷ Bhabha, Homi. *O local da cultura*. (Tradução de M. Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves) Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.p. 23

limitações, até que, de repente, as luzes se acendam. A sessão acabou, mas a vida continua e a fantasia segue, sem ela morreríamos de tédio e de amargura. Assim, o cinema inseriu-se na nossa cultura. As imagens nos envolvem, nos seduzem, nos amedrontam: a mocinha e o mocinho, Super-Homem, a dama e o vagabundo, *serial-killer*, Carlitos e o Homem-Aranha... O cinema é a celebração da vida, mas também da morte. É mais um registro do mal-estar da cultura ou das suas possibilidades de transcendência. A modernidade secularizou a cultura, mas não de forma absoluta. Talvez, tenha havido pequenas inversões. Não dispensamos os ritos, nem tampouco os mitos. É preciso identificar as permanências, para não criar rupturas ilusórias.

O Recife era atravessado pelo impacto das invenções modernas, no seu cotidiano, provocando reações da população. Embora prevalecesse, na política, o interesse dos grandes proprietários, ligados à agro-indústria açucareira, constituía-se uma camada média que tinha importância na discussão intelectual da época. Era significativa a quantidade de jornais que circularam na década com destaque para A Província, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Pequeno, Jornal do Recife. O mesmo ocorre com relação às revistas: Mauricéa, A Pilhéria, Revista do Norte, Revista da Raça, Revista de Pernambuco. A imprensa era o grande veículo de divulgação de idéias. As revistas tinham, na sua grande maioria, vida curta. Começam polêmicas que se partiam com final das suas efêmeras publicações. A Pilhéria fez uma outra trilha. Registra quase toda década, com muita ironia e riqueza gráfica admirável. Sua linguagem moderna, suas colunas, seu humor são, efetivamente, de uma singularidade marcante.

Uma reflexão histórica sobre o modernismo, a modernidade e a modernização, no Recife dos anos vinte, contribui para o debate atual sobre a questão da modernidade e do urbano. A produção existente continua mais centrada na análise do Sudeste, por motivos da própria configuração teórico-metodológica e, até mesmo, das relações de poder que regem a produção acadêmica. É obvio que o espaço histórico não é homogêneo e, nem tampouco, se conhecendo o centro mais dinâmico do fazer/representar históricos se possa dar conta da multiplicidade que atravessa a formação da sociedade brasileira. Existem muitas surpresas nesses percursos.

A questão da modernidade/modernização teve e tem ressonâncias na sociedade como um todo e a reprodução desigual do capital não é suficiente como explicação das especificidades regionais. Embora pareça ser secundária a questão regional não deve ser desprezada. Ela está presente, inclusive, na formulação do movimento modernista da década de vinte, na maneira como ele vê as fronteiras entre o passado e presente, como ele resgata as tradições ou procura sepultá-las definitivamente. A sociedade busca o novo, mas não consegue, muitas vezes, se desvencilhar do antigo. Fica difícil visualizar as fronteiras entre passado e presente, não é exagero afirmar que o passado é também uma invenção do presente.

A historiografia vem fazendo muitas incursões em territórios antes desconhecidos. Cada volta ao passado, cada leitura que dele fazemos, é uma viagem cheia de invenções, mas nunca definitiva. Como bem assinala Ricoeur

“Toda interpretação se propõe vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural passada à qual pertence o texto e próprio texto”⁸. Lidamos, portanto, com aproximações. Não esgotamos o real, nem tampouco os seus simbolismos. Ainda na trilha aberta por Ricoeur, estamos, nesse processo de interpretação, em busca de uma compreensão de nós mesmos e ela apenas se constrói numa relação com o outro. O outro tempo, a outra pessoa, a outra escrita, a outra história que sempre desafiando nossas tentativas de solidão nos ajuda a captar melhor os movimentos do mundo.

A cidade pode se situar no contexto das reflexões feitas acima. A cidade se mostra no visível, esconde-se no que tem de invisível, é muito maior do que o espaço físico que ocupa e menor que os sonhos e desejos dos seus habitantes. Cabe ao historiador dialogar com seus mistérios, sem a pretensão de exauri-los. Como registra Ítalo Calvino, no seu livro *As Cidades Invisíveis*⁹, cada cidade contém todas as cidades. Para vê-las, na sua diversidade, basta olhar com os olhos do coração e da aventura, interpretá-las, como Marco Polo, aguçar os sentidos, compreender sua dimensão simbólica¹⁰, enganar um pouco a arrogância da razão, não esquecer que a vida é mágica, por isso estamos exaustos de tanto tentar entendê-la, cartesiamente. O grande problema dos sujeitos da modernidade, talvez seja o que Octavio Paz assinala no *El laberinto de la soledad*: “El hombre moderno tiene la pretensión de pensar despierto. Pero este desperto pensamiento nos ha llevado por los corredores de una sinuosa pesadilla, en donde los espejos de la razón multiplican las cámaras de toruturas”¹¹. Eles quiseram sonhar com os olhos abertos, fascinados com as luzes da razão.

A história se alimenta, como travessia e aventura, de constantes e surpreendentes reinvenções. Temos de reinventar um novo discurso do método que não negue a importância da crítica e da dúvida, mas que contemple as confusas identidades que cercam o mundo contemporâneo. Como afirma Joel Birman “A auto-exaltação desmesurada da individualidade no mundo do espetacular fosforescente implica a crescente volatilização da solidariedade. Enquanto valor, esta se encontra assustadoramente em baixa. Cada um por si e foda-se o resto parece ser o lema maior que define o *ethos* da atualidade, já que não podemos, além disso, contar com a ajuda de Deus em nosso mundo desencantado”¹². Quem ousaria fugir do “Penso, logo existo”, traçar outras formas para os nossos labirintos, inventar um outro discurso do método?

Num mundo desencantado, os olhares são apressados, a troca afetiva se torna quase impossível. Os espelhos são as vitrines e os *shopping centers*, templos majestosos e artificiais. O silêncio termina, muitas vezes, por ser a

⁸ Ricoeur, P. op. cit. p. 18.

⁹ Calvino, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras. 1980.

¹⁰ Ricoeur, Paul. “Chamo símbolo a toda a estrutura de significação em que um sentido direto, primário, literal, designa por acréscimo um outro sentido indireto, secundário, figurado, que apenas pode ser apresentado através do primeiro”. Op. cit. p.14.

¹¹ Paz, Octavio. *El laberinto de la soledad*. 3 edição. México; Fondo de Cultura Ecómica. 1986.p.191.

¹² Birman, Joel. *Mal-estar na atualidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2 edição. 2000. pp. 24/25.

forma mais acabada de resistência e de ser *gauche* na vida. Somos cidadãos do mundo, do mundo das mercadorias. Para sobreviver é preciso lembrar o nosso poeta maior, Carlos Drummond, não mudar de nome por causa de uma rima, mas ter um coração mais vasto que o mundo. Essa é a vereda para o reencantamento, sem as assombrações das perdas, apenas com as imagens quase invisíveis dos seus vestígios. É a arquitetura da fraternidade que pode retomar o desígnio maior da modernidade, seu projeto de autonomia, pois ela é a que mais incorpora a magia da afetividade e a energia dos corpos, o diálogo que distingue, mas não separa, a cultura da natureza.

Bibliografia

- AZEVEDO, Neroaldo. 1984. *Modernismo e Regionalismo (Os Anos Vinte em Pernambuco)*. João Pessoa: SEC da Paraíba.
- CAVALCANTI, Vanildo. 1977. *Recife do Corpo Santo*. Recife: SEC.
- FREYRE, Gilberto. 1979. *Tempo de Aprendiz*. São Paulo: IBRESA/MEC.
- _____. 1941. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- INOJOSA, Joaquim. 1969. *O Movimento Modernista em Pernambuco* (3 volumes). Rio de Janeiro: Gráfica Tupy.
- MOURA, Abdias Cabral de. 1977. *As Idéias de Hoje em Jornais de Ontem*. Recife: AIP.
- OLIVEIRA, Waldemar de. 1975. *No Tempo de Amaury de Medeiros*. Recife: Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.
- PERRUCCI, Gadiel. 1978. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIMENTA, Joaquim. 1949. *Retalhos do Passado*. Rio de Janeiro: Coelho Branco.
- REZENDE, Antonio Paulo. 1997. *(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte*. Recife: FUNDARPE.
- SETTE, Mário. 1948. *Arruar*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- SETTE, Mário. 1940. *Anquinhas e Bernardas*. São Paulo: Martins.
- SOUZA BARROS, M. 1969. *A Década de Vinte em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paralelo.

RESUMO

O Recife nos Anos Vinte: As Imagens e Vestígios do Moderno e os Tempos Históricos

Este texto tem como objetivo provocar um diálogo entre o passado e presente, mas especificamente entre as questões colocadas pela contemporaneidade e algumas experiências históricas vida no Recife dos anos vinte do século passado. Seu eixo teórico busca fazer uma reflexão sobre a modernidade como construção de um complexo projeto civilizatório que nega e, ao mesmo tempo, se vincula a tradições da história do Ocidente.

Palavras-chave: Recife nos anos 20; tempo histórico; modernidade.

ABSTRACT

Recife in the Nineteen Twenties: Images and Traces of Modern and Historic Times.

The objective of this article is to initiate a dialogue between past and present and specifically between questions suggested by contemporaneity and some lived experiences of Recife during the 1920s. Its theoretical aim is to reflect upon modernity as the construction of a complex civilization project that negates at the same time as its links with western traditions.

Keywords: Recife in the Nineteen Twenties; historic time; Modernity.

DEMOCRACIA PLURIÉTNICA, MUNICÍPIOS E PARLAMENTOS: PRESENÇA E CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS ELETIVOS BRASILEIROS

Thiago Antônio Machado de Ávila

Faz alguns anos que encontramos um posicionamento dos povos indígenas em ir rompendo com processos sociais construídos durante o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, via suas políticas indigenistas oficiais que classificavam esses povos como relativamente incapazes e tuteláveis pelo Estado. Mesmo com um nebuloso passado histórico-etnográfico relativo à resistência organizada indígena frente à invasão de seus territórios e demais abusos, o que dificulta a análise do empenho dos povos indígenas em utilizar a seara política para discutir aspectos de seu interesse, ainda assim é possível compreender a iniciativa desses povos almejarem participarem ativamente dos espaços eletivos da política brasileira.

O foco central deste trabalho é apresentar o fenômeno da busca do movimento indígena em ocupar posições estratégicas da política municipal e federal, baseando-me principalmente nos dados relativos às eleições municipais de 1996 e 2000. Analisar os referidos processos eletivos permitiu uma abordagem mais ampla e fértil, principalmente ao apreender um fenômeno social já corrente em nossa sociedade: a presença indígena na política. Se o Brasil é uma sociedade pluriétnica, deve conseguir abarcar a diversidade sócio-cultural constituinte de seu povo. Movimentos sociais como os indígenas, os negros e os sem-terra encaram os espaços políticos como fundamentais no andamento das ações que atingem seus interesses, desejando participar da esfera decisória da política nacional, tradicionalmente ruralista, elitista, segregadora e conservadora.

Para além de seu objetivo central, esse estudo pretende contextualizar a problemática com perspectivas sociais e históricas derivadas das conflituosas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. O próprio movimento indígena amazônico já manifestou o interesse em participar das instâncias políticas locais e federais, principalmente pela relevância das decisões obtidas nas atribuições legislativas para a vida cotidiana dos povos indígenas (COIAB 2002). O presente artigo apresenta algumas contribuições sobre esse tema atual e ainda pouco comentado analiticamente.

As reflexões e eventuais conclusões que surgirem ao decorrer do trabalho são derivadas principalmente da análise do crescente aumento de indígenas eleitos para ocuparem cargos na política municipal brasileira. Percebida nos pleitos de 1996 e, sobretudo 2000 (Ricardo, 2000: 213-217), esta procura evidencia aspectos interessantes da dinâmica política interétnica no

Brasil, além de apresentar aspectos contemporâneos fundamentais para a compreensão da relação entre indígenas e não-indígenas no âmbito local. Por outro lado, os povos indígenas já evidenciaram seus anseios relacionados à busca por uma representatividade mais efetiva no Congresso Nacional. Houve, por parte do legislativo, uma iniciativa nesse sentido visando assegurar uma vaga de deputado federal destinada aos povos indígenas. Esse Projeto de Emenda Constitucional (PEC 146 / 99), apresentado pelo deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) foi concebido no contexto de "comemoração" de 500 anos do Brasil, onde o Estado brasileiro referia-se a uma dívida histórica para com os povos indígenas, obviamente, ainda não reconhecida. A PEC foi rejeitada pela Comissão de Constituição Justiça e Redação baseando-se no argumento que os índios não constituem os únicos grupos sociais com cultura diferenciada da maioria do povo brasileiro (Ramos, 2002: 39)¹.

Independentemente da qualidade da proposta oferecida pelo deputado Antônio Feijão (PSDB-AP), ela possibilitou a oportunidade de uma resposta dos movimentos indígenas sobre essa questão, o que de fato já vem acontecendo (COIAB 2002). Diversas lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, entre os dias 18 e 19 de novembro de 2002, para discutir a participação e a representação indígena no parlamento nacional. Esse Seminário Internacional contou com representantes indígenas que ocupam cargos político eletivos na Guatemala, Bolívia e Colômbia. Participaram cerca de 25 vereadores indígenas brasileiros e representantes de 23 organizações indígenas e das principais federações de organizações indígenas do país. Pessoalmente compareceram representantes de 47 povos indígenas brasileiros, além de representantes de ONG's ligada à questão indígena, parlamentares, 6ª Câmara da Procuradoria da República, FUNAI, FUNASA e ativistas da causa indígena. A coordenação política desse seminário foi possibilitada mediante uma articulação entre a Coordenação Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB (Euclides Macuxi), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME (Maninha Xukuru-Kariri) e Coordenadora de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazónica - COICA (Sebastião Manchineri).

Os momentos eleitorais brasileiros podem ser entendidos como compostos de duas manifestações distintas. Uma corresponderia às eleições municipais, enfatizando o singular processo eleitoral municipal no Brasil. Esse momento seria mais ligado à execuções de ações. Por sua vez, a segunda etapa realça a política em seu domínio mais amplo: a esfera federal/nacional cuja ocupação primordial é legislativa. Ingenuidade seria considerá-las como independentes uma das outras. Alianças políticas, reciprocidade para com as bases eleitorais, apoio político e troca de favores são os componentes do jogo

¹ Um outro projeto de lei, de autoria do Senador Tião Vianna (PT-AC) e ainda em tramitação, novamente aborda a questão da representatividade indígena no Congresso Nacional. Porém esse projeto de lei dispõe que os "... partidos e coligações partidárias criarão mecanismos de incentivo de candidatura de índios a cargos eletivos, com o fito de atingir um grau de representatividade proporcional à população indígena brasileira ..." (art. 04 in Projeto de Lei - Tião Vianna). A justificativa para tais medidas continua a ser a histórica dívida do Estado brasileiro para com os povos indígenas.

político, acionando a interação “local e nacional” constantemente nesta dinâmica (Bezerra 1999). Portanto a decomposição analítica de processos internos à dinâmica eleitoral municipal pode iluminar compreensões das dinâmicas mais amplas situadas na esfera política federal.

A academia pouco tem percebido o crescente empenho e algumas realizações dos povos indígenas no sentido de obter uma posição mais autônoma frente aos processos que envolvam as comunidades as quais representam. Estudos sobre o fenômeno social da política não são extremamente numerosos e nem tampouco abarcam a complexa gama de possibilidades que tal fenômeno aqui encontra para acontecer. O Brasil é um país cuja política contemporânea dialoga fortemente com um fazer político próximo ‘as práticas da aristocracia rural dominante do ‘espaço’ político colonial. As práticas do voto de cabresto, compra de voto, voto por favor, voto por apadrinhamento, foram maneiras encontradas pela elite dominante para perpetuar-se no poder (Leal, 1975).

Existem estudos sobre o voto e seu simbolismo (Palmeira, 1992), existindo raras reflexões etnográficas sobre o valor e simbolismo que um título de eleitor, o voto e as eleições assumem ao serem interpretados pelos povos indígenas (Cardoso de Oliveira 1996 [1964] e 1978). Segundo esse autor, ao observar a situação Tikuna na década de 1960, “... não é improvável que o status de eleitor venha a adquirir, no futuro, um conteúdo político partidário até agora inexistente...” (1996: 139). Atualmente existem sete representantes Tikuna eleitos nas eleições municipais 2000, sendo três em Benjamim Constant - AM (PSDB, PFL e PTB), três em Tabatinga -AM (dois pelo PMDB e um pelo PL) e um em Santo Antônio do Içá (PSDC).

Outra dificuldade, na análise aqui proposta, é a inexistência de dados precisos quanto à demografia indígena (Azevedo 2000) e, menos ainda, sobre o eleitorado indígena. Para efeito dessa análise, os dados estatísticos referentes às populações indígenas foram disponibilizados pela FUNASA (2000). Tais dados revelam a porcentagem de população indígena em um determinado município, mas não podem indicar necessariamente que essa porcentagem seja revertida em número de eleitores. Uma aproximação pode seguramente acontecer, mas diversos fatores podem fazer que um município com grande população indígena não possua um grande eleitorado etnicamente diferenciado. Por exemplo, podem estar em localidades muito isoladas, podem não ter sentido a necessidade ou oportunidade de obter esses documentos, podem ser municípios com grande número de crianças, ou simplesmente não se envolver na política eleitoral. Todavia é o dado relativo à população indígena disponibilizado e será utilizado neste estudo.

A ambigüidade quanto ao que é ser indígena também auxilia a compreender a falta de informações sobre índios e eleições. O Estado nacional sempre procurou “isolar” os povos indígenas e assimilá-los inevitavelmente ao contingente populacional “brasileiro”. Esse Estado que visava criar as condições propícias à incorporação dos indígenas à população nacional, não o alcançou plenamente tanto pela ineficiência do modelo estatal em atingir plenamente seus objetivos como pelas estratégias de resistência indígena.

Diversas maneiras foram encontradas pelos povos indígenas para garantir sua sobrevivência física e sócio-cultural. Atualmente, todavia, o acesso a escolas, postos de saúde, serviço militar são geralmente realizados mediante a posse de alguns documentos essenciais para a relação com nossa sociedade como a carteira de identidade ou o título de eleitor.

Por fim, a última das fontes utilizadas - e talvez a mais frutífera destas - é derivada da reunião promovida pelo INESC² cujo tema de discussão foi "Índios e Participação na Política" com depoimentos de antigos e atuais candidatos indígenas, parlamentares indígenas e pessoas ligadas ao movimento indígena. As vozes e falas presentes nessa reunião estarão citadas neste assunto na medida em que complementam o argumento exposto, incluindo-se em uma perspectiva metodológica.

Eleições municipais de 1996 e 2000

A importância dos povos indígenas estarem presente nos espaços políticos não é novidade contemporânea ou advinda do amadurecimento político-organizacional de seus movimentos sociais. A participação na política legislativa brasileira é desejo do movimento indígena desde sua consolidação no início dos anos 80 (Ramos, 1998: 140). Já nesta época existiram tentativas de preenchimento desses espaços políticos, em uma nítida afirmação do grande valor em participar de instâncias políticas representativas da sociedade brasileira. Contudo as experiências indígenas nestas instâncias políticas não foram muito proveitosas, sobretudo na década de 80. A única experiência de um representante indígena no Congresso Nacional foi a de Mário Juruna, eleito deputado federal em 1982 pelo PDT - RJ, com forte apoio político de Leonel Brizola e votos de pessoas não indígenas. Assim como a própria criação da UNI³, a candidatura e eleição de Juruna revelaram um movimento de cima para baixo sem apoio pleno das comunidades indígenas. Apesar dessa expressiva experiência ter sido em esfera nacional, a maior presença indígena na política está concentrada localmente, principalmente nas câmaras municipais e assembleias de vereadores.

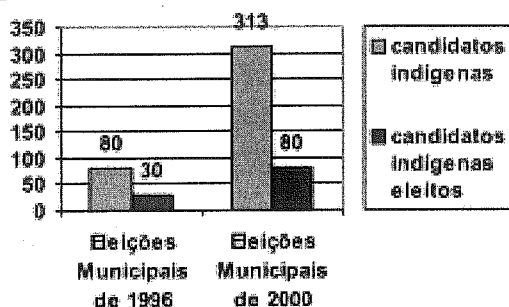
A experiência eleitoral indígena no Brasil passa pela presença etnicamente diferenciada nas câmaras de vereadores, contando com uma base eleitoral indígena mais solidificada que permitiu um crescente aumento de representantes indígenas em tais instâncias. Nas eleições municipais de 1996 encontramos cerca de oitenta candidatos indígenas com trinta eleitos. Nas eleições municipais do ano 2000, o quadro é ainda mais acentuado, apresentando trezentas e treze candidaturas indígenas com êxito em oitenta.

² Instituto de Estudos Socioeconômicos, com sede em Brasília-DF.

³ União das Nações Indígenas criada em 1980, em plena ditadura militar, representava as nações indígenas. O termo nação foi extremamente criticado por parte do governo militar que o concebia como perda da soberania nacional. A Igreja, através do CIMI, incentivava seu uso em uma nítida briga entre as partes que historicamente exerceram o poder tutelar frente às populações indígenas. Por diversos motivos a UNI não resistiu ao tempo, e foi construída sem o apoio e constituição de organizações regionais como em outros processos de articulação étnopolítica latino-americana. (maiores detalhes Ramos 1998 Cap. 06).

Desse conjunto de políticos indígenas, setenta e três elegeram-se vereadores; seis vice-prefeitos⁴ e um prefeito reeleito (Marcos Antônio dos Santos do povo Potiguara) na Baía da Traição - PB. Vale ressaltar que oito políticos indígenas foram reeleitos nessa oportunidade em todo território nacional. O Gráfico 01 nos mostra o aumento de representantes indígenas eleitos na última eleição municipal. Esses dados nos indicam a relevância e pertinência da participação política como mecanismo de luta social, expressa no visível crescimento da presença indígena nos espaços da política municipal. Esse movimento vem concomitantemente ao processo de descentralização de execuções de planos para educação e saúde e a percepção da importância da presença indígena nesses espaços decisórios da política e vida cotidiana dos municípios.

Gráfico 1



Ao atentarmos para os municípios com uma maior representatividade indígena nas instâncias governamentais locais, percebemos que geralmente tais municípios possuem uma alta taxa populacional indígena. Encontramos alguns municípios que contam com vários representantes indígenas na política local como Baía da Traição e Marcação na Paraíba⁵; São Gabriel da Cachoeira no Amazonas⁶; Oiapoque no Amapá⁷; São João das Missões em Minas Gerais⁸ e Ipuacu em Santa Catarina⁹ (Ricardo, 2000: 215-217). Outras localidades, como Feijó no Acre; Pau-Brasil e Santa Cruz Cabrália na Bahia; Ibimirim em Pernambuco e Cacique Doble no Rio Grande do Sul, elegeram em 2002 representantes indígenas mesmo em uma situação demográfica não muito expressiva, em torno de 10% da população desses municípios. Ainda nessa perspectiva, percebemos situações onde em alguns Estados a representação indígena nas esferas políticas municipais está intimamente associada a determinado povo. Por exemplo, no Estado do Acre todos os representantes indígenas são do povo Kaxinawá e na região Sul do país a grande maioria dos políticos indígenas são Kaingang.

⁴ Atualmente são 05 devido ao assassinato do vice-prefeito de Ipuacu - SC, Orides Belino Kaingang em 2003.

⁵ Seis candidatos indígenas eleitos na Baía da Traição e quatro em Marcação. Todos são Potiguara.

⁶ São cinco candidatos indígenas eleitos nesse município. Dois são Tukano, dois são Baré e um Baniwa.

⁷ São quatro indígenas eleitos nesse município. Dois são Karipuna, um Palikur e um Galibi-Maworno.

⁸ Esse município conta com três indígenas Xacriabá eleitos.

⁹ São quatro indígenas eleitos nesse município. Um deles é Guarani e os outros três são Kaingang.

Sobre o universo de 80 políticos indígenas eleitos nos pleitos de 2000 encontra-se um posicionamento diferenciado frente a questões comuns na política, como ideologia e filiação partidária. O multipartidarismo¹⁰ em que estão inseridas as candidaturas indígenas revela uma outra ótica sobre o fazer político e uma nítida afirmação da importância que cada situação local tem de possibilitar uma candidatura indígena. Outra dificuldade é o próprio desconhecimento dos partidos políticos pelos candidatos indígenas:

... E aqui no Brasil, nós temos certos problemas, começando pelos partidos políticos. Nós temos lideranças indígenas nos partidos políticos diversos ... PMDB, PFL, PSDB, PT, PV ... e nenhum desses companheiros indígenas conhece muito bem o partido... muitas vezes eles são convidados ali porque os partidos enxergam é o eleitorado deles lá... nunca vi nenhum partido, em que os índios estão filiados, ter interesse em discutir com as comunidades, com as lideranças indígenas. Só aparecem na hora das eleições para buscar voto... (José Adalberto Macuxi, candidato à deputado federal no Estado de Roraima) (INESC, 2002: 25).

Talvez pelo peso que o eleitorado indígena concentra em algumas localidades no Brasil, como na região Norte, as lideranças indígenas de maior destaque são assediadas por partidos de diferentes histórias, dogmas, propostas e valores. Não se trata que os partidos políticos sejam uma unidade em si, já que inúmeras divisões e perspectivas diferenciadas coexistem dentro de uma mesma instituição política. Mas inegável também é o peso do eleitorado indígena em certas localidades brasileiras e a percepção deste eleitorado pelas forças políticas partidárias.

A noção de "tempo da política", ou seja, o período temporal próximo às eleições onde a política passa a ser discutida entre a população, existindo maior assédio para com os eleitores, pode ser um instrumento iluminador da questão entre povos indígenas e cidadania (Palmeira 1992). O próprio preconceito da sociedade nacional quanto a capacidade indígena de estar na frente de questões da política local favorece este quadro. Porém na época de eleições, as candidaturas a inúmeras prefeituras locais falam em defesa dos direitos de povos indígenas e da sua cidadania em si.

... O índio brasileiro, em função de todo este contexto, no município a gente dificilmente é reconhecido como munícipes, e nos Estados somos jogados para escanteio também. Nós só somos cidadãos dos Estados ou municípios na hora de votar. Aí nos vamos somar ... porque nas questões de saúde e educação

¹⁰ Nos pleitos municipais de 2000 foram eleitos indígenas em dezessete partidos diferentes. O PMDB foi o que mais elegeu, com um número de treze indígenas eleitos. Logo em seguida, temos o PT com doze, seguido do PTB e do PPB ambos com seis. PPS, PSB e PDT elegeram cinco representantes indígenas, cada um. PL, PFL, PSC elegeram quatro candidatos indígenas. PSDB e PC do B elegeram três. PT do B e PSL elegeram dois candidatos. PV, PSD e PSDC elegeram apenas um representante indígena. Outros quatro candidatos indígenas eleitos tinham partido desconhecido ou ignorado (Ricardo, 2000: 215-217).

nas demandas das políticas públicas brasileiras nós somos execrados...(Söpren Xerente representante indígena no Conselho Nacional do Meio-Ambiente - CONAMA) (INESC, 2000: 43).

O próprio eleitorado indígena não pode ser considerado uma unidade em si. Pensar desta forma seria minimizar particularidades sócio culturais como o faccionalismo de alguns povos indígenas brasileiros bem como ignorar as escolhas subjetivas inerentes ao processo eleitoral. Uma das grandes críticas do movimento indígena é remetida àqueles indígenas e suas associações representativas que endossam perspectivas contrárias aos interesses indígenas mais amplos. Por exemplo, em Roraima, existem divergências entre organizações indígenas sobre o status da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, para alguns a área deve ser demarcada em ilha enquanto para outros, como o Conselho Indígena de Roraima, deve ser área contínua.

Essas mesmas rivalidades podem ser transplantadas para o plano político, já que este é fundamental na consolidação das políticas públicas locais. Muitos comentários enfatizavam o distanciamento que pode ocorrer entre vereador indígena e as organizações indígenas. Analisando os dados oferecidos por Ricardo (2000: 215-217)¹¹ percebemos que existem 32 etnias com representantes em instâncias políticas municipais, contudo essa informação não nos autoriza a afirmar que as etnias estão efetivamente representadas pelos indígenas eleitos.

... Vendo que tem um monte de índios eleitos, as organizações indígenas fazem reuniões separadas, sem chamar seus representantes, para discutir esses problemas. Quer dizer os vereadores estão isolados; as organizações indígenas tinham que chamar esses vereadores para discutir o que tem que ser levado na Câmara ... (José Adalberto Macuxi) (INESC, 2002: 27).

Inserida nessa dinâmica, há situações onde o candidato indígena eleito obteve o apoio político-eleitoral de representantes de setores com um sentimento tradicionalmente "anti-indígena" como ruralistas, comerciantes, madeireiros, latifundiários, etc. Este é outro ponto onde as relações interétnicas brasileiras ganham uma dimensão da cooptação das lideranças indígenas para revestí-las contra outros segmentos do movimento indígena.

Interessante é verificar a relação entre povos, organizações e políticos indígenas. Não se pode condicionar o apoio direto entre estas partes, nem entre organizações indígenas e comunidades representadas (com frequência existem disputas por poder e acusações mútuas) e menos ainda entre comunidades e políticos indígenas.

¹¹ Trinta e duas das duzentas e quinze etnias existentes no território nacional conseguiram obter êxito em pelo menos uma candidatura indígena. Apresento a lista desses povos: Atikum, Baniwa, Baré, Canela, Guarani, Kambeba, Kambiwá, Kadiwéu, Kaingang, Kaxinawá, Macuxi, Marubo, Maxakali, Munduruku, Mura, Palikur, Galibi-Maworno, Karipuna, Pankararé, Pankararú, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Potiguara, Sateré-Mawé, Térena, Tikuna, Tukano, Tuxá, Wapichana, Xacriabá, Xavante e Xokleng.

... Alguns vereadores indígenas muitos deles conversavam em reuniões que nem as lideranças de suas aldeias participavam ... Se o vereador não tem o apoio da comunidade, fica difícil. Se não tem uma assessoria sobre lei de responsabilidade fiscal, sobre orçamento...dificilmente ele vai conseguir votar um projeto benéfico para nossa comunidade...(Agnaldo Pataxó, Vereador de Pau-Brasil-BA) (INESC, 2002: 34)

Esses caminhos são fundamentais na construção de uma política feita por representantes indígenas com resultados proveitosos para suas comunidades. Porém a política entra na dinâmica da constituição das lideranças locais sob uma maneira extremamente singular, interferindo na própria imagem do candidato indígena perante sua comunidade. Vale ressaltar que normalmente esses candidatos são lideranças de destaque em suas aldeias, o que lhes legitima almejar um cargo político na sociedade nacional.

... Em 94, fui candidato a deputado estadual pelo PT. Era eu e mais outro companheiro... pelo PT também para deputado federal... Acontece que nós fomos escolhidos durante uma assembléia de tuxauas que de fato apóiam os candidatos, mas a comunidade não apóia por motivos diversos... essa relação de paternalismo com as prefeituras, com os candidatos que de fato compram o voto... a gente não tem apoio para fazer campanha. E isso tem contribuído de forma desgastante para nossas lideranças... Porque tivemos a experiência de que a política tem queimado muito das nossas lideranças. Conheço algumas de Roraima, que eram caciques muito fortes, mas uma vez que entraram na política, no primeiro ou no segundo mandato praticamente desapareceram. Perderam a credibilidade da população não porque quiseram isto. Mas você entra na política sem nenhum conhecimento, termina assinando tudo o que o Executivo quer, o que os outros políticos querem... (Euclides Macuxi representante da COIAB) (INESC, 2000: 15 e 16).

A preparação e efetiva capacitação das lideranças indígenas que se candidatam a ocupar um cargo político é ponto fundamental na articulação positiva da ocupação desses espaços. Os inúmeros mecanismos fiscais; a retórica própria ao universo político; os caminhos para obtenção de financiamento e verba orçamentária e as pressões político-partidárias são aspectos que qualquer candidato eleito está sujeito. Esse é um ponto central no qual os povos indígenas precisam atuar de forma mais centrada com intuito de minimizar tais problemas. Mesmo que tenhamos 80 políticos indígenas, diversos fatores nos autorizam a refletir que desse universo somente uns poucos estão utilizando as possibilidades que um mandato oferece de maneira proveitosa para a conquista dos direitos dos povos indígenas.

Além da possibilidade da liderança ter seu papel político tradicional questionado após uma experiência na política ou de candidatura, há também

o problema da diluição da liderança dentro das comunidades indígenas por conta da formação de novas categorias sociais com suporte para exercer liderança na aldeia, além de representar a comunidade em diversos contextos externos. Esta reconfiguração do poder da liderança tradicional dentro de uma comunidade indígena passa a refletir também na esfera política dos votos, e todas essas forças políticas precisam caminhar com um objetivo em comum para o êxito na eleição de representantes indígenas.

... Você tem várias lideranças que são interlocutores da comunidade: o professor fala pela escola; os agentes de saúde falam pela saúde. Então aquele papel da liderança do cacique, que teria todas essas reivindicações centradas nas suas mãos, termina se diluindo. Então dentro da comunidade você passa a ter vários poderes que escapam do controle, da administração do tuxaua e isso se reflete na questão dos votos. Isto tem repercussão nas nossas atividades... (Euclides Macuxi) (INESC, 2002: 17)

Este ponto merece ser detalhado com mais atenção. O argumento central nos leva à constatação que nem sempre existe apoio e aceitação direta das diretrizes propostas pelas associações e organizações indígenas. A questão eleitoral expõe muito bem este tópico, no sentido que muitas vezes os candidatos escolhidos por lideranças indígenas em suas reuniões regionais para representarem seus interesses no processo eleitoral não tem os votos dessas comunidades. Inúmeros fatores podem contribuir para este processo descrito, como por exemplo, a influência de agentes externos (Igreja, ONG's etc.), as rivalidades políticas e disputas pelo poder dentro do grupo indígena e entre suas associações representativas, a subjetividade inerente ao voto ou os laços que ligam um eleitor a um candidato (apadrinhamento, compra de voto, etc).

Povos indígenas e eleições federais

Outro plano ainda não trabalhado é a amplitude do voto indígena que está intimamente conectada aos dois contextos eleitorais encontrados na realidade política brasileira: municipal e federal. Se existem inúmeras localidades no interior do Brasil cuja população indígena é considerável, o mesmo não é revestido para o plano das eleições federais. Na realidade municipal o voto indígena possui a amplitude para eleger candidatos e estes espaços políticos locais podem ser essenciais na uma busca por cidadania para as comunidades indígenas, principalmente com o movimento de municipalização de diversos setores e ações governamentais, e os movimentos indígenas reconhecem perfeitamente esse ponto. Porém se transplantarmos para o plano federal a situação é substancialmente diferenciada.

A população indígena no país representa apenas cerca de 0,2% do total da nossa população. Nesta perspectiva, somente pelo voto indígena não seria possível eleger senadores, deputados federais ou estaduais. Para esses

pleitos, a quantidade de voto necessária é muito maior que a amplitude alcançável pelo eleitorado etnicamente diferenciado no Brasil. Contudo existem poucas exceções, como os Estados do Amazonas e de Roraima, mas conforme vimos acima, inúmeros interesses visam dividir o voto dos indígenas, cooptar lideranças ou comprar o voto indígena. Apesar de estarem conectadas, as eleições federais não são exatamente iguais às municipais. Como não correspondem à uma mesma realidade, exigem estratégias diferenciadas para cada processo. Por exemplo, na realidade local muitas vezes a defesa dos direitos dos povos indígenas pode ser uma retórica com êxito eleitoral. Porém em uma perspectiva mais ampla, onde o voto indígena por si só não seja capaz de efetivar uma candidatura, é preciso juntar forças e olhar para os problemas da sociedade nacional como um todo procurando arrematar votos "brancos" também. E sabe-se que em outros momentos da história da democracia brasileira, refiro-me aqui à ditadura militar, houve um sentimento que uniu a perspectiva de luta pelos direitos indígenas com os direitos à liberdade democrática, segundo as palavras de Alcida Ramos "... o inimigo comum: estes no poder ..." (1998: 120). Não é impossível, portanto, colocar em uma mesma iniciativa interesses da sociedade nacional (ou de parte dela) e interesses do movimento indígena.

Baseado nas experiências dos movimentos indígenas de outros países, como Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala e Noruega, as organizações indígenas brasileiras estão buscando articular uma resposta consistente diante das iniciativas oriundas de dentro do Congresso Nacional a fim de reconhecer o direito dos indígenas serem representados nessa casa. A articulação encabeçada pela COICA, pela APOINME e pela COIAB promoveu a organização de um seminário internacional, dentro do Congresso Nacional, cuja intenção era fomentar o debate sobre a presença indígena no parlamento nacional bem como a discussão sobre a presença indígena na política municipal brasileira e nos parlamentos de outros países latino-americanos. Discutiu-se exaustivamente o tema, com dois grandes grupos de trabalho: um sobre a eleição no âmbito local e outro sobre o âmbito federal. Uma resposta unificada ainda não foi consolidada, mas os movimentos indígenas regionais estão articulando uma estratégia comum que pode vir a se consolidar nas próximas eleições federais.

Conclusão

A temática da inserção indígena nos espaços políticos eletivos nos traz um exercício estimulante por diversos fatores. Um deles é o caráter atual da questão aliado seguramente à valorização desse tema para os movimentos indígenas no Brasil, como o exposto pelos representantes amazônicos (COIAB 2002). A perspectiva de estar adentrando em um campo de investigação sociológica com poucas tentativas de reflexão também é estimulante.

Sobre o processo em si, espero ter sido claro quando afirmo que a experiência indígena na política governamental brasileira é principalmente na esfera municipal. Como vimos, existem diversos aspectos cuja atuação

colaboram para consolidar esse quadro. Entre eles, podemos destacar os municípios com grande eleitorado indígena, a dificuldade de conseguir grandes quantidades de votos para eleger representantes estaduais ou federais e as experiências desgastantes das candidaturas indígenas a cargos políticos na década de 80. Contudo a presença indígena nos espaços políticos da esfera municipal é um avanço político tanto para a democracia brasileira como para a consolidação dos direitos sociais dos povos indígenas no Brasil. Esses espaços são fundamentais nas execuções de ações práticas do cotidiano dos municípios como controle orçamentário, participação nas discussões sobre implementação de verbas e recursos e uma série de outros benefícios.

Outro aspecto relevante é a percepção dos movimentos indígenas da necessidade de estarem presentes e bem representados nos espaços políticos. Isto vai de encontro à constatação da luta do próprio movimento de ir rompendo barreiras historicamente estimuladas pelo Estado brasileiro visando dificultar e impedir que os povos indígenas decidam autonomamente e debatam exaustivamente com a sociedade nacional o futuro de suas comunidades. Temos este processo ocorrendo há séculos, perpassando as políticas indigenistas integracionistas coloniais, imperiais e republicanas. Órgãos como o SPI e posteriormente a FUNAI foram concebidos dentro da mentalidade tutelar do Estado brasileiro para com as populações indígenas (Souza Lima 1995). É inegável, todavia, afirmar que as iniciativas dos povos indígenas em estarem representados politicamente nas esferas governamentais seja uma postura que diverge daquela proposta por um Estado tutelar.

A conscientização do movimento indígena para discutir esse ponto reflete um amadurecimento do papel e atitude para com a luta pelos direitos indígenas. Mas, todavia, existem inúmeras dificuldades que precisam ser tratadas diretamente se tiver de utilizar os espaços políticos oficiais como outro campo nas disputas interétnicas no Brasil. Um desses obstáculos é criar condições propícias para o fluxo de diálogo e de sintonia das ações entre comunidades, políticos e os movimentos indígenas. Parte-se do pressuposto que esses movimentos, atualmente não mais unificados nacionalmente, estão procurando articular-se local, regional e interregionalmente com o intuito de promover cidadania às comunidades indígenas e respeito aos direitos sociais já adquiridos. A política governamental, com certeza, oferece um amplo espaço institucional para pleitear avanços.

A partir das experiências eleitorais municipais de 1996 e 2000, onde se percebeu um aumento da presença indígena na política municipal, ficou claro alguns comportamentos. Apesar de ser um espaço benéfico na disputa por direitos, a política pode ser bastante perigosa e desgastante para as lideranças que nela se aventuram. O despreparo para ocupar a função é um destes fatores. Estar na política de forma proveitosa é saber utilizar os espaços e as possibilidades que ela oferece, exigindo conhecimentos, muitas vezes não presentes nos candidatos indígenas. Esse despreparo institucional pode facilitar enganamentos, cooptações e apoio a causas contrárias aos interesses indígenas mais amplos.

Desse mesmo ponto, destaco ainda a necessidade dos movimentos indígenas, através de suas organizações mais expressivas, estarem se articulando com as lideranças indígenas eleitas para exercerem cargos políticos. Quanto mais frutífera for esta conexão maior será o êxito na luta dos direitos indígenas e, sobretudo, sua aplicação no cotidiano dos municípios. Essa articulação atualmente não se encontra da melhor maneira possível, porém através da percepção e da análise dos fatos é que poderemos encontrar soluções e saídas criativas.

É preciso diferenciar bem o processo eleitoral municipal do federal, no que diz respeito à traçar estratégias para eleger lideranças indígenas. Na realidade federal, somente poucos Estados podem eleger indígenas com voto exclusivamente indígena, mas mesmo nestes estados existem estruturas que recortam as comunidades indígenas, dividindo-as e desarticulando as pretensões de ocupar espaços políticos no parlamento nacional.

Se o próprio Congresso Nacional já reconheceu a necessidade de criar mecanismos para representatividade indígena no parlamento brasileiro (PEC 146) e os movimentos indígenas sempre desejaram ocupar esse espaço, talvez seja esse o "tempo para a política", parafraseando a noção de Moacir Palmeira (1992). Existem condições que favorecem a discussão desse tema, devendo-se refletir se o processo eleitoral em vigor no país é capaz de permitir o acesso a representantes das comunidades indígenas à Câmara de Deputados e/ou Senado. É preciso refletir, caso se constate o contrário, quais seriam os modelos representativos da alteridade no Congresso e articular caminhos dentro do Legislativo com intuito de fazê-los uma realidade concreta.

No âmbito da política local, a perspectiva é que aumente o número de políticos indígenas eleitos nas próximas eleições, além da probabilidade de se alcançar cargos de maior peso político local, tais como as prefeituras. Atualmente a realidade indígena na política dos municípios é quase que totalmente nas assembleias de vereadores, mas há condições para transcender este espaço e chegar às prefeituras. Porém é preciso capacitar as lideranças, instrumentalizá-las com assessoria para que consigam, tramitar nos caminhos próprios da política nacional. Seguramente é preciso abrir os caminhos para a presença indígena efetiva e eficiente dentro da política oficial brasileira. Os próprios indígenas — via seus movimentos sociais — já estão construindo estas trilhas.

Bibliografia

- AZEVEDO, Marta: "Censos Demográficos e os Índios: Dificuldades para Reconhecer e Contar". In: Ricardo, C. A. (Editor) *Povos Indígenas do Brasil*, 1996-2000p. 79-83.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em Nome das "Bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política.

- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. 1996. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- _____. 1978. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Brasília; Rio de Janeiro. Editora Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro.
- COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira): Manifesto das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira em Apoio a Participação das Comunidades Indígenas nas Eleições de 2002. Belém-PA: 28 de março de 2002.
- FUNASA (Fundação Nacional de Saúde): Informações Sobre os Distritos Sanitários Especiais Indígenas; extraído da homepage da FUNASA (<http://www.funasa.gov.br>) em 24-10-2000.
- INESC: Relatório da Reunião sobre Índios e Parlamentos, 2002.
- LEAL, Victor Nunes. 1975. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: AlfaOmega.
- PALMEIRA, Moacir. 1992. "Voto: racionalidade ou significado" em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 07 n° 20, outubro.
- RAMOS, Adriana. 2002. "Os Índios e o Novo Congresso Nacional". In: Souza Lima, A.C & Barroso-Hoffmann, M. (orgs.). *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria/LACED.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press.
- RICARDO, Carlos Alberto (org.) 2000. *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA.

RESUMO

Democracia Pluriétnica, Municípios e Parlamentos: presença e construção da participação indígena nos espaços políticos eletivos brasileiros

Esse artigo aborda a inserção dos povos indígenas na política oficial brasileira, tanto nas esferas local quanto federal. A participação indígena na política oficial brasileira está, geralmente, nas instâncias municipais. O objetivo principal desse artigo é analisar o universo envolvendo disputa de poderes e participação política, ressaltando as especificidades do caso brasileiro.

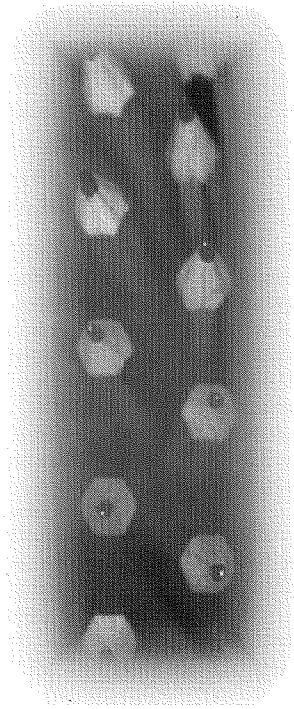
Palavras-chave: povos indígenas, política brasileira, autonomia étnica.

ABSTRACT

Democracy, Pluriethnicity, Municipalities and Parliaments: presence and construction of indigenous participation in Brazilian electoral political spaces.

This article is about the insertion of indigenous people in official politics in Brazil, both in local and federal instances. The indigenous participation in Brazilian politics is generally in municipal instances. The main purpose of this article is to analyze the universe of power disputes and political participation, stressing the difficulty and specificities of indigenous access in Brazilian political scenario.

Keywords: indigenous people; Brazilian politics; ethnic autonomy



Resenhas

MESURE, Sylvie & RENAUT, Alain (1998). *Alter Ego: les paradoxes de l'identité démocratique*. Paris: Flammarion.

Artur Perrusi

Como articular a individualidade, e, portanto, a singularidade de todo ser humano com a condição de que todo indivíduo faz parte de uma comunidade, onde compartilha valores e identidades em comum? Como fazer isso em plena era democrática, cujos alicerces são os direitos humanos e a liberdade individual? Como conciliar a sacralização do indivíduo com a necessidade de normas coletivas? A reafirmação do sentido comunitário de toda identidade não entraria em contradição com a lógica do individualismo contemporâneo? O comunitarismo ou o multiculturalismo são incompatíveis com a visão liberal da democracia? São questões que o livro de Mesure e Renaut tenta esclarecer através de uma análise sutil e profunda, cujo mérito é a explicitação da polêmica, sem subterfúgios ou tergiversações sobre a complexidade do assunto, e o respeito às diversas posições sobre o tema, principalmente em relação ao multiculturalismo americano.

Vale dizer que não é a primeira vez que os dois autores escrevem juntos. Em 1996, produziram um instigante estudo sobre a questão dos valores na Contemporaneidade, retomando a discussão weberiana sobre o politeísmo dos valores e a “guerra dos deuses” (MESURE & RENAUT, 1996). Nitidamente, são pensadores que desconfiam do relativismo e do niilismo contemporâneos, criticando a desconstrução do sujeito patrocinada pelo pós-estruturalismo francês, e procurando uma saída filosófica cuja estratégia passaria pelo resgate da ética e por uma filosofia que tratasse racionalmente os valores do mundo moderno¹. Pois tanto Mesure como Renaut fazem parte de uma nova geração filosófica² que, nos anos 90, começa a substituir a antiga geração pós-estruturalista. Há, nesse período, uma preocupação acentuada com a valorização da ética e da democracia, da individualidade e da subjetividade.

¹ Dos dois autores, Sylvie Mesure seria a menos conhecida e a mais acadêmica, sem tintura midiática. Tradutora de Dilthey e Scheler, é autora de um ensaio sobre Aron (MESURE, Sylvie, *Raymond Aron et la raison historique*, Paris: Vrin, 1984) e de um estudo sobre Dilthey (Ibid. *Dilthey et la fondation des sciences historiques*. Paris: PUF, 1990). Já Alain Renaut é um pensador envolvido em várias polêmicas filosóficas, sendo uma figura um tanto midiática, embora não se iguale ao seu grande parceiro de co-autorias, Luc Ferry. É deles, inclusive, o ambicioso e controverso *O pensamento 68* (FERRY, Luc & RENAUT, Alain. *La pensée 68*. Paris: Gallimard, 1988), cuja crítica implacável ao chamado pós-estruturalismo gerou vários inimigos no campo acadêmico francês. E não pararam por aí: organizaram uma coletânea, *Por que não somos nietzschianos?* (FERRY, Luc & RENAUT (orgs), *Pourquoi nous ne sommes pas Nietzscheens*. Paris: Grasset, 1991), que destrói a marteladas Nietzsche e, claro, como consequência, o nietzschianismo francês.

² Além de Luc Ferry, pode-se incluir nessa “nova geração” Robert Legros, Vincent Descombes, Andre Comte Sponville, Alain Boyer; além desses, convém lembrar, na renovação dos anos 90, a produção filosófica de um Alain Finkielkraut ou de um E. de Fontenay, todos os dois da matriz neo-heideggeriana, como também um conjunto de pensadores, conhecidos como neo-toquevilianos, todos devedores de alguma forma de Louis Dumont: G. Lipovetsky, M. Gauchet e A. Ehrenberg.

Aparentemente, uma volta aos “velhos temas”, quiçá impulsionada pelo recuo de várias filosofias, antes dominantes no cenário filosófico, agora fenecendo diante das reviravoltas da história. A década de noventa, talvez, pareça um deserto cheio de cadáveres reluzindo ao sol: Marx virou um tijolinho, vendido como souvenir do Muro nos mercados capitalistas; Freud só resiste nos delírios dos lacanianos; Heidegger, depois do “caso Farias”, foi banido pelo Tribunal de Filosofias, e Nietzsche dançou feio nos bailes do neokantismo.

De todo modo, a nova geração não é homogênea filosoficamente, apresentando diferenças evidentes, embora tenha os mesmos adversários. Ou tinha, pois, nos anos 90, a nova filosofia francesa decretou a morte do dito pensamento 68 (Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, Althusser, Bourdieu...). De qualquer forma, com a morte física de praticamente todos os “soixante-huitards”³, além do fato de não terem deixado, pelo menos por enquanto, nenhum sucessor de relevo, a polêmica tornou-se unilateral, sem verdadeiros interlocutores, com o campo adversário repleto de fantasmas. Realmente, nem de tudo ficou um pouco e o que sobrou foi um deserto.

Mas a vida continua e, se os velhos adversários desapareceram, sempre surgem outros, florindo um pouco o deserto. E o tempo, convenhamos, amolece até mesmo os mais duros: o “Alter Ego”, apesar de todos os combates, não é um livro demolidor — ao contrário, a crítica mantém-se respeitosa, mesmo nos grandes momentos de discordância, diante das posições dos adversários. Parece que, quando Renaut escreve com Ferry, é mais contundente e peremptório, suavizando o tom na companhia de Measure. Ou, talvez, a explicação seja outra: os principais adversários de “Alter Ego”, a começar por Charles Taylor, não apregoam o fim do sujeito e nem percebem a subjetividade como o campo da dominação, como faz, por exemplo, o pós-estruturalismo; por isso, a crítica pôde ser feita sem que se estabelecesse uma diferença intransponível. Além do mais, como a pretensão de Measure e Renaut seria a de “corrigir” o liberalismo político, incorporando criticamente as objeções que lhe fazem o multiculturalismo e o republicanismo, as divergências estão mais no campo das interpretações e das soluções propostas do que em diferenças de fundo paradigmático; afinal, dois expoentes do multiculturalismo, como o próprio Taylor e Michael Walzer, dizem-se “liberais” e propõem uma crítica ao liberalismo clássico a partir de uma posição liberal dita mais hospitaleira.

O interesse de “Alter Ego” residiria justamente no seu objetivo maior: incorporar as críticas, principalmente do multiculturalismo, no sentido de reparar as insuficiências do liberalismo político. Assim, a análise é crítica em relação à posição liberal clássica, mas preserva, ao mesmo tempo, seus fundamentos, adaptando-os aos novos desafios trazidos pela Contemporaneidade. De certa forma, o que os autores propõem seria uma crítica liberal do liberalismo ou sua auto-transformação — tal proposta significaria, também e necessariamente, uma reelaboração do humanismo.

Measure e Renaut reconhecem a validade das críticas ao liberalismo

³ Quem sobrou foi Derrida, cujo afastamento relativo de Nietzsche é eloquente. Atualmente, ele é muito mais importante nos EUA do que na França.

político, embora afirmem que o paradigma liberal possui o potencial para dar conta dos novos desafios, e que a solução multiculturalista pode fragilizar a democracia, desviando-a para caminhos supostamente perigosos. Para demonstrar essa tese, os dois autores fazem uma verdadeira antropologia da identidade moderna, entendida como identidade democrática. A argumentação é longa, complexa e seu resumo, necessariamente, deixará a desejar — entretanto, vale a pena condensar a exposição, tentando resumir o raciocínio em tópicos:

1. o regime identitário moderno diferencia-se radicalmente do dispositivo identitário antigo. No regime antigo da alteridade, a diferença é vista como substancial. O outro é percebido como uma alteridade radical, estando fora da humanidade. As diferenças são intransponíveis, irreduzíveis entre si. O dispositivo moderno da identidade, ao colocar a igualdade e a liberdade como valores fundamentais, mudou completamente a economia geral da alteridade. O regime moderno da identidade invalidou a produção de desigualdades a partir da diferença. Todo o peso da identidade recaiu na dimensão geral e comum do humano, entendida como *a identidade específica* de todo indivíduo. Os seres humanos são iguais, independentemente de suas raízes, sejam culturais, naturais ou históricas;

2. contudo, a substancialização da diferença foi transferida para a identidade, naturalizando-a e tornando uma essência metafísica. A identidade específica tornou-se essencialista e indiferenciada. Eliminou-se, com isso, a percepção da *identidade distintiva*, relacionada à diferença, à identidade pessoal, à singularidade da pessoa e às vinculações com a cultura na qual o indivíduo está inserido. O humanismo clássico foi, assim, um humanismo metafísico que, através da substancialização da identidade, produziu um universalismo essencialista. Com isso, houve uma reabsorção da diferença na identidade;

3. o igualitarismo moderno, baseado no humanismo metafísico, gerou um tipo de dominação que se caracterizou por uma vasta operação de redução ou negação das diferenças. O colonialismo, talvez, seja um exemplo evidente desse tipo de dominação, no qual ocorre a assimilação das diferenças. Os povos colonizados devem ser assimilados, tendo subsumidas suas diferenças à identidade indiferenciada que, *mutatis mutandis*, é a do homem ocidental. Civilização é assimilação. Os direitos humanos podem ser impostos pela força ou pelo constrangimento da educação. A neutralização da diferença pode criar uma tirania que uniformiza as identidades, criando uma identidade coletiva “plena”. O humanismo metafísico (e a democracia liberal) possui, no seu baixo ventre, enquanto virtualidade, o perigo dos totalitarismos;

4. a mais contundente crítica ao humanismo metafísico foi produzida pelo romantismo alemão, ao desmascarar o humanismo, colocado como tirania do universal. Revaloriza-se, agora, a identidade distintiva, isto é, a tradição e o pertencimento cultural (as raízes do multiculturalismo estariam fincadas no romantismo alemão). A cultura determinaria a identidade, e não existiria um ego desengajado, descontextualizado e transparente. Contudo, ao criticar o humanismo, o romantismo alemão criticou também suas conquistas ou suas

conseqüências: direitos humanos, democracia, sensibilidade igualitária..., atirando a água suja, a bacia e o bebê janela afora;

5. o igualitarismo contemporâneo, sensível às críticas do romantismo, tenta superar as contradições do igualitarismo moderno com a seguinte exigência: é necessário restituir à igualdade a sua diferença. Assim, ocorre a radicalização da dinâmica igualitária, incorporando-se a diferença. As reivindicações das minorias, por exemplo, reforçam e radicalizam tal dinâmica, exigindo igualdade e equivalência para as diferenças, isto é, o movimento continua e aprofunda a lógica moderna da igualdade. Negar, reduzir ou subsumir as diferenças passa a ser um entrave para o livre desenvolvimento da democracia;

6. a diferença deixa de ser apenas superfície. O dispositivo moderno da alteridade, antes baseado na similitude, torna-se mais complexo, transformando-se num regime de equivalência. Surge a necessidade de uma nova percepção da diferença que supere a antiga percepção, baseada na substancialização da diferença, e a percepção essencialista, alicerçada na substancialização da identidade. A diferença não estaria mais inscrita em alguma ontologia e sim no mundo prático dos valores;

7. surge, segundo Mesure e Renaut, a identidade democrática que se define como diferenciada, amalgamando os dois movimentos da identidade: o primeiro que se dirige ao universal, a identidade específica, e o segundo que se centra na diferença, a identidade distintiva. Juntando-se a lógica da identificação à lógica do reconhecimento da alteridade, cria-se um paradoxo, justamente o paradoxo da identidade democrática;

8. a identidade democrática (identidade diferenciada) percebe o outro na sua alteridade via duas perspectivas: a) cada indivíduo é irreduzível a toda determinação. Isso é a base da autonomia. O humanismo, aqui, já não seria essencialista, pois, a partir do momento em que toma como alicerce a autonomia, a capacidade humana de se auto-determinar, afasta-se de toda essência, de toda naturalização. A autonomia do sujeito pressupõe a intersubjetividade; portanto, não estamos diante de um sujeito desengajado e sim na presença de um sujeito aberto para a alteridade. A intersubjetividade não é exterior à afirmação que o sujeito faz de si mesmo, pois a afirmação de si pressupõe o outro; b) através da autonomia, a alteridade do outro é apreendida a partir da percepção de sua pessoa, isto é, através da convicção de que o outro afirma-se como pessoa da mesma forma que nós mesmos. Como humano, o outro não pode ser reduzido a nada, sob o pretexto de se separar de nós — qualquer natureza ou essência nos afastaria do outro. Assim, se a autonomia é definida pela sua irreduzibilidade a alguma determinação, o universalismo deixa de ser essencialista e torna-se vazio. A identidade específica não pode ser recheada de conteúdo natural ou social — irreduzibilidade inclusive à racionalidade humana. Seria a partir da indeterminação total que o outro pode ser julgado igual a nós. Nesse sentido, e seguindo a lógica, a alteridade do outro, baseada na sua autonomia e na sua indeterminação, pode ser reconhecida enquanto tal, isto é, enquanto diferença. Se o outro não é definido por nada, não pode ser identificado a nada e por nada que nos seja

comum, no sentido de uma natureza ou de uma essência. Justamente porque a identidade específica é um universal vazio, a percepção do outro equivale a reconhecê-lo diferente;

9. o reconhecimento da diferença passa a ser a condição da universalidade, baseada na autonomia, pela qual somos idênticos. A alteridade é reconhecida na igualdade — reconhecimento de si mesmo no outro. A lógica da igualdade impõe a incorporação da diferença como sustentação da própria identidade democrática ou diferenciada. A luta pela diferença é a exigência de que todos mereçam ser tratados de forma igual. Num regime democrático, a identidade implica em reconhecer o outro como igual, bem como a diferença dessa igualdade. O novo dispositivo identitário rompe com o assimilacionismo, característica do humanismo metafísico, e patrocina o reconhecimento das diferenças;

10. a garantia da igualdade é vista como a garantia da igualdade entre os indivíduos. Portanto, os direitos de igualdade são direitos individuais. Como os indivíduos são reconhecidos como seres independentes e autônomos, os direitos individuais são direitos do sujeito, logo subjetivos, pois remetem a uma subjetividade, isto é, a um ser que é responsável pelos seus atos e suas representações. Reconhecer a independência do indivíduo, enquanto sujeito, seria reconhecer, necessariamente, o seu direito de se manifestar como bem lhe aprouver na forma de concepções sobre o Bem, visões de mundo, modos de vida (posições de valor). Portanto, reconhecer os direitos individuais seria reconhecer o pluralismo de valores (politeísmo de valores). Mas como evitar que o reconhecimento do pluralismo de valores não gere uma “guerra dos deuses”, na qual cada um impõe sua visão de mundo ao outro?;

11. o liberalismo político é uma das respostas possíveis ao problema, pois toma como fato inquestionável que toda sociedade democrática, necessariamente, é pluralista, uma vez que há, no seu seio, diversas visões de mundo e concepções sobre o Bem. Defender o pluralismo de valores como constituinte de uma sociedade democrática implica a defesa da tolerância. Sem tolerância, o tecido social explodiria numa “guerra de deuses”. Para garantir a tolerância seria necessário um Estado neutro em relação às diversas visões do mundo. A neutralidade ideológica do Estado é absolutamente fundamental, pois é a única forma de impedir, segundo o liberalismo político, que uma posição de valor de algum grupo social (classe, etnia...) se imponha — via a tomada do poder do estado, por exemplo — em detrimento de outras posições de valor, eliminando-se com isso o pluralismo e, conseqüentemente, a democracia. A neutralidade do Estado garante a independência do indivíduo, logo a independência da sociedade civil, constituída pelo pluralismo axiológico e cultural;

12. na posição liberal, o Estado neutro é, necessariamente, um Estado de Direito. Para garantir o pluralismo axiológico e cultural, o Direito abstrai as diferenças axiológicas e culturais, separando o justo do bem, a moral da esfera jurídica. Como não se pode decidir sobre qual é a melhor posição de valor numa sociedade, pois sua imposição destruiria o pluralismo e a democracia, o liberalismo político separa a justiça do bem, o direito da moral.

A democracia liberal é a primazia absoluta do justo sobre o bem, do direito sobre a moral. A esfera pública, assim, é desencantada e neutra, remetendo à esfera privada todo o encanto dos valores e das moralidades;

13. o liberalismo é indiferente às finalidades do sujeito, isto é, em relação à forma pela qual o ser humano deve viver e aos seus objetivos (posições de valor). A definição liberal de sujeito é minimalista: o ser humano é um ser capaz de vontade e de escolha – o liberalismo pára por aqui. O sujeito não é possuído pelos seus fins, nem constituído pelos seus atributos. O ego não é situado, pois está alhures e irredutível ao que é e ao que escolheu – sem essas premissas, o sujeito do liberalismo político não seria livre. Tal noção, na verdade, não é *ainda* uma concepção particular de pessoa e sim uma concepção do indivíduo como pessoa. A identidade do sujeito liberal é aberta, pois possui a capacidade de se aperfeiçoar ou de mudar, sendo um sujeito de vontade que coloca entre parênteses as determinações naturais ou culturalmente naturalizadas;

14. o multiculturalismo, principalmente através de Taylor, fará as seguintes críticas às posições do liberalismo político: a) separar o justo do moral implica abstrair toda diferença entre os sujeitos; b) seria impossível discutir critérios de justiça sem envolver critérios de valor (critérios morais, culturais...); c) a esfera pública precisa ser aberta ao pluralismo de valores, logo às diferenças, e não ser um ambiente que normatize uma falsa neutralidade; d) os direitos individuais não dão conta da necessidade de direitos coletivos, relativos a grupos culturais diferentes; e) o sujeito possui uma identidade narrativa, baseada no relato de sua estória na comunidade, sendo um ego contextualizado, situado e determinado, logo portador de valores coletivos que o precedem e o ultrapassam; f) o liberalismo, ao possuir uma concepção universalista de identidade, tem uma dificuldade intrínseca, senão uma impossibilidade, de apreender as diferenças, principalmente as culturais. O liberalismo, na verdade, subsumiria a diferença na identidade, não reconhecendo que os processos identitários estão inscritos numa história e numa trajetória que lhes dão unidade e sentido. O que existe, assim, é uma pluralidade de culturas; logo, o que deveria existir – e o liberalismo o nega ao assumir uma posição universalista – seria uma pluralidade de direitos das identidades culturais. Por isso o multiculturalismo exige o reconhecimento de direitos culturais que garantam a expressão das diferenças de cada comunidade;

15. Mesure e Renaut avaliam que tais críticas ao liberalismo podem levar o multiculturalismo a se identificar perigosamente com o romantismo alemão. A defesa da posição liberal teria os seguintes argumentos: a separação do direito da moral repousa, de fato, numa posição de valor. A defesa da tolerância, a exigência igualitária, o respeito à liberdade de escolhas e ao pluralismo necessitam, como premissa, da existência de uma sociedade aberta, onde esses *valores* são reafirmados como um... bem. Portanto, viver numa sociedade democrática precisa de um mínimo moral. A sensibilidade igualitária é fundada, por exemplo, numa rede de circunstâncias naturais e sociais, isto é, numa comunidade! As comunidades, para viverem sem conflito numa sociedade aberta, precisam ter, no núcleo ativo de suas posições de valor, a

tolerância enquanto premissa;

16. Measure e Renaut vão argumentar que o mínimo moral da democracia liberal é a condição de possibilidade (transcendental) do pluralismo axiológico, da igualdade e da liberdade modernas. Discutir, por exemplo, como dividir de forma justa os direitos e os deveres entre os indivíduos já teria como precondição a postulação de uma sociedade aberta, já que os princípios de justiça não são mais dados pela tradição ou por algum Deus. Só se pode discutir a repartição justa de bens e deveres num ambiente onde seja possível discutir a repartição justa de bens e deveres – outro exemplo: só se pode discutir livremente sobre valores a partir do momento em que existem condições livres para a discussão sobre valores. O mínimo moral determina as condições de possibilidade (transcendentais) da discussão democrática. O argumento é habilidoso e interessante, pois neutraliza a evidência de que o mínimo moral é uma posição de valor, tornando-o transcendental, mas cheira a uma petição de princípios (círculo vicioso), já que a demonstração do raciocínio apóia-se na tese que se pretende demonstrar;

17. Measure e Renaut justificam a separação entre o direito e a moral a partir da possibilidade de se justificarem racionalmente os princípios que fundam as escolhas organizacionais (regras de convivência, de cooperação e de associação). Seria possível, assim, discutir de forma racional os critérios de justiça, ao contrário dos critérios morais, que não podem ser justificados racionalmente. Pode-se defender objetivamente que algumas escolhas (ou regras) são melhores do que outras. Fica-se, aqui, na dúvida se os autores estão defendendo a existência de uma racionalidade axiológica; mas, se este for o caso, por que os critérios morais não poderiam também ser justificados racionalmente? E, se o forem, por que não hierarquizar as posições de valor, selecionando as melhores, que dominariam, legitimamente, a esfera pública? Aparentemente, as escolhas organizacionais parecem ser justificadas por uma racionalidade do tipo instrumental. De qualquer forma, toda posição de valor que entre em contradição com os critérios de justiça – enquanto tais, justificados racionalmente – deve ser rejeitada. Os critérios de justiça só julgam as posições de valor quando estas entram em contradição com o Estado de Direito – no limite, não há equivalência entre as posições de valor, do tipo “tudo é bom”; logo, só há horizontalidade entre as diferenças culturais *apenas* para aquelas que não entram em contradição com os critérios de justiça;

18. segundo Measure e Renaut, o multiculturalismo, ao não separar o justo do bem, o direito da moral, e ao abrir a esfera pública às posições de valor, produz uma situação perigosa: como evitar que uma posição de valor não se imponha na esfera pública como a posição dominante? Como, então, evitar a “guerra dos deuses”? Não seria assim o fim do pluralismo? Aparentemente, o multiculturalismo, ao defender a abertura da esfera pública às posições de valor, sustenta a fraternidade entre as diferentes comunidades. Contudo, nenhum pressuposto moral é necessário para a fraternidade; na verdade, seria justamente o contrário: se postulo como condição necessária a inserção numa comunidade para supor a fraternidade, isto é, numa visão baseada numa posição moral, a fraternidade será afirmada apenas em relação

às pessoas que são da mesma comunidade — a fraternidade, para um ter um caráter universal (senão, pra que fraternidade?), não pode fundar-se em moralidades específicas de cada cultura;

19. Outro problema: oferecer direitos coletivos a grupos sociais ou culturais pode subsumir os direitos individuais dos sujeitos dessas comunidades. Um grupo social ou cultural que afirme como posição de valor a sujeição de gênero teria o direito coletivo de oprimir, por exemplo, suas mulheres? Enquanto indivíduos, as mulheres de tal grupo não teriam o direito de não serem sujeitadas? Como então compatibilizar direitos coletivos e direitos individuais? A solução oferecida por Mesure e Renaut seria deduzir os direitos culturais (não mais vistos como direitos coletivos) dos direitos individuais, pois isso não trairia os preceitos liberais. Como? Ora, todo indivíduo teria o direito de expressar suas diferenças, inclusive sua identidade cultural, contanto que tal expressão fosse compatível com o Estado de Direito. O indivíduo pode escolher suas diferenças e preferências culturais — assim, por exemplo, uma mulher pode rejeitar valores e símbolos de seu grupo que julgue opressivos. Os direitos culturais não podem entrar em contradição com a liberdade de escolha do indivíduo, mas sim reafirmá-la enquanto tal. O indivíduo tem o direito, logo a liberdade de escolha, de rejeitar seu pertencimento a uma comunidade de valores.

Toda essa discussão acima teve como base a controvérsia entre multiculturalismo e liberalismo. Foi omitida a discussão sobre o republicanismo e suas críticas ao liberalismo político, já que o núcleo da resposta de Mesure e Renaut está referendado nos tópicos acima. Na verdade, os autores são simpáticos à idéia de uma fundação republicana do liberalismo ou, o que daria no mesmo, de uma fundação liberal do republicanismo — são simpáticos, assim, à integração republicana de um Habermas (patriotismo constitucional), por exemplo. Contudo, criticam o “humanismo cívico”, sustentado por algumas visões republicanas do tipo postulado, por exemplo, por Pocock. Tal visão argumenta que o “humanismo cívico” deve ser visto como um imperativo categórico, isto é, como uma posição de valor, entrando assim em contradição com a postulação da neutralidade axiológica e ideológica do Estado de Direito.

Bibliografia

MESURE, Sylvie & RENAUT, Alain. *La guerre des dieux: essai sur la querelle des valeurs*. Paris: Grasset, 1996.

NESTA EDIÇÃO:

ARTIGOS

Trabalhadores como Ciborgues: Trabalho e Computadores em Rede.

Mark Poster

Sujeitos e Movimentos Conectando-se Através de Redes.

Ilse Scherer-Warren

Identidades e Movimentos Sociais numa Sociedade Indomável.

Remo Mutzenberg

Leituras do Hip Hop sobre a Cidade

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz

Pequenas Empresas, Setor Informal e o "Pacto Faustiano".

Judith Tandler

La Cuestion Regional en el Posfordismo

Alberto Cignoli

O Vazio Eternamente a ser Preenchido: uma Discussão sobre a Identidade

Artur Perrusi

Prática Profissional e Construção da Identidade do Enfermeiro no Programa de Saúde da Família.

Maria de Fátima Santos de Araújo

O Recife nos Anos Vinte: As Imagens e Vestígios do Moderno e os Tempos Históricos.

Antônio Paulo Rezende

Democracia Pluriétnica, Municípios e Parlamentos: Presença e Construção da Participação Indígena nos Espaços Políticos Eletivos Brasileiros

Thiago Antônio Machado de Ávila

RESENHAS

MESURE, Sylvie & RENAUT, Alain (1998). *Alter Ego: les paradoxes de l'identité démocratique*. Paris: Flammarion.

Artur Perrusi.